IPS Instituto Politécnico de Setúbal
Escola Superior de Educação

jornal repórter

Ano 2 | N.º 1 | Bianual | Abril de 2019 | **Diretora** Cristina Gomes da Silva | Gratuito

© Fernando Pinho

Inquérito sobre *media* e informação

Mais de 70% consideram as notícias importantes

Mais de 86% moram na Península de Setúbal e mais de 60% têm até 24 anos

Media tradicionais são mais credíveis

PÁGINAS 3 A 11

Estudantes ESE/IPS

Projeto faz retrato, equaciona problemas

PÁGINAS 21 E 22

Entrevistas

Nuno Pacheco, Público

PÁGINAS 12 E 13

Marta Leite Ferreira, Observador

PÁGINAS 14 E 15

Joana Gorjão Henriques, Público

PÁGINAS 19 E 20

Livramento

Um dos melhores mercados de peixe

PÁGINA 23

Ficha Técnica

Registo ERC n.º: Anotado

Proprietário: Instituto Politécnico de Setúbal
NRPC: 503720364
Presidente: Pedro Miguel de Jesus Calado Dominguinhos
Vice-presidentes: João Carlos Vinagre Nascimento dos Santos e Ângela Maria Gomes Teles de Matos Cremon de Lemos
Administradora: Maria de Lurdes Cardina Pedro

Editora: Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Setúbal
Sede editora e redacção: Campus do Instituto Politécnico de Setúbal, Estefanilha , 2914-504 Setúbal
E-mail: ojornal@ese.ips.pt

Diretora:
Cristina Gomes da Silva
Diretores Adjuntos:
Orlando César e Mariana Pinto

Conselho editorial:
Alcina Dourado, Ana Maria Pessoa, Cátia Salgueiro, Cristina Gomes da Silva, Fernando Pinho, Lídia Marôpo, Luísa Ferreira, Mariana Pinto, Marta Alves, Orlando César e Ricardo Nunes.

Chefe de redação:
Rui Capelo

Redação:
Ana Baião, Ana Tomé, Beatriz Fernandes, Carolina Luz, Claudia Costa, David Simões, Diogo Bordalo, Filipa Martins, Inês Pereira, Jéssica Borges, Leonor Mendes, Raquel Santos, Rui Capelo, Sharon Palma e Sofia Raichande.

Fotografia:
Francisco Matias e Fernando Pinho.

Paginação:
Jornal Repórter.

Projeto gráfico:
Maria Ramos

Estatuto Editorial:
https://www.si.ips.pt/ese_si/web_base.gera_pagina?P_pagina=31526

Editorial

Democracia, Informação e Participação Cidadã

A Democracia enquanto regime plural que acolhe a diversidade, também vive de vozes críticas e dissonantes.
Os órgãos de comunicação social (OCS) são, sem dúvida, indispensáveis instrumentos de divulgação dessas dissonâncias, de questionamento e de pluralidade de opiniões, abordagens e mundividências.
Falar a uma só voz e promover o pensamento único são características de regimes fechados, pobres e que não vêem nos indivíduos que fazem parte de uma sociedade, Cidadãos que se pensam enquanto agentes sociais e que pensam a sociedade em que vivem, interrogando-a e transformando-a.
Mas, podemos confiar em tudo o que lemos? Garantirão os OCS a necessária isenção à formação de opiniões bem informadas e detentoras de elementos suficientes para promover uma participação efetiva e consciente por parte de todos os Cidadãos?
Estarão os OCS, e os jornalistas que neles trabalham, aptos a resistir às tentativas de manipulação de que as notícias falsas são apenas um dos sintomas da parcialidade informativa?
A tentativa de influenciar a sociedade num determinado sentido, frequentemente no sentido dos interesses económicos e/ou políticos de quem financia os OCS, afasta a garantia de isenção da informação prestada e nem sempre o dever de informar com clareza prevalece nas práticas dos jornalistas. A precariedade crescente da profissão tem contribuído negativamente para a afirmação de práticas jornalísticas mais conhecedoras em que sobressai um conhecimento aturado dos factos e do que está em causa em cada contexto, em cada matéria, em cada realidade abordada.
A superficialidade com que alguns temas são tratados não ajuda à construção de uma sociedade mais informada, mais transparente e mais participada. A Democracia enfraquece quando os Cidadãos se alheiam do que os rodeia; e uma informação limitada e errónea constitui-se como um fermento para ideias falsas e práticas pouco consentâneas com sociedades saudáveis configuradas pela agência de Cidadãos conscientes, participativos e informados.
Uma Escola Superior de Educação que oferece uma Licenciatura em Comunicação Social também tem um papel a desempenhar na formação de futuros praticantes e na cooperação que pode estabelecer e desenvolver com a comunidade da qual faz parte.
Dito de outro modo, há uma responsabilidade social de que não abdicamos e que temos o dever de promover de forma ativa e comprometida. Afinal, o compromisso com a defesa da Democracia.

Cristina Gomes da Silva

Inquérito

Os *media* como instrumento da democracia

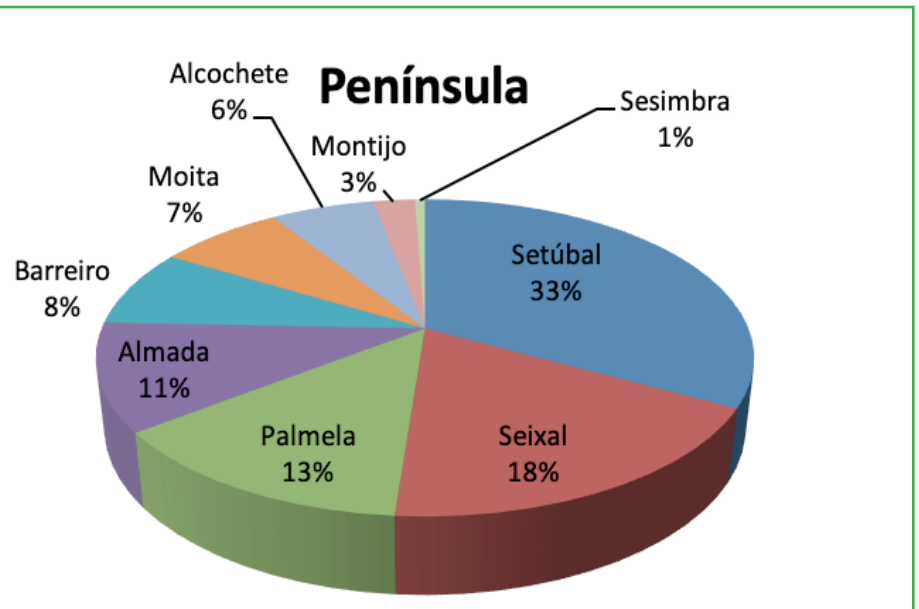
Mais de 70% consideram as notícias importantes para tomar decisões informadas

Mais de 60% dos inquiridos com idade até 24 anos
Mais de 86% moram na Península de Setúbal

Orlando César, Rui Capelo, David Simões e Diogo Bordalo

As notícias divulgadas pelos meios de comunicação social ajudam as pessoas a tomarem decisões mais informadas. Essa é a perceção de 72 por cento dos respondentes a um inquérito que auscultou a opinião de estudantes das quatro escolas do campus de Setúbal do Instituto Politécnico (IPS) e de pessoas questionadas em municípios da Península de Setúbal. Para eles, os media constituem um instrumento da democracia.

O reconhecimento da importância das notícias que é manifestada por 72 por cento dos inquiridos da amostra total (67,9% dos estudantes do *campus* e 75,5% dos respondentes no território) não os leva a descurar o papel de partilhar com os *media* a responsabilidade de se informarem. Para 68,4 por cento da amostra total, a responsabilidade pelo direito à informação dos cidadãos cabe a ambos (indivíduos e *media*). Percentagem que é mais elevada entre os inquiridos no território (70,8%) e mais baixa nas escolas (65,5%).
O inquérito por questionário foi aplicado em 2018 por 36 estudantes da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação (ver caixa). Os dados recolhidos nesta pesquisa foram tratados no corrente ano por uma equipa de quatro elementos. A amostra é constituída por 190 pessoas, das quais 84 foram inquiridas nas quatro escolas do *campus* de Setúbal do IPS e 106 nos nove municípios da Península de Setúbal (ver caixa).
Mais de 60 por cento da totalidade dos inquiridos têm até 24 anos de idade (ver caixa). Percentagem que ascende a 86,9 por cento se considerados apenas os respondentes das escolas. No conjunto da amostra, 45 por cento dos inquiridos têm o 12º ano de escolaridade e 24,3 por cento são licenciados. No *campus* de Setúbal, 90 por cento tem como grau de escolaridade o 12º ano ou a licenciatura.
O inquérito é o resultado de um trabalho colectivo, que decorreu em sala de aula, e teve como ponto de partida para o debate a apreciação do relatório de pesquisa da Knight-Gallup, realizada por iniciativa da norte-americana Knight Foundation Trust, Media and Democracy. O relatório foi publicado em 16 de janeiro de 2018 e a pesquisa inquiriu 19 mil americanos adultos.
A equipa da Knight-Gallup constatou que os norte-americanos acreditam que, à medida que se debate a confiança nos órgãos de comunicação social, a desinformação e o controlo sobre a avassaladora torrente de informação, o jornalismo tem «um papel importante a desempenhar» em democracia,. Desde que os *media* cumpram o seu papel.
Salientam que os resultados apurados induzem «importantes implicações para o futuro do jornalismo». Reforçam a ideia de que um jornalismo forte é essencial em democracia, assim como destacam as visões e perceções contrárias que afetam a confiança dos norte-americanos nas organizações noticiosas.



Vivem na Península de Setúbal 86,3% dos inquiridos

Um total de 164 (86,3%) dos 190 inquiridos reside nos nove concelhos da Península de Setúbal. Ainda fazem parte do distrito de Setúbal três dos inquiridos que moram no concelho de Santiago do Cacém. Apenas 23 indivíduos não têm residência em Setúbal.
Dos 164 indivíduos que residem na Península, 54 (32,9%) moram no concelho de Setúbal. Os restantes distribuem-se da seguinte forma: 30 vivem no concelho do Seixal (18,3%); 22 em Palmela (13,4%), um dos quais em Pinhal Novo; 18 em Almada (11%), um dos quais na Cova da Piedade; 13 no Barreiro (7,9%), um dos quais em Coina; 12 na Moita (dois dos quais na Baixa da Banheira); dez em Alcochete (6,1%); quatro no Montijo (2,4%); e um em Sesimbra (0,6%).
Com residência fora do distrito de Setúbal foram inquiridos 23 indivíduos (12,1%). O distrito de Lisboa é o mais expressivo, 12 respondentes (11 no concelho de Lisboa, quatro dos quais em Marvila e um em Loures). Segue-se-lhe o distrito de Évora com nove inquiridos (sete no concelho da capital do distrito, um em Borba e outro em Vila Viçosa) e o de Santarém com um. Um dos inquiridos não indicou a área de residência.

DS

Ficha inquérito

O questionário foi trabalhado no âmbito da unidade curricular Contextos Profissionais, do 1º ano da licenciatura em Comunicação Social, ano letivo de 2017-2018. Foi desenhado tomando por base ideias expendidas no relatório de pesquisa Knight-Galup, da Knight Foundation Trust, Media and Democracy, que inquiriu 19 mil norte-americanos adultos.
O inquérito interpela o papel desempenhado pelos meios de comunicação social como instrumento da democracia. Pretende avaliar se esse papel está a ser cumprido e qual a perceção que os inquiridos têm quanto à credibilidade das notícias. Essa linha foi seguida na pesquisa realizada pelos estudantes da licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Setúbal.
A amostra é aleatória. Foram definidos dois objetivos para a sua aplicação: proceder a inquéritos no âmbito das quatro escolas do *campus* de Setúbal do IPS (ESCE - Escola Superior de Ciências Empresariais, ESE - Escola Superior de Educação, ESS - Escola Superior de Saúde e EST - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal); e no terreno, em concelhos do território da Península de Setúbal.
Os estudantes organizaram-se em 18 pares e cada par inquiriu um mínimo de dez pessoas (50% de cada sexo). Foram inquiridas 190 pessoas (84 nas escolas e 106 no território). Oito pares aplicaram os questionários nas quatro escolas (2 pares por cada escola). Os restantes dez pares procederam ao inquérito no terreno (concelhos da Península).
A composição dos pares que procederam à pesquisa nas escolas é a seguinte: David Simões e Rui Capelo, Jersey Gonçalves e Luquénia Lopes (ESCE); Diogo Bordalo e Helena Praça, Catarina São Pedro e Josimar Marques (ESE); Ana Cláudia Nunes e Tiago Jesus, Bárbara Martins e Mariana Gomes (ESS); e Filipa Martins e Nadine Contador, Joana Valverde e Tomás Rondão (EST).
Os pares que aplicaram os questionários no território tinham a seguinte composição: Carolina Luz e Joana Sena; Ana Rita Gonçalves e Beatriz Fernandes; Ana Catarina Tomé e Katarina Fonseca; Cláudia Costa e Leonor Mendes; Ana Cristina Tomé e Catarina Isabel Ferreira; Carlota Pais e Carolina Silva; Joana Oliveira e Tereza Kozak; Diogo Catatão e Gonçalo Marinheiro; Melícia Francisco e Rui Travassos; Enzo Gesualdi e Sara Santos.

OC

Mais de 60% com idades até aos 24 anos

Mais de 60 por cento dos inquiridos têm até 24 anos de idade. Os 61,9 por cento incluem a totalidade da amostra, que engloba os 84 indivíduos inquiridos nas quatro escolas do *campus* de Setúbal do IPS e os 106 respondentes em concelhos da Península de Setúbal.
A faixa etária dos indivíduos com menos de 20 anos e até aos 24 atinge os 86,9 por cento dos inquiridos nas quatro escolas do IPS. Essa também é a faixa etária mais expressiva entre os inquiridos em concelhos do território (41,9%).
No conjunto dos inquiridos (escolas e território), a segunda faixa etária mais expressiva é a dos 45 aos 64 anos (19,6%). Entre os 25 e os 44 anos são 13,8 por cento e com mais de 65 anos ascendem a 4,8 por cento.
Entre os indivíduos que compõem a amostra das quatro escolas, a segunda mais expressiva é a faixa dos 25 aos 44 anos, que atinge 8,3 por cento. Só há 4,8 por cento de respondentes com idades compreendidas entre 45 e 64 anos.
No território, a segunda faixa etária mais expressiva é a dos 45 aos 64 anos (31,4%). Seguem-se-lhe a dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (18,1%) e aqueles que têm mais de 65 anos (8,6%).

ESCOLARIDADE

No conjunto da amostra, 45 por cento dos inquiridos têm o 12º ano e 24,3 por cento são licenciados. Seguem-se-lhes os detentores do 9º ano (9,5%), os habilitados com um curso técnico-profissional (8,5%), os que têm um grau de ensino inferior ao 9º ano (7,4%), os que possuem mestrado (4,2%) e os que detém outra habilitação (1,1%).
O grau de escolaridade da maioria dos inquiridos no *campus* de Setúbal do IPS é o 12º ano (65,1%). Seguem-se os licenciados (25,3%), os detentores de um curso técnico-profissional (3,6%), os que possuem menos do que o 9º ano ou o 9º ano, em igual percentagem (2,4%) e os que indicaram outra habilitação (1,2%).
No território, situam-se acima dos 20 por cento os inquiridos com 12º ano (29,2%) e os licenciados (23,6%). Os restantes apresentam os seguintes resultados: 9º ano (15,1%); curso técnico-profissional (12,3%); menos do que o 9º ano (11,3%); mestrado (7,5%); e outra habilitação (0,9%).

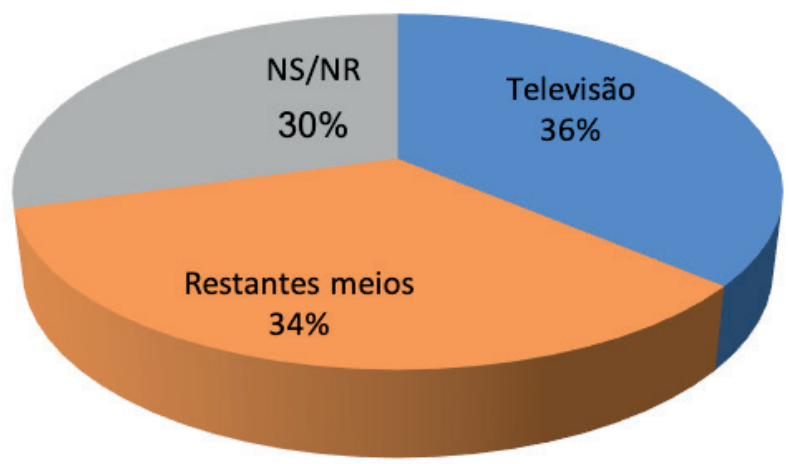
OC

Oitenta e quatro por cento dos inquiridos pela Knight-Gallup acreditam que os *media* têm um papel crítico muito importante a desempenhar, particularmente em informar o público, mas não percebem se o papel está s ser cumprido, e só menos de metade (44%) é capaz de nomear uma fonte de notícias objetiva.

PARCIAIS E INFLUENTES

O inquérito realizado pelos 36 estudantes da ESE apurou que 76,8 por cento dos inquiridos da amostra total consideram que os meios de comunicação social não são imparciais no que se refere ao noticiário sobre política (70,2% nas escolas e 82% no território). E 55,3 por cento da amostra total reconhecem que influenciam as suas opiniões políticas (61,9% nas escolas e 50% no território).
Mais de um terço dos respondentes é informado pela televisão (36,3%), o outro terço (34,2%) pelos outros *media* (tradicionais e novos) e os restantes (29,5%) não se pronunciaram (ver caixa, pergunta 1).
A partilha de ideias com pessoas com a mesma opinião ou com opiniões diferentes foi também suscitada e 84,7 por cento dos respondentes da amostra total escolheram a terceira opção, isto é, ambas as situações (79,5% nas escolas e 88,7% no território). A pergunta aberta associada a esta questão abriu mais o leque e fez crescer o número dos que não sabem ou não quiseram elucidar a escolha (ver caixa, pergunta 6).
A identificação das fontes constitui «um critério fundamental», tal como está estipulado no ponto 7 do Código Deontológico do Jornalista (CDJ). Este ponto, conjugado com o que se refere ao direito constitucional de acesso às fontes, representa uma garantia de transparência da informação produzida pelo jornalismo.
O dever dos jornalistas ouvirem «as partes com interesses atendíveis no caso» (ponto 1 do CDJ), sempre que procedem à comprovação dos factos, reforça a transparência e confere uma perspetiva mais plural ao relato. Quase 69 por cento dos respondentes de toda a amostra consideram que um maior número de fontes confere mais crédito às notícias (66,3% nas escolas e 70,8% no território). Uma pergunta aberta incluída nesta questão permitiu aos inquiridos explicitar a sua posição (ver caixa, pergunta 5).
O fenómeno na sua aparência óbvio, mas simultaneamente complexo, das notícias falsas é abordado numa pergunta aberta. A falsidade pode supor várias intencionalidades e situações. As respostas de 85 por cento dos inquiridos da amostra total exprimem-no, enquanto 15 por cento optam por não se pronunciar. Apenas dez por cento dos inquiridos associam as notícias falsas à ausência de fontes de informação (ver caixa, resposta 8).
Uma outra pergunta, esta fechada, permitiu constatar que 86,2 por cento dos indivíduos da amostra total consideram que hoje há mais notícias falsas nos meios de comunicação social (89,1% nas escolas e 83,9% no território).
O inquérito intentou também avaliar a credibilidade que merece a informação divulgada pelos *media* numa escala classificatória (de 0 a 10) que permitisse comparar as respostas prestadas em relação aos *media* tradicionais (imprensa, rádio e televisão) e as referentes aos novos *media* (Internet, designadamente agregadores de conteúdos, e redes sociais). A credibilidade dos *media* tradicionais é classificada por 75,1 por cento dos inquiridos da amostra total no intervalo de seis a dez da escala (73,5% nas escolas e 76,4% no território). No mesmo intervalo, a credibilidade dos novos *media* é classificada por 30,7 por cento dos respondentes (33,7% nas escolas e 28,3% no território).
O uso de dados pessoais dos utilizadores por parte de plataformas como a Facebook e a Google foi também objeto de uma questão colocada aos inquiridos. Foi-lhe perguntado se consideravam que a atividade de empresas como as mencionadas devia ser regulamentada. Mais de 90 por cento dos respondentes pronunciaram-se a favor da regulamentação (91,6% nas escolas e 90,6% no território).
O inquérito é constituído por dez questões, que introduzem 14 perguntas, das quais dez são fechadas e quatro abertas. Os dados apurados e tratados são apresentados, em seguida, em cada uma das dez questões e acompanhados por dois gráficos correspondentes aos resultados de cada questão colocada.
Um dos gráficos apresenta as respostas transmitidas pelos respondentes de cada uma das quatro escolas (ESCE - Escola Superior de Ciências Empresariais, ESE - Escola Superior de Educação, ESS - Escola Superior de Saúde e EST - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal).
O outro gráfico apresenta as respostas agregadas das quatro escolas, as respostas obtidas no terreno (concelhos da Península de Setúbal) e as respostas acumuladas das quatro escolas com as do território (a totalidade da amostra).
Os gráficos apresentam barras que representam a totalidade.do universo (masculino e feminino) inquirido, e também barras correspondentes a essa realidade desagregada (a percentagem que corresponde ao número de respondentes masculinos e a percentagem correspondente ao número de respondentes femininas). Masculino e feminino são identificados pelos respetivos símbolos.

70% indicam o meio



A televisão informa um terço dos respondentes

Dois terços dos 190 inquiridos indicam os meios de comunicação social que os informam. Mais de um terço (36,3%) informa-se na televisão, o outro terço (34,2%) obtém informação nos restantes *media* (tradicionais e novos) e o restante terço (29,5%) não se pronunciou.
A questão colocada decorre da primeira pergunta fechada do inquérito por questionário. Após serem questionados se as notícias dos *media* os ajudam a tomarem decisões informadas (ver texto principal), os inquiridos eram convidados, em pergunta aberta, a especificarem o meio de comunicação social que os informa.
A televisão é a escolha de 36,3 por cento dos respondentes. Deste universo de 69 indivíduos, só 21,7 indica o telejornal como fonte da sua informação. Os restantes 78,3 por cento aludem apenas ao meio.
Outro dado relevante consiste na opção de que não sabem ou não respondem, escolhida por 56 indivíduos (29,5% do total dos inquiridos).
Dos 65 indivíduos (34,2% do total da amostra) que se informam noutros *media* tradicionais e novos, a sua distribuição é a seguinte: 21,6 por cento optam por ter a imprensa como fonte de informação (41 indivíduos); 8,9 por cento informa-se na Internet (17); e 3,7 por cento através da rádio (7).
As respostas indiciam que um terço dos inquiridos não quis responder ou não atribui importância quer à informação quer aos meios que a divulgam. A televisão parece manter a centralidade quer como ação ativa de a ligar à hora das refeições quer como ato passivo, o aparelho está ligado: ouve-se e vê-se. A rádio é a menos escolhida dos meios. Muitos preferem escutar a rádio enquanto se deslocam de carro.

DB

1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (MCS) SÃO UM INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA. AS NOTÍCIAS QUE DIVULGAM AJUDAM AS PESSOAS A TOMAREM DECISÕES INFORMADAS?

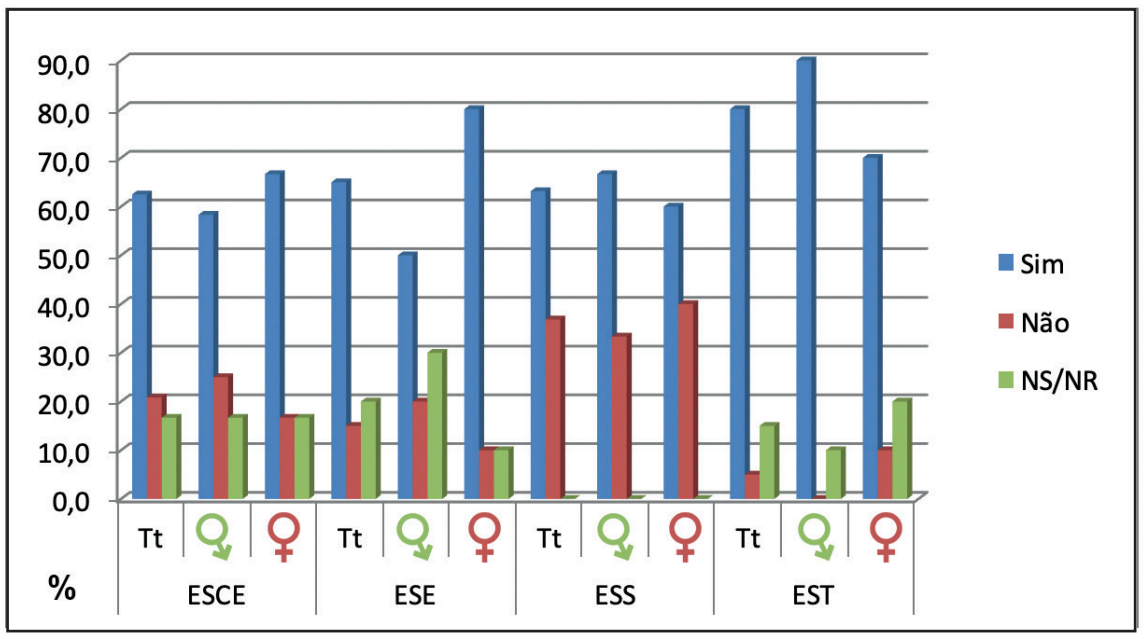
A maioria dos inquiridos responde afirmativamente a esta questão, mas verificam-se nos dois gráficos representações diferenciadas, quer quanto à totalidade de cada universo respondente quer quanto à desagregação por sexos (correspondente ao registo de respostas de cada uma dessas unidades).

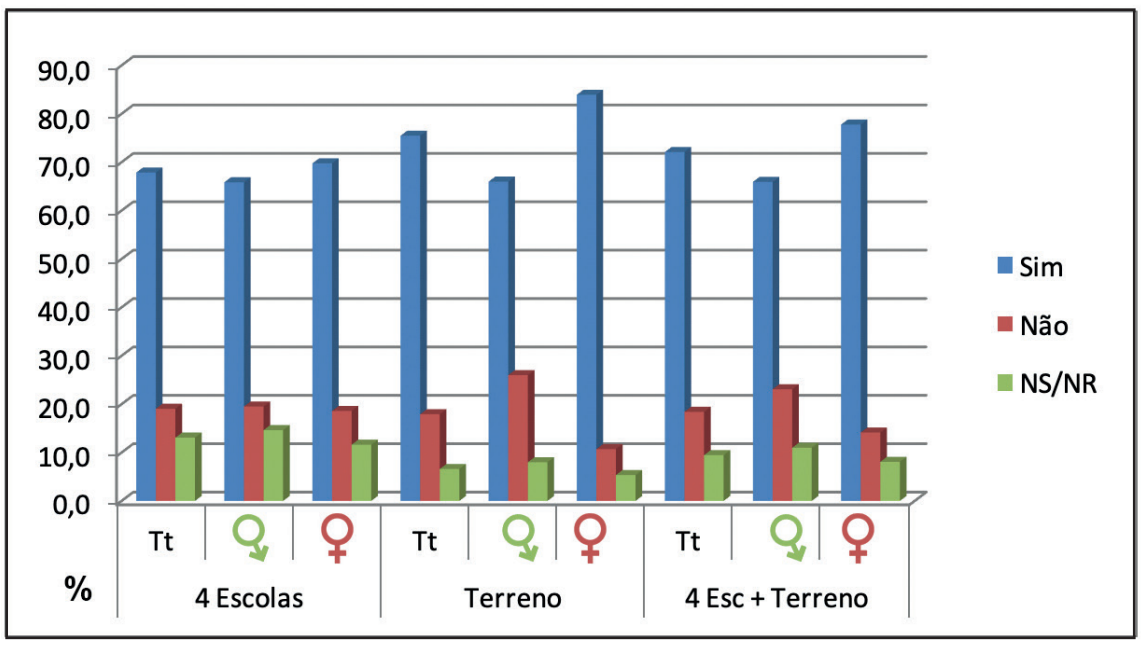
No primeiro gráfico, as respostas da totalidade dos respondentes (ambos os sexos) varia entre os 80 por cento registados na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (EST) e os 62,5% apurados na Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE). Verifica-se igual percentagem de respostas positivas (65%) na Escola Superior de Educação (ESE) e na Escola Superior de Saúde (ESS).

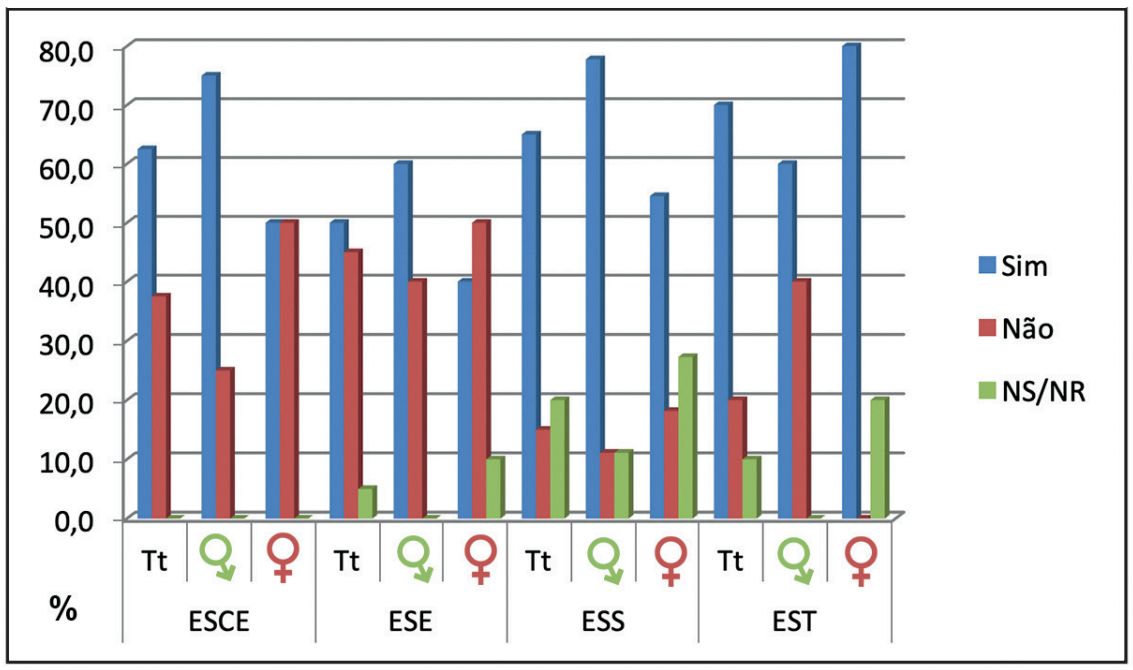
No segundo gráfico, as respostas positivas da totalidade dos inquiridos no território dos concelhos (ambos os sexos) ascendem a 75,5 por cento (72,1% na barra que agrega o total de respostas obtidas nas escolas e as apuradas no terreno).

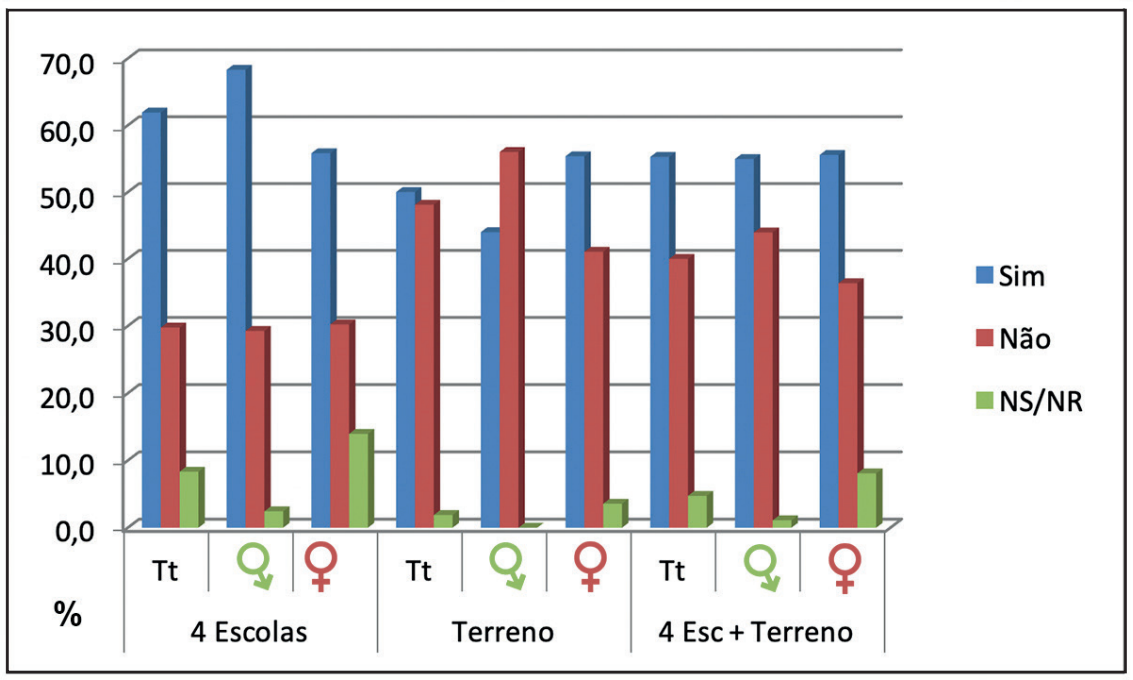
Na desagregação das respostas por sexo, e relativamente à posição minoritária dos que consideram que as notícias não são importantes para os ajudarem a tomar decisões informadas, as dos respondentes masculinos superam as do sexo feminino na ESCE, ESE, terreno e totais. A exceção regista-se na ESS e EST.

Nove e meio por cento da totalidade da amostra não sabe ou não quis responder à questão.









2. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INFLUENCIAM AS SUAS OPINIÕES POLÍTICAS?

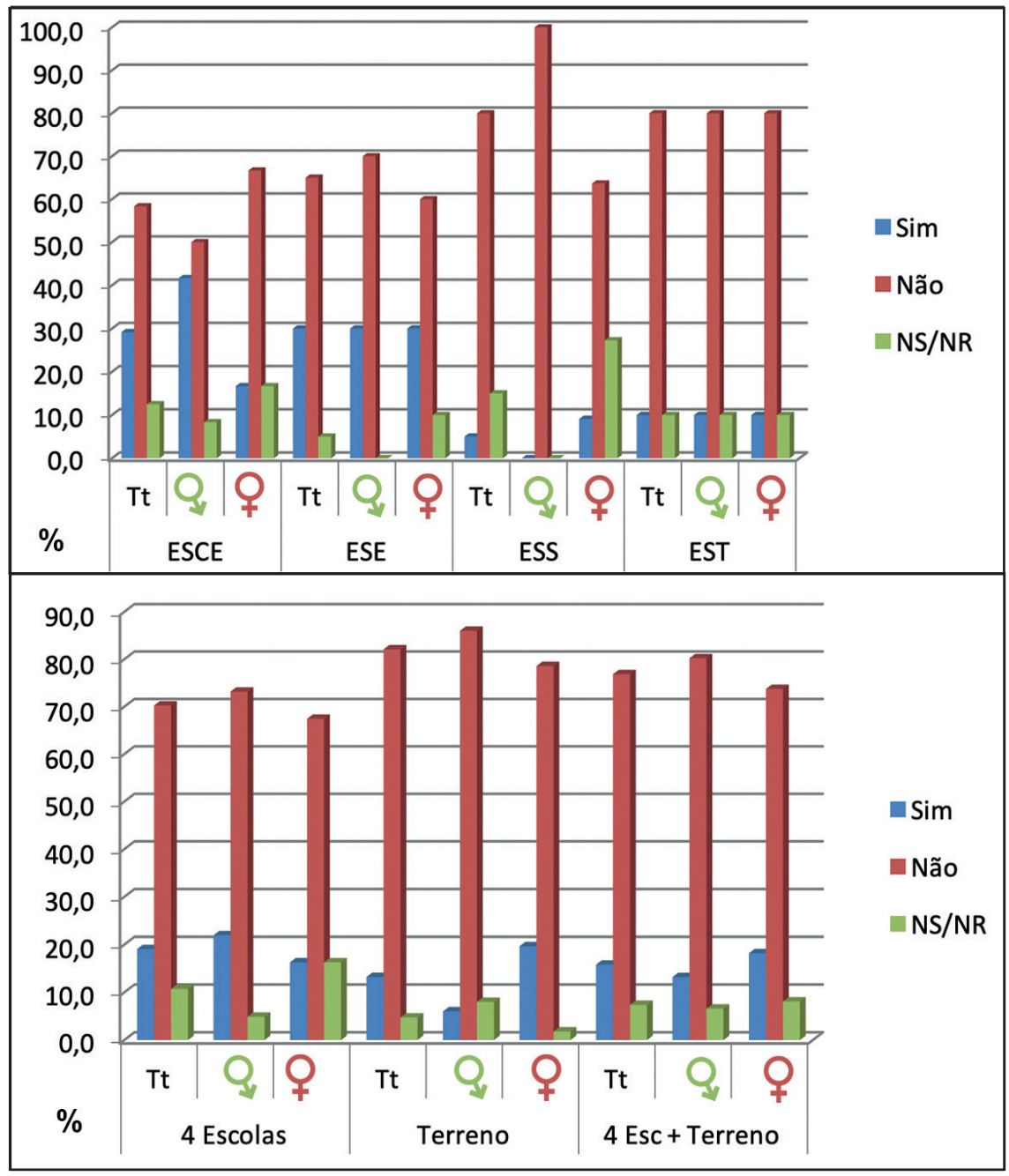
São os inquiridos auscultados nos concelhos do território da Península de Setúbal e os da ESE os que se afirmam menos influenciados pelos meios de comunicação social. Cinquenta por cento destes dois grupos reconhecem que os *media* influenciam as suas opiniões políticas. Os mais influenciados são os respondentes da EST, onde essa percentagem atinge os 70 por cento, a qual é influenciada pelas 80 por cento de respostas afirmativas do sexo feminino.

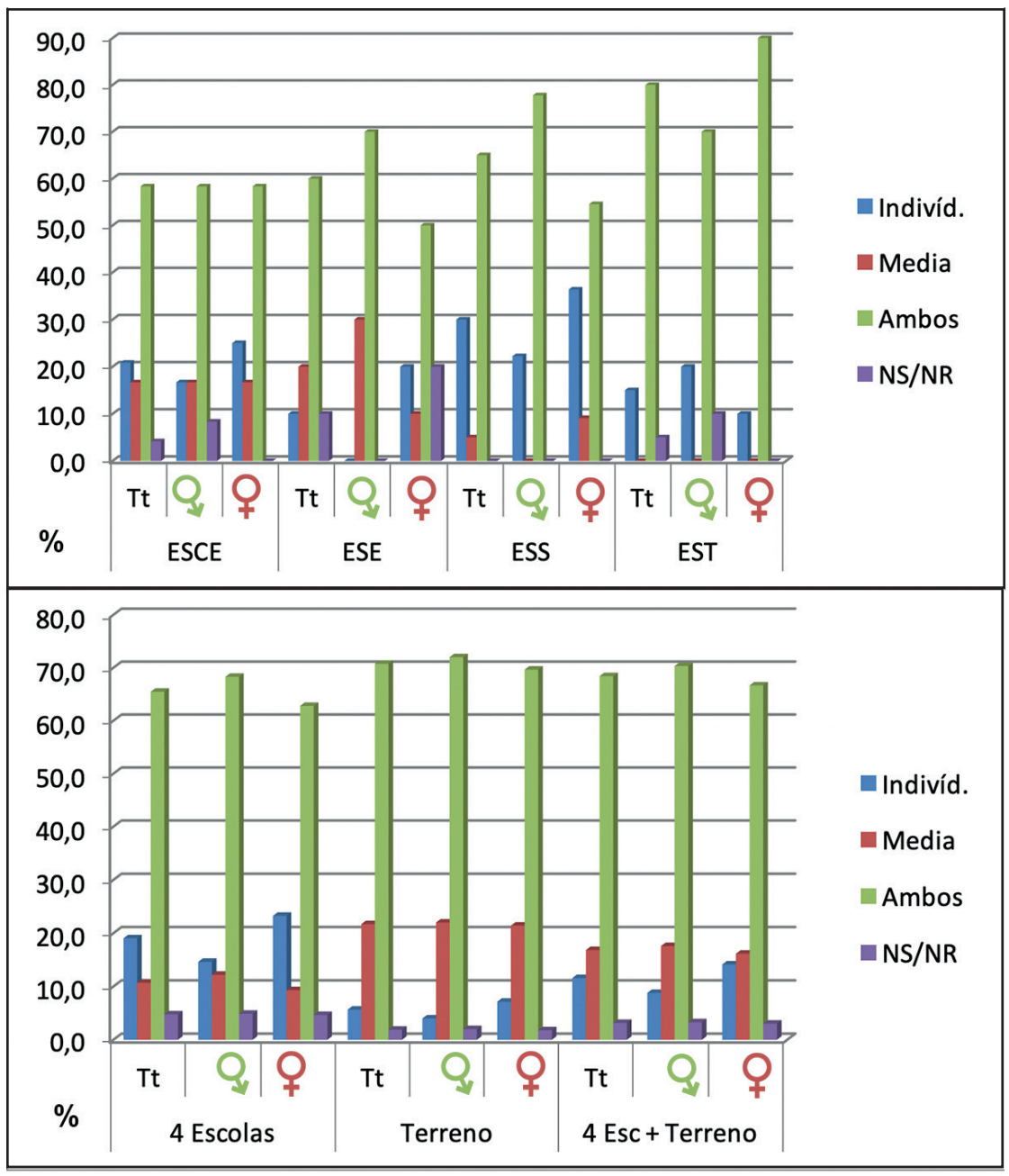
Na ESCE, 62,5 por cento afirmam que as suas opiniões políticas são influenciadas e na ESS 65 por cento. Influência que é percepcionada por 55,3 por cento de toda a amostra (escolas e território). Quarenta por cento de toda a amostra afirmam não sofrer influência e 4,7 por cento não se pronunciaram.

As respondentes da ESCE, ESE e ESS superaram os inquiridos masculinos ao negar essa influência.

3. CONSIDERA QUE OS MCS SÃO IMPARCIAIS NO QUE SE REFERE AO NOTICIÁRIO POLÍTICO?

As respostas a esta questão consideram esmagadoramente que os meios de comunicação social são parciais no que se refere a noticiário político. Nesse sentido pronunciam-se 76,8 por cento dos respondentes da amostra agregada de escolas e território (70,2% nas escolas e 82,1% no território). A desagregação por escola evidencia que 80 por cento dos respondentes da ESS e da EST consideram que não são imparciais (58,3% na ESCE e 65% na ESE).
Quanto aos inquiridos que consideram os *media* imparciais, verifica-se maior variação de tendências em função do sexo. Na ESE e EST as respostas equilibram-se, na ESCE as respostas masculinas superam as femininas, enquanto na ESS as respostas femininas predominam, tal como no território. Não sabem ou não responderam à questão 7,4 por cento da amostra total.





4. QUEM CONSIDERA QUE DEVE SER RESPONSÁVEL PELO DIREITO À INFORMAÇÃO DOS CIDADÃOS?

A responsabilidade pelo direito à informação dos cidadãos é considerada por 68,4 por cento dos respondentes da amostra total como um papel a desempenhar pelos indivíduos e pelos *media*. Quanto aos outros respondentes desta amostra (escolas e território), 16,8 por cento atribuem essa responsabilidade aos *media* e 11,6 por cento aos indivíduos. Não sabem ou não respondem 3,2 por cento dos inquiridos.
Os resultados das escolas e do território registam sentido idêntico ao total, embora com intensidades diferentes (70,8% dos respondentes do território incumbem ambos e 65,5% dos das escolas). As restantes respostas apresentam tendências contrárias. Para 21,7 por cento dos inquiridos no território são os *media*, enquanto 10,7 por cento dos ouvidos nas escolas dão igual resposta (5,7% dos respondentes no território dizem ser papel dos indivíduos, sentido em que se pronunciam 19,1 por cento nas escolas).
Na desagregação dos resultados por escola, 80 por cento dos inquiridos da EST atribuem o papel a ambos (indivíduos e *media*). Seguem-se-lhe por ordem decrescente de respondentes a ESS (65%), a ESE (60%) e a ESCE (58,3%). Quem confere mais importância ao papel que os indivíduos desempenham são os respondentes da ESS (30%) e os da ESCE (20,8%).
Vinte por cento dos inquiridos da ESE afirmam que o papel cabe aos *media*, enquanto 16,7 por cento da ESCE respondem de forma idêntica. Na EST o papel atribuído ao *media* é nulo e na ESS fica pelos cinco por cento.

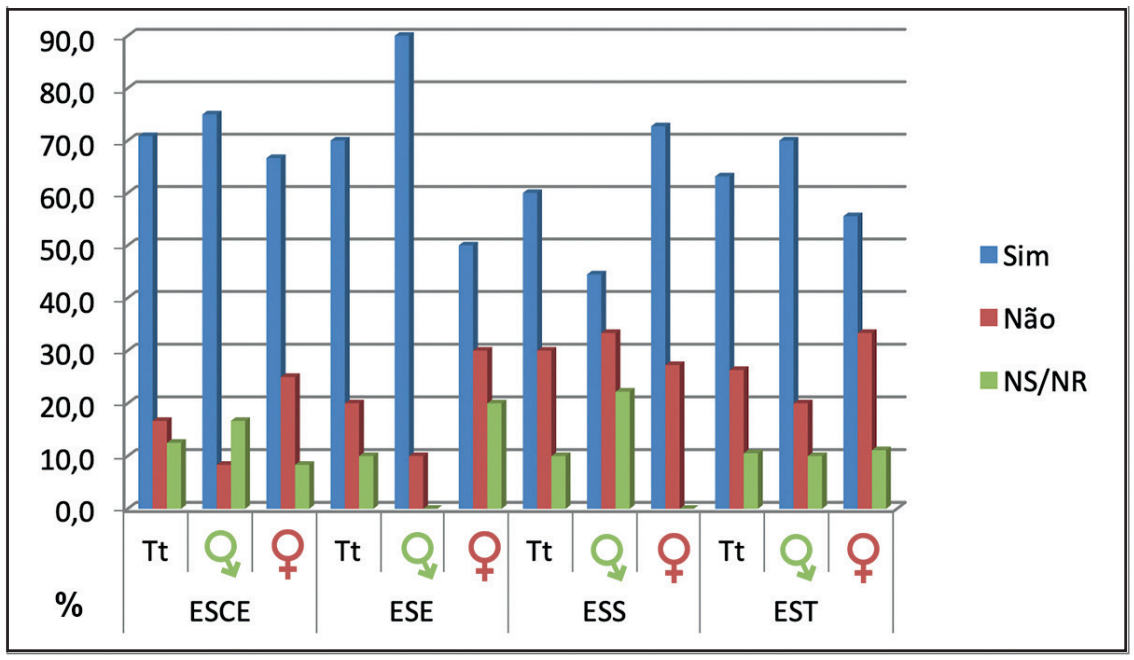
Fontes garantem mais informação

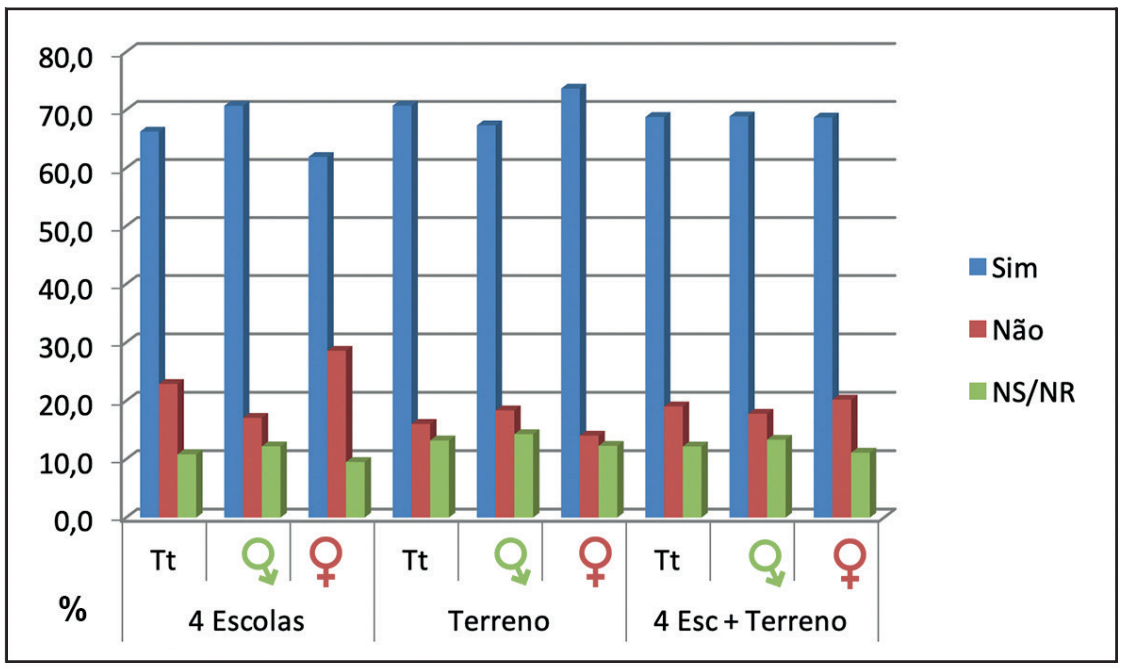
A pergunta aberta, integrada nesta questão, permite verificar uma circunstância mais representativa. Transmitida por 20,5 por cento dos respondentes da amostra total (escolas e território), a opção de resposta à pergunta fechada é justificada por considerarem que as fontes acrescentam mais informação.
Questionava-se, na pergunta fechada, se um maior número de fontes facilita ou dificulta o crédito que é atribuído às notícias. Parte dos inquiridos (12,2%) responderam não saber ou não quererem pronunciar-se. Na pergunta aberta, quase triplicou (35,3%) o número daqueles que escolheram essa opção.
Releva, porém, um conjunto de razões que sustentam fatores inerentes à diversificação e diversidade das fontes e pontos de vista. Além dos já referidos 20,5 por cento de respondentes que alegam que maior número de fontes proporciona mais informação, o que confere credibilidade, 15,8 por cento acreditam que é necessário que haja vários pontos de vista e várias opiniões, quer sejam contrárias quer sejam a favor, as quais contribuem para a compreensão e favorecem o conhecimento.
Um outro conjunto representado por 14,2 por cento de respondentes aduz justificações semelhantes às anteriores, com a particularidade de reforçarem os aspectos que associam o maior número de fontes ao incremento da diversidade da informação.
A credibilidade associada ao maior número de fontes é preconizada por 7,4 por cento dos respondentes, os quais acreditam nas vantagens para a informação e nos ganhos em termos de veracidade. Em sentido contrário, 6,8 por cento dos respondentes afirmam que mais fontes podem pôr em causa a credibilidade da informação.

DB

5. A EXISTÊNCIA DE UM MAIOR NÚMERO DE FONTES DE INFORMAÇÃO FACILITA [SIM] OU DIFICULTA [NÃO] O CRÉDITO QUE DAMOS ÀS NOTÍCIAS?

A credibilidade associada ao maior número de fontes regista a resposta positiva de 68,8 por cento dos inquiridos (escolas e território). Percentagem mais elevada ocorre entre os respondentes do território e os da ESCE (ambos 70,8%), e os da ESE (70%). Nas duas restantes escolas a percentagem fica abaixo de 66,3 por cento dos respondentes do conjunto das quatro escolas (63,2% na EST e 60% na ESS).
No conjunto das quatro escolas, regista-se a percentagem mais elevada dos inquiridos que consideram que um maior número de fontes dificulta o crédito atribuído às notícias (22,9%). No território essa percentagem fica nos 16 por cento. Esta resposta por escola regista os seguintes resultados: ESS (30%); EST (26,3%); ESE (20%) e ESCE (16,7%). As respostas dos que não se pronunciaram ultrapassam todas os dez por cento. A mais elevada regista-se no território (13,2%), logo seguida pela da ESCE (12,5%).

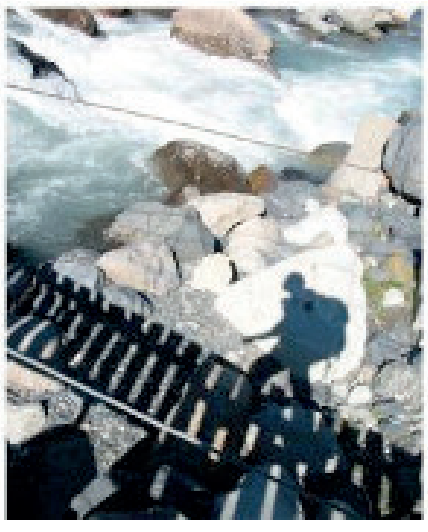




IPS Instituto Politécnico de Setúbal 1979-2019

COMEMORAÇÕES

CIÊNCIA



Migrações, multiculturalidade, desenvolvimento e inclusão

Exposição
"Take nothing but pictures", de Gonçalo Cadilhe

Maioria não identifica razão

As respostas do universo de inquiridos (escolas e território) permite criar por afinidade cinco agregados: partilha de ideias com pessoas com a mesma opinião e com opiniões diferentes; com pessoas com a mesma opinião; com pessoas com opiniões diferentes; reiterar a sua posição sem a justificar; e não sabe/ não responde (NS/NR). Tornam-se mais expressivas as que apontam razões para ambas as situações e os que não se quiseram pronunciar.

A pergunta aberta, integrada nesta questão, visava obter dos inquiridos a explicação que justificava a sua escolha entre o leque inicial de quatro opções: partilhar ideias com pessoas com a mesma opinião; com opiniões diferentes; ambas; e não sabe/ não responde.

Ascende a 37,4 por cento o agregado de indivíduos que, partilhando ideias com indivíduos com a mesma opinião e com opinião contrária, aduzem razões que o justificam. Parte deles, em maior número, argumentam que a sua opção visa a compreensão de mais pontos de vista. Seguem-se-lhes os que pretendem expandir horizontes, os que querem gerar o debate e, o mais reduzido, que quer cumprir o ideal de liberdade de expressão.

É expressivo que os inquiridos que não sabiam ou não se quiseram pronunciar sobre a pergunta fechada (1%) tenha aumentado para 29,9 por cento na pergunta aberta. Verifica-se, de facto, que a maioria não consegue identificar uma razão, caso se associem a estes os que reiteram a sua posição (gostam de partilhar ideias em ambas as situações ou com opiniões diferentes), os quais representam 24,1 por cento da amostra (escolas e território). Os que reiteram gostar de partilhar ideias com pessoas com opiniões divergentes é residual (1%).

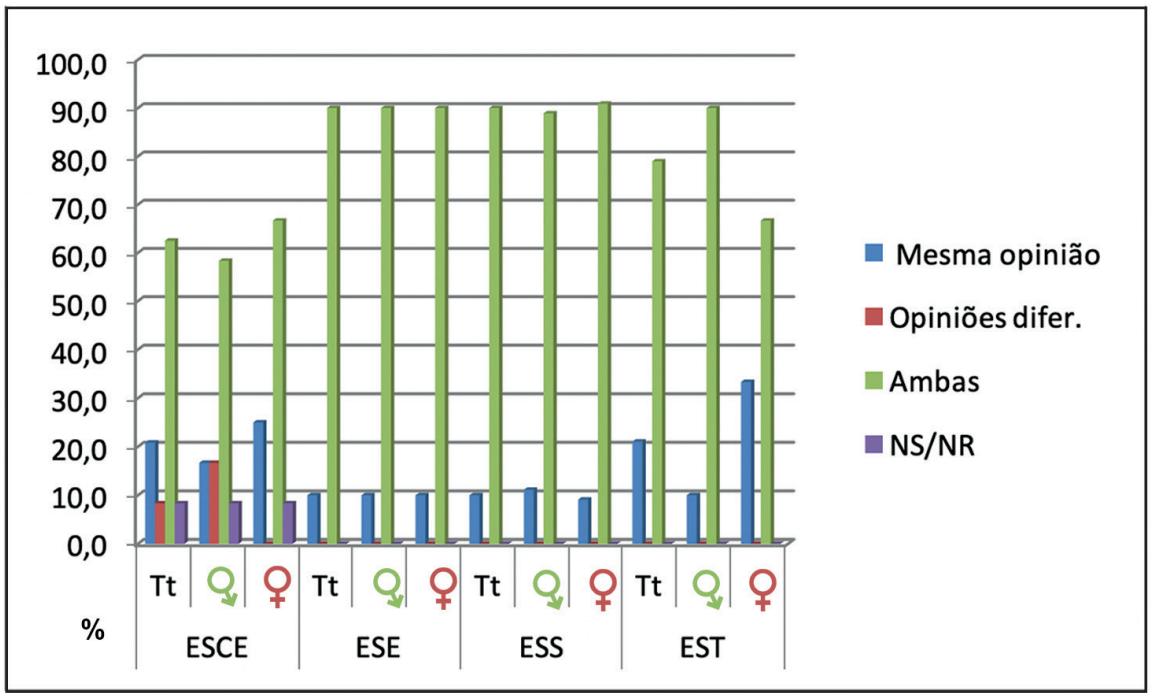
Além do gosto pessoal que exprimem, não apresentam uma razão concreta para a preferência.

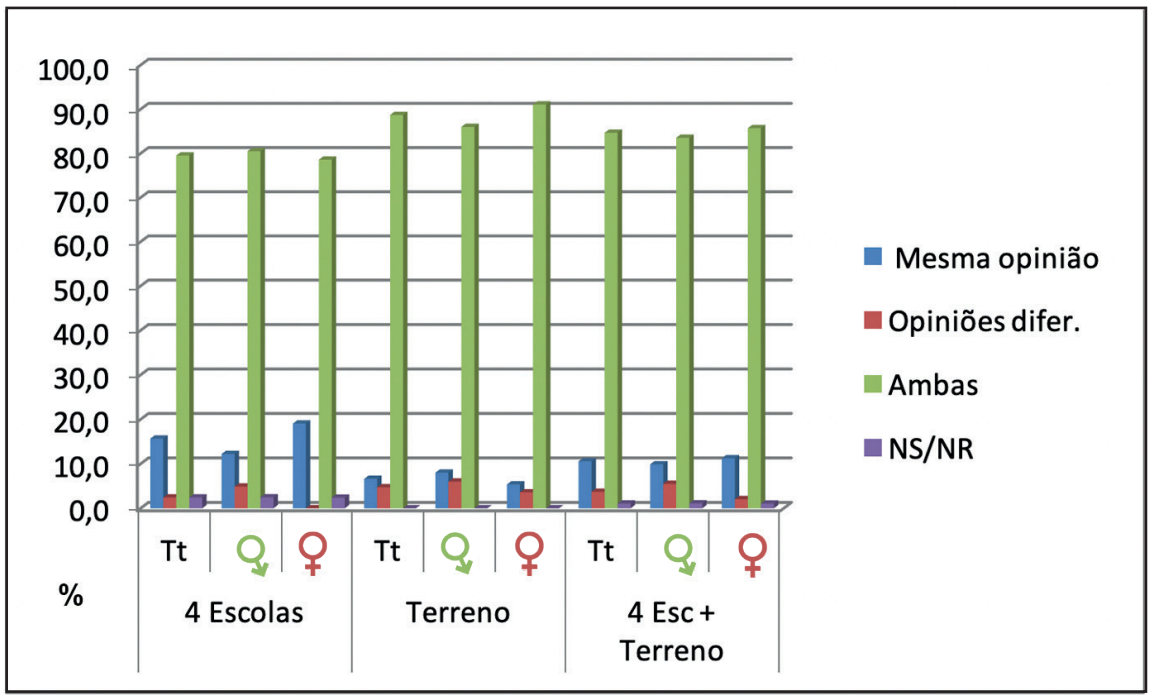
Os respondentes que afirmam partilhar ideias com pessoas com a mesma opinião (5,3% da amostra) fazem-no para evitar conflitos, para dispensar o debate ou porque existe uma melhor compreensão sobre o tema.

Por último, os inquiridos que partilham ideias com pessoas com opiniões diferentes (3,2%) fazem-no por considerar que tal atitude gera aprendizagem ou por ser desafiante compreender outros pontos de vista.

RC

© DR





6. TEM TENDÊNCIA A PARTILHAR IDEIAS COM PESSOAS COM A MESMA OPINIÃO QUE A SUA, COM OPINIÕES DIFERENTES DA SUA OU COM AMBAS?

A esmagadora maioria dos inquiridos afirma partilhar ideias quer com pessoas com a mesma opinião que a sua quer com pessoas com opiniões diferentes (88,7% no território e 79,5% nas escolas). Nas escolas, 15,7 por cento responderam que partilham com pessoas que têm a mesma opinião e 2,4 por cento com pessoas com opiniões diferentes, enquanto no território as respostas são, respectivamente, de 6,6 por cento e 4,7 por cento.

Apenas 1,1 por cento de todos os respondentes (escolas e território) afirmam não saber ou não querer responder. Essa percentagem é influenciada pelo resultado da ESCE, onde 8,3 por cento dos respondentes não se pronunciaram.

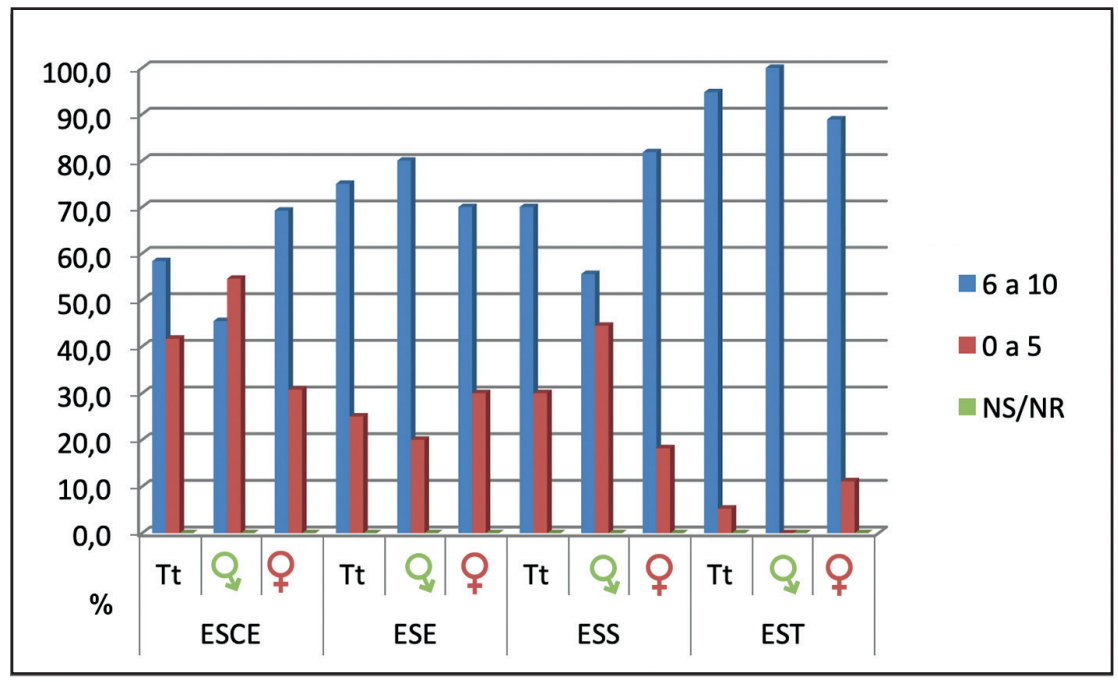
O gráfico com a desagregação das escolas mostra que, com exceção da ESCE, os inquiridos não partilham ideias apenas com pessoas com opiniões diferentes.

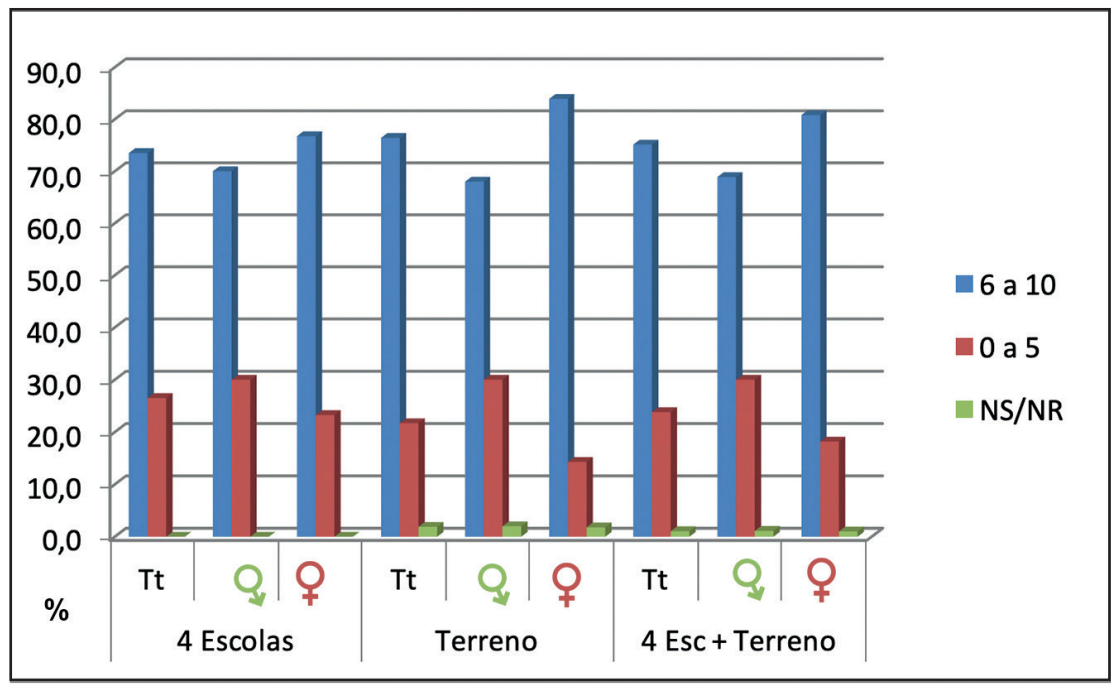
7. CLASSIFIQUE A CREDIBILIDADE QUE LHE MERECE A INFORMAÇÃO DIVULGADA PELOS *MEDIA*? *MEDIA* TRADICIONAIS (IMPRENSA, RÁDIO, TV).

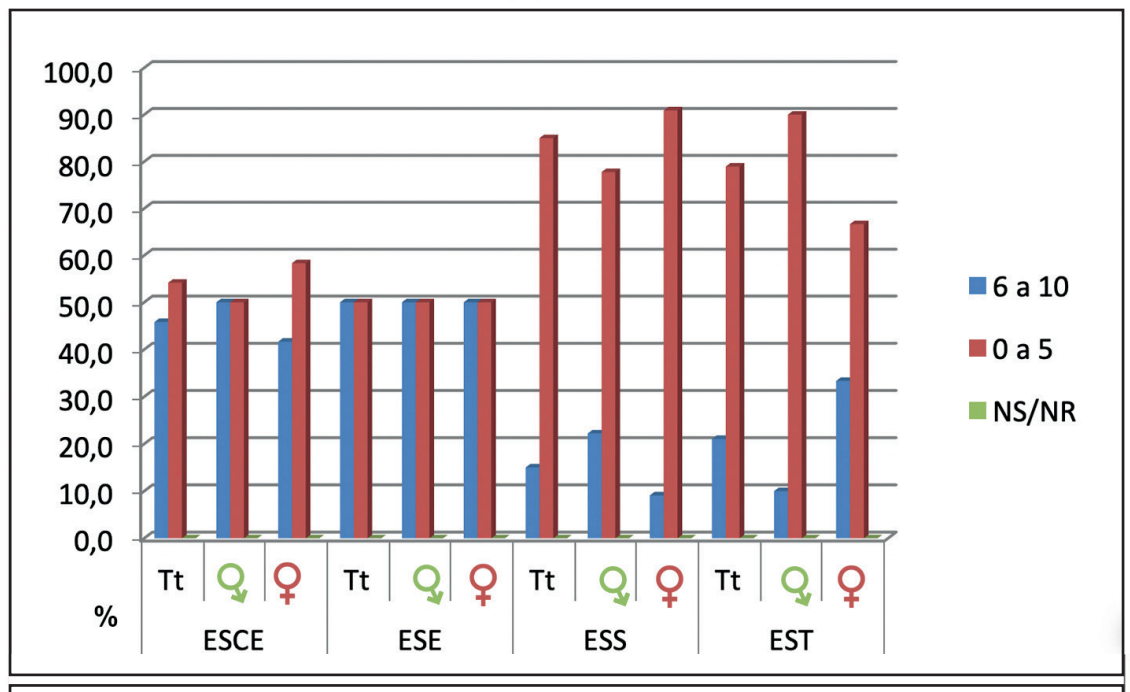
Estes dois gráficos referentes aos *media* tradicionais, tal como os dois seguintes (novos *media*) representam os resultados das respostas agregadas cuja classificação foi atribuída pelos respondentes no intervalo de seis a dez (numa escala de zero a dez) e as respostas agregadas no intervalo de zero a cinco. A escala previa ainda a hipótese não sabe/ não responde, utilizada apenas por 1,9 por cento dos respondentes inquiridos no território.

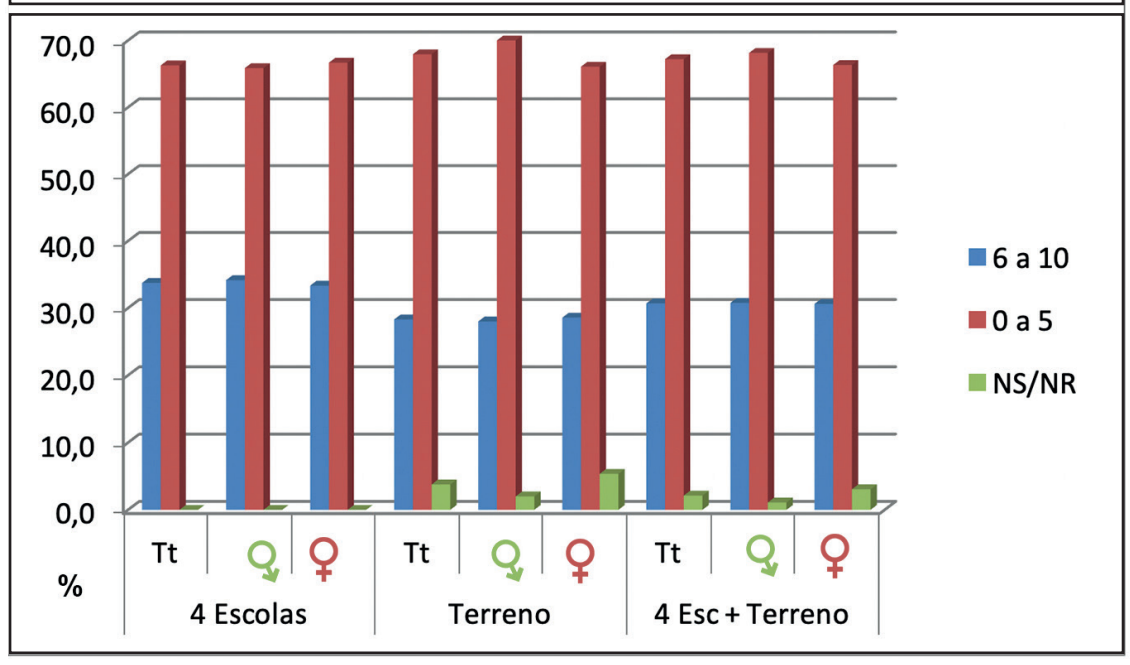
Comparadas as respostas do intervalo de seis a dez, os inquiridos das quatro escolas e os do território estão separados apenas por 2,9 pontos percentuais. No território, 76,4 por cento dos respondentes distribuíram a sua classificação no intervalo de seis a dez, enquanto no mesmo intervalo as escolas registaram 73,5 por cento de respostas.

A variação é muito mais diferenciada na desagregação dos resultados das escolas. A EST é a escola com maior número de resposta no intervalo de seis a dez (94,7%). As restantes escolas apresentam os seguintes resultados: ESE (75%), ESS (70%) e ESCE (58,3%). Na ESCE e na ESS, o número de respostas do sexo feminino superam as do sexo masculino, verificando-se tendência contrária na ESE e na EST.









7. CLASSIFIQUE A CREDIBILIDADE QUE LHE MERECE A INFORMAÇÃO DIVULGADA PELOS *MEDIA*? NOVOS *MEDIA* (INTERNET, REDES SOCIAIS).

A representação da classificação atribuída pelos respondentes ao novos *media* é inversa à que é expressa nos resultados dos *media* tradicionais. Da totalidade dos respondentes (escolas e território), 30,7 por cento classificaram a credibilidade que lhes merece a informação dos novos *media* no intervalo de seis a dez, enquanto 67,2 por cento o fizeram no intervalo de zero a cinco. Não sabem ou não responderam 2,1 por cento.

A classificação atribuída pelos inquiridos quer no território quer mas escolas acompanha a mesma tendência. No território, 28,3 por centos dos respondentes distribuíram a sua classificação no intervalo de seis a dez, enquanto no mesmo intervalo as escolas registaram 33,7 por cento de respostas (no intervalo de zero a cinco, as respostas atingiram, respectivamente, 67,9 por cento e 66,3 por cento). No território, 3,8 por cento escolheram a opção não sabe/ não responde.

Os resultados desagregados das escolas apresentam duas situações distintas. Na ESE, as respostas distribuem-se igualmente nos dois intervalos. Situação semelhante ocorre na ESCE (45,8% no intervalo de seis a dez e 54,2% no intervalo de zero a cinco). Nas outras duas escolas a situação é distinta. Na ESS, 15 por cento escolheram o intervalo de seis a dez e 85 por cento o de zero a cinco, enquanto na EST a opção dos inquiridos foi, respectivamente, de 21,1 por cento e 78,9 por cento.

8. O QUE SÃO PARA SI "NOTÍCIAS FALSAS"?

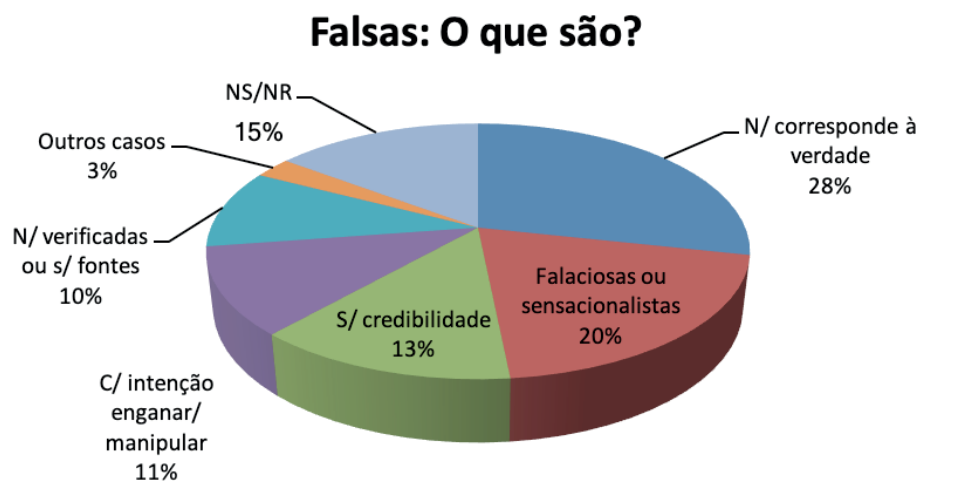
O QUE SÃO NOTÍCIAS FALSAS?

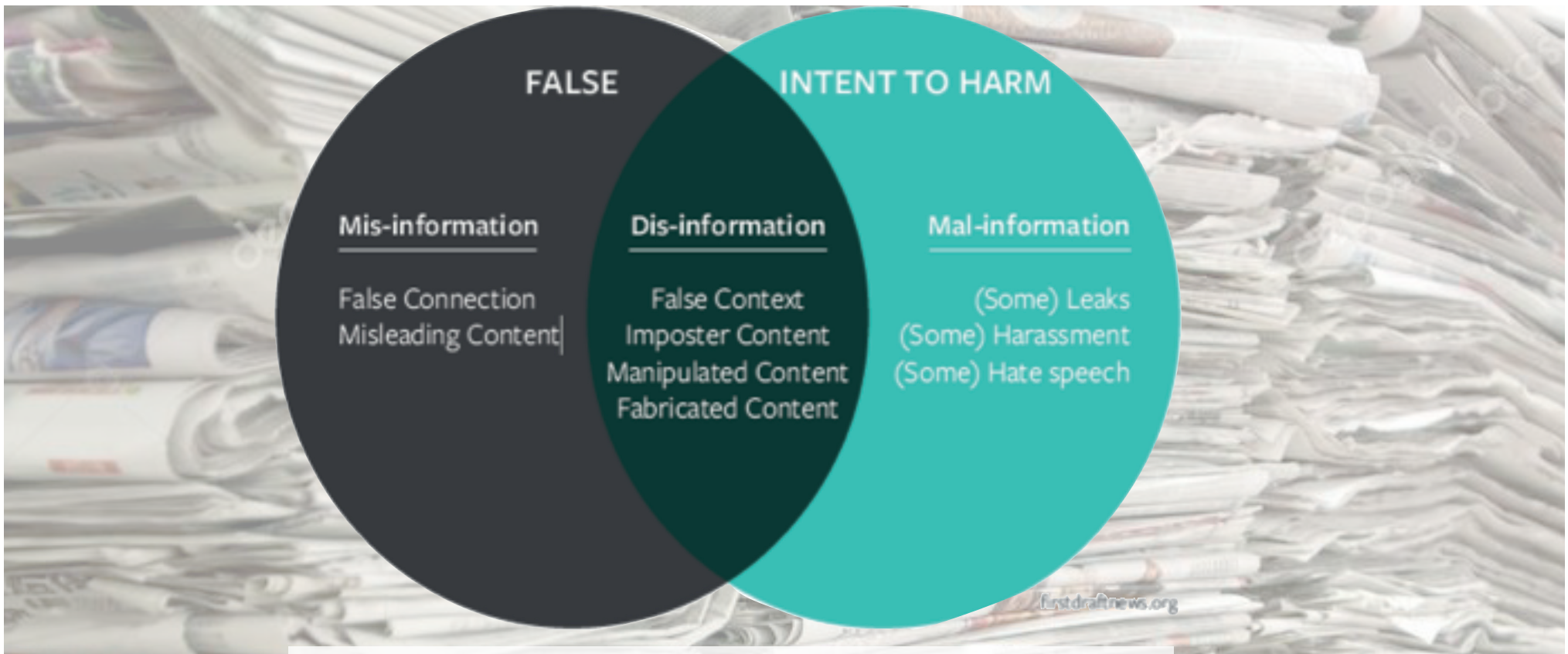
Quase 30% afirma que "não correspondem à verdade"

Falar de notícias falsas é tão óbvio quanto complexo. A falsidade pode supor várias intencionalidades e situações. As respostas de 85 por cento dos inquiridos exprimem-no. Aqueles que afirmam que "não correspondem à verdade" são 28 por cento.
Surpreende que 15 por cento dos 190 inquiridos não mostre ter qualquer noção concreta sobre o que são notícias falsas, optando pela opção "Não sabe/ Não responde". As restantes respostas distribuem-se por um conjunto de seis tipologias.

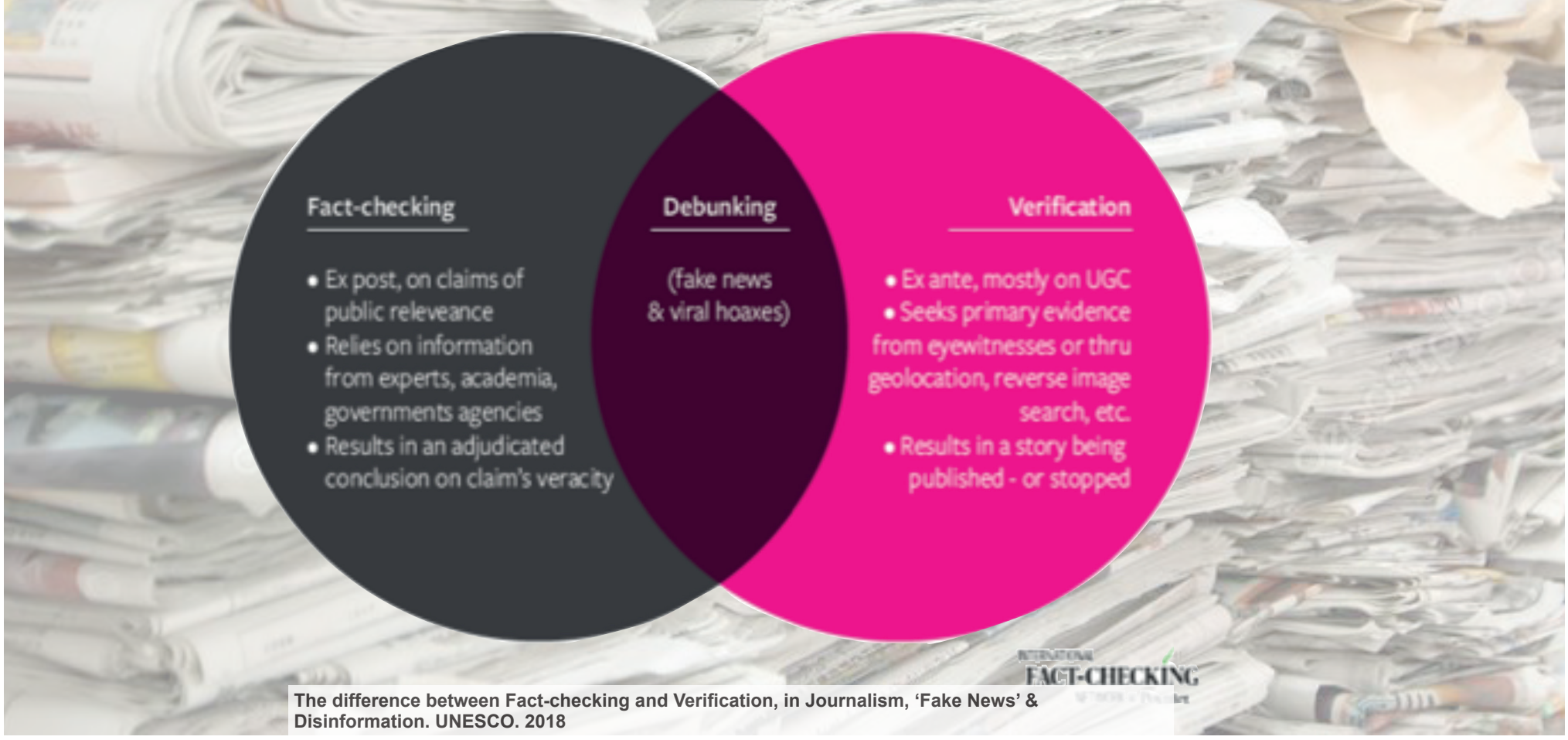
Questionados sobre o que são notícias falsas, 28 por cento dos inquiridos responderam que notícias falsas são aquelas "que não correspondem à verdade", talvez pela direta antonímia entre as palavras «verdadeiro» e «falso». Não muito afastados desta ideia, 20% dos inquiridos consideram as notícias falsas como falaciosas, inventadas ou sensacionalistas.
Ainda neste campo ideológico situam-se as respostas de 13 por cento dos respondentes que consideram ser as que se apresentam sem credibilidade.
Mais incisivos, 11 por cento dos inquiridos no estudo atribuem-lhes uma intencionalidade. Acreditam que as *fake news* têm como propósito primordial enganar e manipular. Destes 11 por cento, cinco indivíduos acreditam que a manipulação, subjacente às notícias falsas, é deliberada e intencionalmente fabricada pelos meios de comunicação social.
Apenas dez por cento dos inquiridos situam nas fontes referenciadas das notícias o seu juízo. Afirmam que a ausência de fontes ou factos são pilares de uma notícia falsa. Somente três por cento dos participantes, cinco em valor absoluto, têm ideias mais dispersas sobre *fake news*, associando-as a notícias alarmistas e ao presidente dos EUA, Donald Trump.

RC





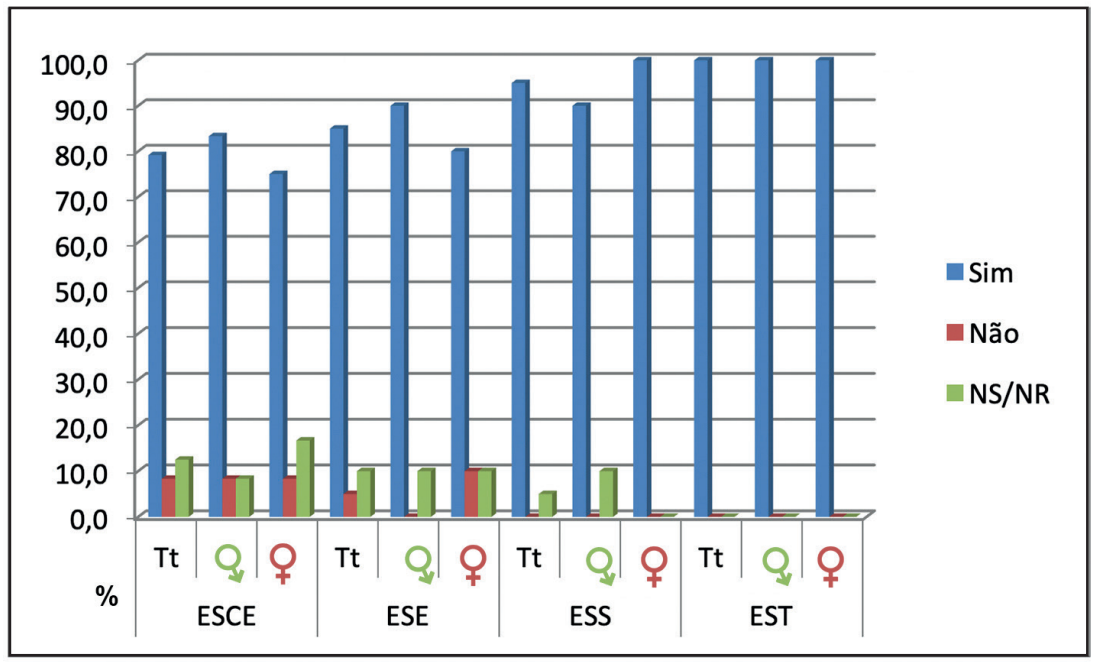
'Information disorder', in Journalism, 'Fake News' & Disinformation. UNESCO. 2018

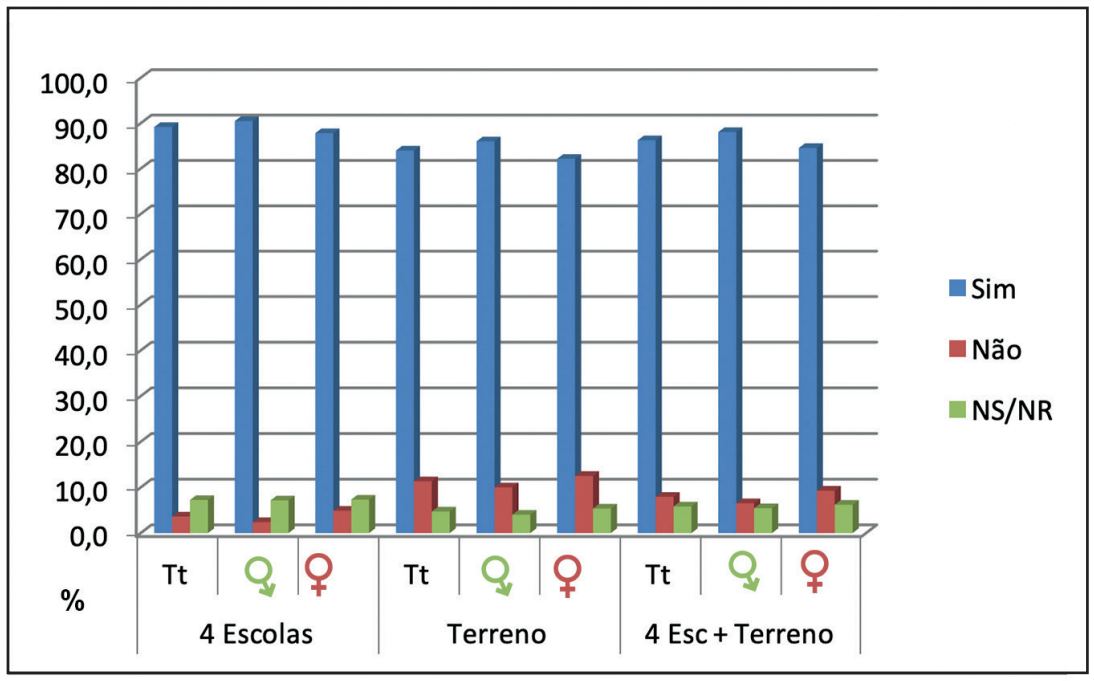


The difference between Fact-checking and Verification, in Journalism, 'Fake News' & Disinformation. UNESCO. 2018

9. ACHA QUE HOJE HÁ MAIS NOTÍCIAS FALSAS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO?

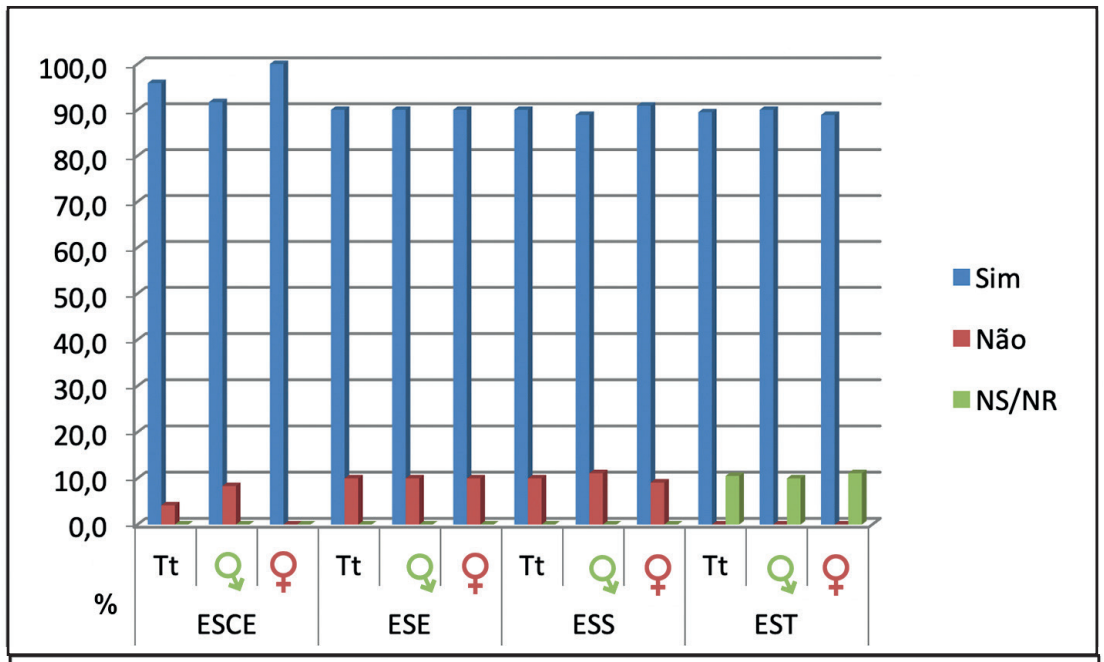
A resposta é esmagadoramente afirmativa em todos os agregados. Dos respondentes das quatro escolas, 89,2 por cento têm a perceção de que hoje há mais notícias falsas nos meios de comunicação social, enquanto no território essa percentagem ascende a 84. Quanto às restantes respostas, no território a percentagem é mais elevada entre os que acham que não há mais notícias falsas (11,3%) e nas escolas é mais expressiva a opção não sabe/ não responde (7,2%). A totalidade das respostas na EST considera a existência de mais notícias falsas, enquanto na ESS fica apenas cinco pontos percentuais abaixo (95%). Nas outras duas escolas, os resultados são os seguintes: na ESE 85 por cento têm a perceção de que existem mais notícias falsas e na ESCE são 79,2 por cento as respostas com idêntica opção.

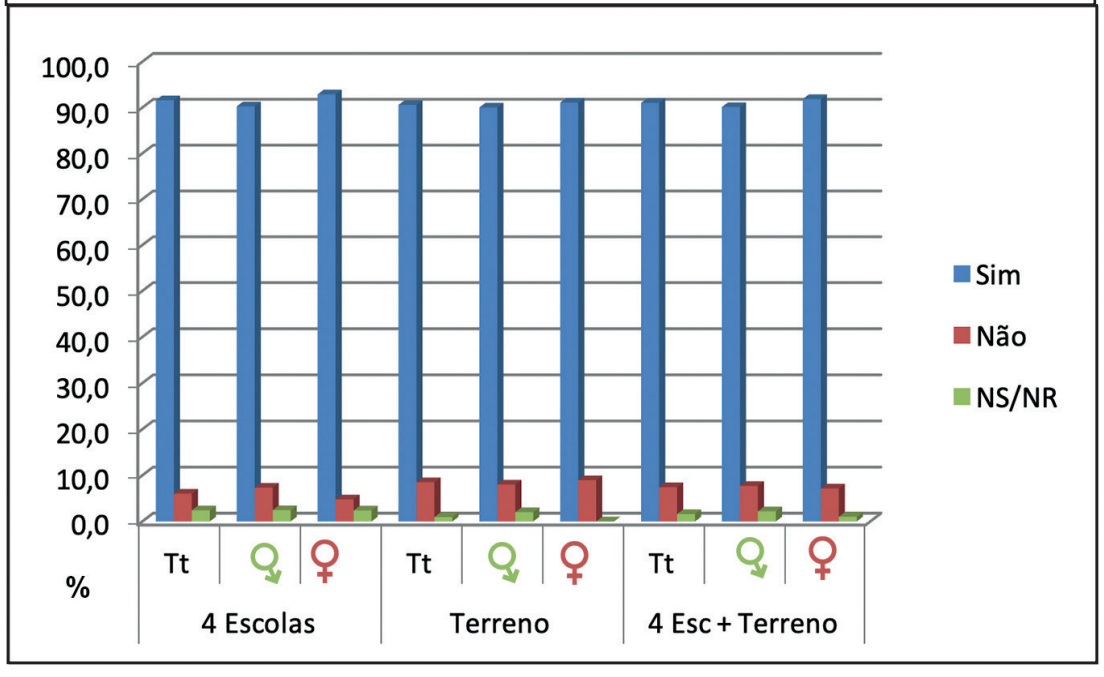




10. OS DADOS PESSOAIS DE MILHÕES DE UTILIZADORES DO FACEBOOK FORAM UTILIZADOS ABUSIVAMENTE. ACHA QUE A ATIVIDADE DE EMPRESAS COMO A FACEBOOK E A GOOGLE DEVIA SER REGULAMENTADA?

A resposta a esta questão também é consensual. Cerca de 91 por cento dos inquiridos nas escolas e no território consideram que a atividade de plataformas como o Facebook e a Google deve ser regulamentada. A desagregação dos resultados por escola varia entre os 95,8 por cento na ESCE e os 89,5 por cento na EST. A percentagem de respostas na ESE e na ESS é igual (90%).





Nuno Pacheco, jornalista no Público

«Quanto mais credível, menos desculpas tem cada erro»

Nuno Pacheco atribui especial importância à credibilidade do jornalismo e dos meios. «Quanto mais credível procura ser o jornal, menos desculpas tem cada erro». Diz seu uma batalha de todos os dias e uma «vigilância contínua» e de todos.

A batalha deve ser travada todos os dias sem nunca baixar a guarda. «Só assim se conquista, e mantém, a confiança dos leitores e da sociedade na qual o jornal se insere», afirma Nuno Pacheco. Numa era de desinformação e notícias falsas, é obrigação do jornalista proceder «a pesquisas, verificação e cruzamento de dados que não se compadecem com pressas na publicação».

Nuno Pacheco é redactor-principal do jornal Público, tendo integrado a sua equipa fundadora em 1989. Nasceu em Lisboa em 1955. Iniciou a sua carreira no jornalismo em 1977, no semanário Voz do Povo. Em 1981 integrou os quadros do semanário Expresso, onde trabalhou como jornalista durante oito anos.

No Público desemprenhou a função de subdiretor e depois diretor-adjunto até outubro de 2016. Assume-se como «defensor acérrimo da diversidade da língua portuguesa, nas suas riquíssimas variantes, e adversário do acordo ortográfico de 1990»

A entrevista concedida por Nuno Pacheco foi feita por questionário, a que o jornalista respondeu por escrito. Para autorizar a sua publicação no Jornal Repórter, Nuno Pacheco pôs como condição que não se alterasse a sua ortografia. O jornalista é uma das vozes críticas que combate o novo Acordo Ortográfico. Afirma que «é um ponto no qual não tenciono fazer quaisquer cedências, por muitas razões que há anos tenho vindo a explicar.».

Jornal Repórter - Como é que funciona a profissão de jornalista no meio em que se insere?

Nuno Pacheco - Funciona como em todos os outros meios, creio. Através de uma sucessão combinada de responsabilidades (direcção, editores, jornalistas), que funciona nos dois sentidos, não apenas levando directores e editores a fomentar o trabalho jornalístico com propostas e ideias, como, no sentido inverso, a incentivar que os jornalistas tomem a iniciativa de propor e avançar com trabalhos para que as agendas sejam o mais dinâmicas possível, sobretudo com investigação e notícias próprias, e não como simples eco das agendas externas (agências e outras). Isto é igual para todos os meios (papel, online).

Há reuniões diárias, planeamentos a prazo e uma combinação de trabalhos (entrevistas, reportagens, notícias e artigos de enquadramento, ou "de fundo") que dão ao jornal a necessária vitalidade para acompanhar de forma séria e empenhada a realidade nacional e internacional nas diversas áreas (Política, Sociedade, Economia, Ciência, Cultura, Desporto). Há, no Público, uma dinâmica colectiva herdada de antigas práticas no semanário Expresso, de onde veio todo o seu núcleo fundador.

© DR

Nuno Pacheco, jornalista, membro da equipa fundadora do Público.

Há secções, há equipas rotativas, há editores em permanência por turnos e o fluxo de notícias das agências e sites, combinado com uma rede de fontes próprias e especialistas nas várias matérias assegura o resto.

Conhece as normas presentes no Código Deontológico do Jornalista (2017)? Se sim, considera adequadas à atualidade?

Obviamente que conheço; tais como as anteriores, de 1993, tão adequadas à realidade como as actuais. Exceptuando a grafia (que hoje é a do inominável acordo ortográfico de 1990), de resto pouca coisa mudou.

Há 11 pontos em lugar de 10 porque o anterior ponto 5 foi dividido em dois (5 e 6, na versão actual). Seis pontos mantiveram-se inalteráveis (1, 2, 3, 5 – este subdividido em 5 e 6 –, 9 e 10, que passaram a 10 e 11) e nos quatro restantes as alterações foram de pormenor, não mudando a essência de cada pressuposto.

Só nos pontos 8 e 9 (anteriores 7 e 8) é que se introduziram "novidades". No primeiro, onde antes se dizia que o jornalista não devia identificar "delinquentes menores de idade", agora diz-se claramente que não deve identificar quaisquer menores, "sejam fontes, sejam testemunhas de factos noticiosos, sejam vítimas ou autores de atos [sic] que a lei qualifica como crime." Já o ponto seguinte ("O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função de…") alarga de tal modo a lista de condições, que bem poderia ter simplesmente esta redacção: "O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas." Ponto.

Voltando ao início: são, como já eram, adequadas à actualidade. Tecnologias mais desenvolvidas ou novos meios (como as redes sociais) nada acrescentam ou exigem àquilo que já se encontra estabelecido como regra, e que é basilar, a começar pelo primeiro ponto, infelizmente nem sempre respeitado: "O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.".

Quais os mecanismos utilizados pelo jornal Público na produção e redação de notícias? Em que medida, é que está presente o código ético e deontológico?

Ética e deontologia são, no caso do Público, reforçadas pela existência de um Livro de Estilo próprio, nalguns casos ainda mais severo do que o próprio Código Deontológico, antigo ou novo. Foi escrito logo no início do jornal, e já foi publicado em livro em duas edições: 1997 (com prefácio meu) e 2005 (com prefácio do então director do jornal, José Manuel Fernandes.

...“Os factos devem ser sempre comprovados.” Isto obriga a pesquisas, verificação e cruzamento de dados que não se compadecem com pressas na publicação.

Esta última versão, onde se corrigiu algumas lacunas da primeira e onde se adaptou a parte relativa ao grafismo do jornal (que nestes anos já mudou algumas vezes), está online, no nosso site, e pode ser consultada livremente. Quanto aos mecanismos para "produção e redacção de notícias", seguem o processo já descrito na resposta ao primeiro ponto deste questionário.

Há secções, há equipas rotativas, há editores em permanência por turnos e o fluxo de notícias das agências e sites, combinado com uma rede de fontes próprias e especialistas nas várias matérias assegura o resto. Quando há falhas, e podem existir mesmo com os maiores cuidados, são prontamente corrigidas com indicação e reconhecimento do erro. Fomos o primeiro jornal nacional a criar uma secção para isso: "O PÚBLICO errou".

Quais os mecanismos utilizados para detectar "*fake news*"? Caso detectadas, quais as medidas tomadas?

Voltando aos princípios básicos do Código Deontológico: "Os factos devem ser sempre comprovados." Isto obriga a pesquisas, verificação e cruzamento de dados que não se compadecem com pressas na publicação.

É fundamental, em todos os casos, citar fontes, verificar se são fidedignas, cruzar os dados obtidos junto destas com outras fontes até se chegar o mais próximos possível dos dados objectivos que devem ser a base de toda e qualquer notícia. Se alguma notícia falsa, apesar disso, circular, há que acionar o "antídoto": admitir o erro, explicar a sua origem e repor a verdade junto dos leitores. Nunca ocultar nada.

Recentemente, o jornal Público noticiou, erradamente, a morte do historiador de arte José-Augusto França. O que considera que possibilita, que casos como este aconteçam?

Este erro prende-se directamente com

Cerimónia de atribuição do Prémio de Jornalismo Cultural 2018 a Nuno Pacheco. A distinção foi atribuída pela Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), em 30 de Janeiro de 2018. José Jorge Letria, presidente da SPA, à direita, na foto.

o que foi dito no ponto anterior. A "notícia" chegou ao jornal de uma fonte considerada fidedigna, um historiador respeitado e amigo do presumível "defunto". Foi, depois, "confirmada", junto de outras fontes. O que sucedeu? O historiador em causa recebeu uma má informação, deu-a como certa, e as pessoas contactadas em seguida pelo jornal também a tinham recebido através da mesma fonte. Como todas elas eram dignas de crédito, a notícia avançou. Erradamente. Porque não se contactou ninguém da família, e só esta poderia confirmar ou desmentir com acerto tal notícia.

Quanto mais credível procura ser o jornal, menos desculpas tem cada erro. Por isso, é necessária uma vigilância contínua de toda a hierarquia, e de cada um dos jornalistas

Medida, a partir de agora: contactar SEMPRE familiares próximos antes de avançar com qualquer notícia de óbito. No caso da morte de figuras de projecção internacional, não avançar nunca com a notícia se ele for difundida apenas por um meio de comunicação, excepto se este citar, textualmente, um comunicado e/ou declaração de familiar ou agente da personalidade em causa.

Sendo o Público um jornal de referência nacional, que responsabilidades acarretam estas particularidades?

Quanto mais credível procura ser o jornal, menos desculpas tem cada erro. Por isso, é necessária uma vigilância contínua de toda a hierarquia, e de cada um dos jornalistas, em relação a possíveis erros ou falhas nesta e noutras matérias. E o caso de José-Augusto França foi de imediato publicamente explicado, com o correspondente pedido de desculpas ao visado e aos leitores. Mas, apesar disso, o Público não tem exemplos de notória gravidade no seu currículo noticioso, ao longo dos seus quase 30 anos de existência, exceptuando um punhado de casos cuja correcção foi feita prontamente e em público, tal como era devido.

Em alguma ocasião, esteve perante uma situação em que foi obrigado a transpor as normas deontológicas?

o jornalismo continua a ser essencial à democracia. Porque, se for exercido com os cuidados éticos exigidos, é o único filtro fiável por entre as torrentes de lixo pseudo-informativo que pelo mundo livremente circulam.

Não, nunca estive. E se estivesse não as transporia, porque nada justifica sacrificar aquilo que no jornalismo deve ser intocável. Se se considerar possível dar esse passo, em nome seja do que for, o jornalismo deixa de o ser.

Qual considera ser o papel do jornalismo para a democracia?

Apesar da proliferação de informações por cada vez maior número e variedade de meios, o jornalismo continua a ser essencial à democracia. Porque, se for exercido com os cuidados éticos exigidos, é o único filtro fiável por entre as torrentes de lixo pseudo-informativo que pelo mundo livremente circulam. Porque se essas "informações" que circulam à margem do jornalismo são muitas vezes opiniões disfarçadas, dados falsos mascarados de notícias, ou mesmo publicidade encapotada a ideias ou produtos. E ao jornalismo cabe um papel de interrogar, questionar, permanentemente, poderes e instituições, não ceder perante pressões para apurar a realidade dos factos.

E se tudo isso está de algum modo nas suas regras éticas, é preciso estar bem presente na sua prática. Cada "marca", cada título, deve procurar impor-se pela credibilidade, por mais que isso lhe custe em perda de "glória" ou audiências. Desde a sua fundação, e até por contraponto a órgãos que seguiam o caminho contrário ou se deixavam amolecer numa persistente autocomplacência, o Público quis afirmar-se como órgão credível.

E é essa batalha que trava todos os dias, com a consciência clara de que não é possível baixar a guarda. Só assim se conquista, e mantém, a confiança dos leitores e da sociedade na qual o jornal se insere. Olhando para trás, esse objectivo continua a ser atingido, já que o Público, até por encarar e corrigir prontamente os seus erros, continua a ser respeitado como um jornal de confiança e "de referência", se se quiser usar esta tradicional classificação.

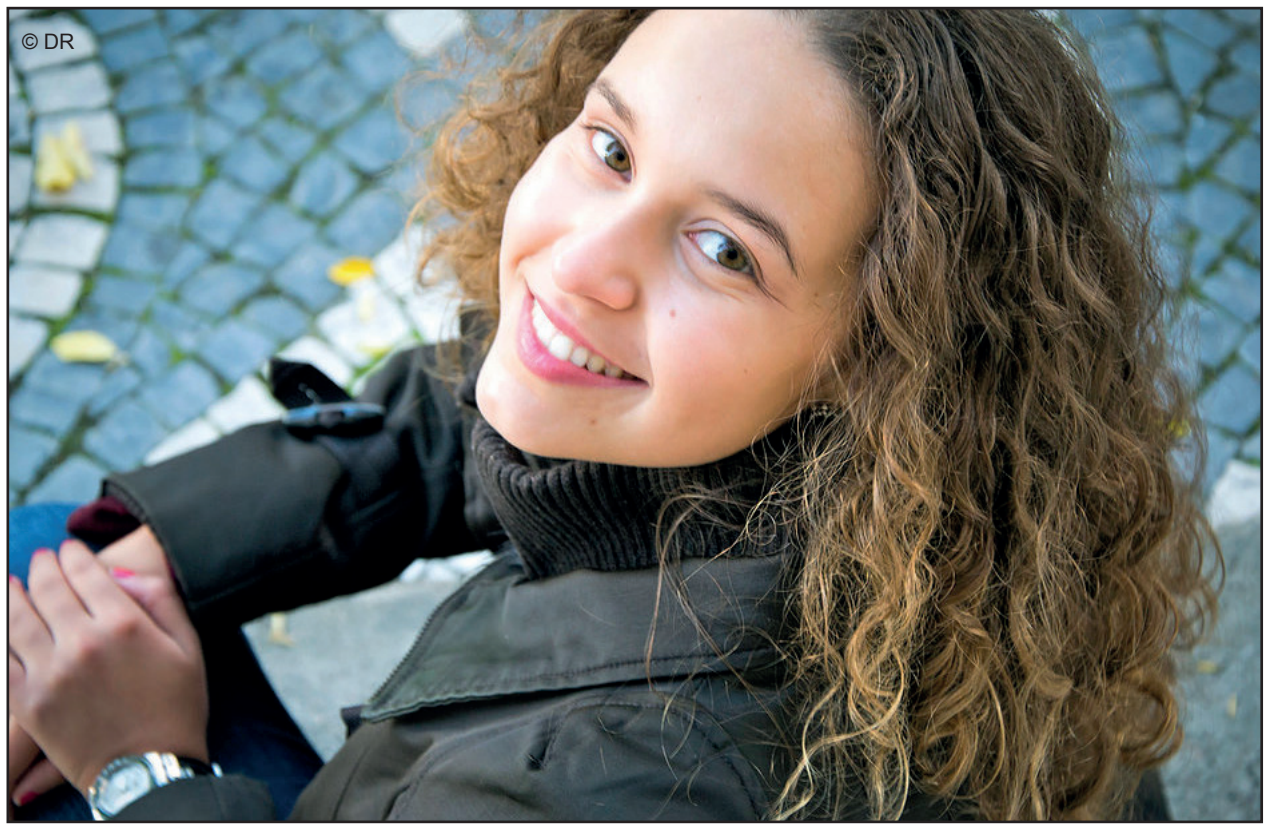
Ana Baião e Sharon Palma

Marta Leite Ferreira, jornalista no Observador

"O jornalismo é o cão de guarda da sociedade"

"Era assim no passado, e, a meu ver, continua a ser assim"

Marta Leite Ferreira, jornalista no Observador, afirma que o jornalismo é tão importante "para a sociedade como os poderes legislativo, executivo e judicial". Em entrevista ao Jornal Repórter, partilha a sua experiência profissional de jornalista que exerce há quatro anos.


© DR

Marta Leite Ferreira, jornalista, Observador.

O jornalismo é encarado por Marta Leite Ferreira como uma ferramenta indispensável para a sociedade. Natural de Leiria, tem 24 anos e desde há quatro anos é jornalista no Observador, jornal *online* fundado em 2014.Integrar a equipa deste meio de comunicação social após a conclusão da Licenciatura no Instituto Politécnico de Leiria. No Observador, Marta escreve sobre diversos temas como o Brexit, os Óscares ou a Venezuela, entre outros.
Ao longo da conversa, a jovem jornalista reflete sobre o problema das *fake news*, o qual deve ser resolvido com "paciência para garantir seriedade", assim como sobre o Código Deontológico, algo tido como fundamental já que permite combater as notícias falsas e que serve como uma ferramenta para o "rigor e exatidão". Partilha ainda as vantagens de trabalhar num meio *online*, a sua relação com as fontes de informação e o atual panorama da profissão, que "está numa fase de mudança".

Jornal Repórter – Há quanto tempo é jornalista? Porque decidiu ser jornalista?

Marta Leite Ferreira – Sou jornalista há quase quatro anos. Decidi ser jornalista já no final do ensino secundário, num dia aberto na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Até aí queria ser astrofísica, mas para isso precisava de sair da minha cidade e isso não era possível porque a minha família não tinha condições financeiras para suportar essa despesa. Ao fazer essa visita à escola percebi que havia uma coisa em comum entre a astrofísica e o jornalismo: a vontade de descobrir coisas. Encontrar a sua verdade. Então decidi ficar por lá.

Trabalha em que meio de comunicação? Há quanto tempo?

Trabalho no Observador há quase quatro anos. O curso que frequentei tinha, no último semestre, uma unidade curricular que era o estágio. Entrei no Observador como estagiária curricular e acabei por ficar cá a trabalhar desde então.

Enquanto jornalista, quais são as principais dificuldades que enfrenta diariamente?

Ser rápida e, ao mesmo tempo, fazer textos de qualidade. Num mundo digital como aquele em que trabalho, o primeiro aspeto é essencial para satisfazer as necessidades dos clientes (porque os leitores são clientes), mas o segundo também porque só assim se mantém o brio profissional. Há que estar constantemente a pesar os dois pratos da balança e mantê-los em equilíbrio o mais que conseguirmos.

> **...vou estabelecendo relações profissionais com pessoas que podem partilhar comigo informações relevantes sobre os assuntos sobre os quais costumo escrever**

O facto de ser uma jornalista jovem influencia a maneira como é vista por parte dos leitores ou das entidades superiores?

Sim, influencia, mas apenas durante algum tempo. O que notei, na minha experiência pessoal, é que por ser jovem podiam dar-me menos crédito, partindo do princípio que os meus conhecimentos não seriam suficientemente aprofundados para saber perseguir uma determinada informação. Mas pondo afinco no meu trabalho consegui conquistar a confianças dessas entidades, cumprir o meu dever enquanto jornalista e amadurecer, pessoal e profissionalmente.

Os jornalistas têm, como elemento regulador, o Código Deontológico do Jornalista. Considera-o suficiente?

Considero-o fundamental, mas é muito mais fácil colocá-lo em prática quando conhecemos profundamente o posicionamento filosófico do meio de comunicação social para onde trabalhamos. Manter isso em mente diariamente ajuda-me.

Quais são para si os pontos mais importantes do Código Deontológico?

Um dos mais importantes do Código Deontológico, a meu ver, e que também está previsto na lei, é o direito que temos enquanto jornalistas para mantermos as nossas fontes no anonimato. Mesmo que cheguemos a tribunal à conta disso, o Código e a lei defende-nos nesse sentido. E isso ajuda a construir uma relação de maior confiança com as nossas fontes.
Do mesmo modo, o Código também nos permite revelar essa fonte se descobrirmos que ela mentiu. E isso é uma ferramenta antiga, mas útil para combater as notícias falsas. De resto, interessa sempre manter em mente o compromisso do rigor e da exatidão.

Quais são os principais erros cometidos pelos jornalistas? Quais são os critérios mais importantes durante a realização de uma peça jornalística?

Julgo que um dos erros mais naturais (mas também mais limitadores) dos jornalistas no dia-a-dia é escrever sobre um assunto esquecendo-se, por vezes, que o leitor pode não ter conhecimento ou contexto suficiente para o entender na totalidade. Isso acontece normalmente em matérias mais técnicas. Julgo que em cada notícia é preciso recordar aquilo que aprendemos na escola, mas que esquecemos com a experiência: que podemos estar a escrever para alguém que não sabe nada sobre aquele assunto.

Atualmente, as *fake news* perturbam a esfera mediática. Sendo assim, o que deve um jornalista fazer de modo a combatê-las?

Ter paciência. Vivemos num mundo de celeridades: o jornalista muitas vezes é obrigado a abandonar determinada "perseguição" de uma informação porque o interesse do leitor muda muito rapidamente. À conta disso pode haver informações que ficam por apurar, por esclarecer ou por verificar. Isso não está certo: é preciso ter paciência para garantir a seriedade.

Qual é a sua relação com as fontes de informação?

Simbiótica. À medida que vou ganhando experiência (e com quatro anos de carreira ainda tenho mesmo muito para aprender) vou estabelecendo relações profissionais com pessoas que podem partilhar comigo informações relevantes sobre os assuntos sobre os quais costumo escrever. Também vou em busca das notícias e para isso basta estar atento ao que acontece à nossa volta.

Já se sentiu limitada ou influenciada, de alguma forma, por uma entidade superior?

Nunca.

Visto que trabalha num meio de comunicação *online*, quais são os principais entraves que encontra?

Encontro muito mais oportunidades do que entraves enquanto jornalista num meio de comunicação social exclusiva-

Marta Leite Ferreira decidiu ser jornalista no final do ensino secundário. Antes quis ser astrofísica.

mente *online*. Tenho um espaço virtualmente infinito para explicar a matéria que tenho em mãos, tenho mais oportunidade para esclarecer quais são as minhas fontes (por causa das hiperligações), tenho mais ferramentas ao meu dispor para suportar o texto e torná-lo mais fluido.
Um texto jornalístico é sempre um texto inacabado porque o conhecimento também é. No online isso é sempre mais verdade.

Considera que a imprensa se encontra em crise face ao desenvolvimento do jornalismo *online*? Escolheu trabalhar no jornalismo *online* em detrimento do jornalismo de imprensa?

No momento em que tive de escolher um meio de comunicação social onde me dirigir para entrar no mercado de trabalho, foram os meus professores que me aconselharam a procurar um meio *online*. Rapidamente percebi porquê: é aqui que está o futuro do jornalismo.
Isto não significa que os jornais em papel vão acabar – os jornais em papel, na verdade, oferecem certas experiências sensoriais que o online não é capaz de dar --, mas é inevitável que todos se virem para a Internet. E o Observador, enquanto primeiro meio português completamente digital, estaria sempre na vanguarda dessa mudança.

Vivemos numa época em que, cada vez mais, o papel do jornalista e da comunicação social são postos em causa. O que tem a dizer sobre isto? O que é que acha que os jornalistas devem fazer para alterar esta situação de decadência?

O jornalismo de proximidade é uma vertente muito importante para o jornalismo generalista e para a população.

Julgo que a população, por estar mais informada e também mais disposta a pagar por um produto de qualidade, também está mais exigente com os jornalistas. Isso é positivo: significa que há uma maior noção da importância do jornalismo e, portanto, que os jornalistas devem todos os dias esforçar-se para se superarem. Deve ser assim com qualquer profissão, na verdade.

Acha que o jornalismo está em crise?

Julgo que está numa fase de mudança, em dois campos, mais do que exatamente numa crise. Primeiro porque tem exigido dos jornalistas uma adaptação às novas ferramentas que temos ao nosso dispor com o enraizamento dos meios de comunicação social no *online*. E depois porque os próprios leitores estão – e ainda bem! – mais exigentes com o produto a que têm acesso. Isso é desafiante e completamente necessário.

Durante a sua carreira, já escreveu sobre um assunto mais sensacionalista e não tão importante para a opinião pública, de modo a vender?

Já escrevi sobre matérias que, para mim enquanto leitora, não teria qualquer interesse. Mas os números costumam demonstrar que têm interesse para alguém e é preciso respeitar essa procura também. Precisamos de pensar no jornalismo como um serviço público que se concretiza num vasto leque de critérios de notícia. E como um negócio também.

O que distingue o jornalismo praticado no meio onde trabalha dos restantes?

A irreverência. Por sermos o primeiro meio de comunicação social a operar exclusivamente no online e por sermos tão jovens, há na nossa filosofia a necessidade e a vontade de nos reinventarmos artigo atrás de artigo. Todos os dias refletimos sobre novos formatos ou novas linguagens que podemos usar para chegar aos nossos leitores.

Como avalia a qualidade da informação que é difundida nos vários meios de comunicação?

Gostava muito de realçar a qualidade do jornalismo regional que se pratica em Portugal. O jornalismo de proximidade é uma vertente muito importante para o jornalismo generalista e para a população. Quanto aos meios de comunicação generalistas, os desafios são diferentes porque chegam (deviam chegar mais) a um mundo mais heterogéneo de leitores. A qualidade de informação reflete-se à conta disso, mas julgo que a comunidade jornalística olha com seriedade para a importância do trabalho que têm em mãos.

Quais serão os principais obstáculos dos novos jornalistas, na sua opinião?

Faço parte de uma geração que viu em casa os pais (ou os cuidadores) sofrerem verdadeiramente com a crise económica oficializada há dez anos. Quase toda a gente tem um familiar próximo que viveu o desemprego e, por isso, quase todos nós temos um certo receio de terminarmos no mesmo papel à saída da universidade.
O principal obstáculo para mim foi ultrapassar esse verdadeiro medo para me concentrar em fazer o melhor do que estava ao meu alcance. Fazer esforços significa por vezes fazer sacrifícios. Mas isso dá frutos.

Para si, quais são as qualidades indispensáveis que um jornalista deve ter?

Ter muita disponibilidade para estar em constante aprendizagem, saber escutar mais do que simplesmente ouvir, saber ver mais do que simplesmente olhar, gostar de fazer perguntas e saber fazer as perguntas certas. Também é indispensável saber manter empatia com as pessoas à nossa volta.

Por último, na sua opinião, qual é a importância do jornalismo na atualidade?

Há uns tempos a SIC tinha um separador que se chamava "Quarto Poder". Era uma referência a uma expressão que dizia que os meios de comunicação social são tão importantes para a sociedade como os poderes legislativo, executivo e judicial. O jornalismo é o cão de guarda da sociedade. Era assim no passado. E, a meu ver, continua a ser assim.

Inês Pereira, Jéssica Borges e Sofia Raichande

Mergulho no desconhecido

A crise humanitária do século XXI

Um fluxo de aproximadamente 65,3 milhões de pessoas foi registado em todo o mundo, segundo o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. Provocou uma crise humanitária que se prolongou até hoje. Esta crise gera indignações e revoltas em todo o mundo, ao mesmo tempo que um grupo substancial de indivíduos continua a apoiar esta causa.

A imagem trágica do menino sírio Alan Kurdi gerou empatia com os refugiados, mas a hipocrisia permaneceu em várias comunidades europeias.

A problemática nunca abandonou os meios de comunicação desde o momento em que eclodiu, e não deixou de ser relevante reconhecer a importância desta questão já que tem consequências para as diferentes comunidades mundiais.

Há que distinguir emigrante de refugiado: um emigrante, normalmente, sai do seu país por vontade própria em busca de melhores condições de vida, enquanto que o refugiado é compelido a isso. O termo "refugiado", segundo a ONU, designa *"qualquer pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país"*.

Adultos e crianças, que apenas queriam fugir de guerras e conflitos armados, perseguições políticas ou religiosas, violência e violação dos direitos humanos, viram-se confrontados com uma liberdade condicionada e com a esperança de uma vida melhor nas mãos dos dirigentes políticos europeus. Nenhum ser humano que viva um estilo de vida favorável ao seu desenvolvimento pessoal e profissional consegue entender o desespero, confusão e tristeza provenientes das condições a que os refugiados se sujeitam para chegar a um local mais seguro do que aquele que foram obrigados a abandonar (como se fosse um dever do ser humano lutar pela sua sobrevivência). Muitos destes refugiados deixam todos os seus bens para trás para que consigam realizar a travessia para outros países, pagando viagens em embarcações precárias, sem grande capacidade de carga, sem água ou alimentos.

Quando o mundo se deparou com a imagem de Alan Kurdi, o menino sírio de três anos encontrado morto numa praia turca em setembro de 2015, as bocas abriram-se para, novamente, falar sobre esta problemática. A empatia cresceu, mas a hipocrisia continuou presente em várias comunidades europeias. Será um dever indeclinável o auxílio de pessoas que se encontram em perigo e solicitam socorro? Estarão as estruturas governamentais preparadas para lidar com esta crise humanitária?

PRIORIDADE OU REJEIÇÃO?

É uma prioridade garantir a segurança e o cumprimento dos direitos humanos, mas a questão complica-se ainda mais quando a Europa se depara com milhares de refugiados a procurar auxílio.

Muitos países europeus continuam a aplicar medidas unilaterais. Recusam ajudar os migrantes e implementam controlos mais rigorosos nas suas fronteiras, como aconteceu na Hungria e na Áustria. Construíram um muro para impedir a entrada de migrantes que tentem entrar no país (com certeza uma inspiração para Donald Trump). Outros, como a Alemanha, que acolheu cerca de 1,3 milhões de pessoas desde 2015, adotam uma política de portas abertas. Escolhem acolher uma grande quantidade de refugiados, pensando nas consequências positivas que tal poderá trazer para o seu país.

Põe-se então a grande questão: será que devemos pensar nesta crise como uma "crise de solidariedade", como afirmou Ban Ki-Moon, antigo secretário geral da ONU, ou negar refúgio por medo ou descontentamento no que diz respeito às condições de trabalho, ataques terroristas e aumento de impostos?

Em Portugal, é possível encontrar argumentos a favor e contra o acolhimento de refugiados. A maioria dos argumentos de quem é contra baseia-se na ideia de que a sua segurança pode vir a ser prejudicada se, por acaso, se identificar estes indivíduos como terroristas. Também as reclamações acerca do desemprego existente no país entram para a discussão, já que muitos portugueses não aceitam receber menos ordenado do que é dado a um refugiado – que também chega a receber subsídios do Estado – ou ter menos facilidades de encontrar um emprego no país do que a maioria dos migrantes. Tudo isto, infelizmente, pode ser ligado a discursos xenófobos que dificultam ainda mais as condições de vida dos migrantes ou que chegam até a impossibilitar o seu auxílio.

UMA QUESTÃO DE VALORES

Eduardo Cabrita, ministro da Administração Interna, afirmou que, no que respeita à política de acolhimento a refugiados, "o consenso nacional é uma prioridade". No entanto, consenso é o que menos tem existido. A ideia de diversidade cultural continua a gerar problemas, quando deveria ser aplaudida.

Paulo Portas e António Costa partilham a opinião de que emigrantes "só deverão ser acolhidos se economicamente úteis a quem os acolhe", escreve Manuel Loff num artigo de opinião do jornal Público. Já Pedro Passos Coelho utiliza também a justificação que existe demasiado desemprego no país para nos permitir aceitar um aumento da quota de refugiados e, citando novamente Manuel Loff, "para isto o desemprego, afinal, existe".

Mas apesar destes pontos negativos, existem também associações destinadas a dar auxílio a famílias e indivíduos refugiados em situações de emergência, contribuindo para um melhoramento das suas condições de vida. A importância da solidariedade e a negação da hipocrisia são fatores importantes para que se contrarie "a tendência de quem ergue muros ou veda o acesso à mobilidade, direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos", como afirmou Maria Manuel Leitão Marques.

A ministra da Presidência e da Modernização produziu a declaração em 23 de fevereiro do ano passado, na sessão de lançamento da publicação "Abordando Deslocamento Forçado através do Planeamento e Cooperação de Desenvolvimento: Orientação para Decisores Políticos e Profissionais". A sessão foi organizada pelo Alto Comissariado para as Migrações e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e decorreu no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, em Lisboa.

A verdade é que são atribuídos benefícios a refugiados quando se instalam num outro país – benefícios estes que a maioria dos habitantes locais demorou um certo período a adquirir. No entanto, talvez não devêssemos ser tão rigorosos, egoístas ou até hipócritas que não permitamos a alguém os mesmos recursos que (talvez) dispusessem antes de terem sido vítimas de guerras, violência e discriminação.

Por outras palavras, talvez devamos dar-lhes uma oportunidade de recomeçar de novo, com a qualidade de vida que muitos de nós conhecemos como garantida, em vez de insinuarmos que algo nos será tirado, quando tanto lhes é tirado diariamente.

Filipa Martins

Bolsonaro no pedestal

Das palavras aos atos, a ideologia começa a ganhar forma

Jair Bolsonaro foi durante os últimos meses motivo de destaque não só no seu país, mas em todo mundo. Porém, não pelos melhores motivos. Eleito Presidente da República do Brasil no dia 28 de Outubro de 2018, foi empossado a 1 de Janeiro de 2019.

Durante a sua campanha eleitoral, o candidato ficou conhecido pelas ideologias defendidas e pelo discurso polémico que tem adotado ao longo dos quase 30 anos de política. Defensor da extrema-direita, Bolsonaro fez questão de deixar claro, através de declarações públicas, ser apologista da ditadura – censurando-a apenas por torturar e não matar –, discriminação, violência e homofobia, conservadorismo, nacionalismo e autoritarismo.

Dada a sua posição face ao serviço militar, Bolsonaro prometeu, em diversas ocasiões, durante a campanha eleitoral, um governo constituído por um número significativo de militares. Atualmente, o Presidente da República conta já com oito membros pertencentes às Forças Armadas – número nunca antes registado após o término da Ditadura Militar (1964-1985). Porém, o general do exército brasileiro e atual vice-Presidente, Hamilton Mourão, demonstra uma postura moderada e pacífica, quando comparada à de Bolsonaro. Numa entrevista concedida à RTP, Hamilton Mourão defende que "a democracia do país nunca esteve tão forte como agora" e afirmou, inclusivamente, que as minorias têm tanto direito quanto as maiorias.

Após duas semanas de exercício de cargo – 15 de Janeiro de 2019 –, Bolsonaro declarou que uma das promessas que havia feito estaria prestes a ser cumprida. Alegando tratar-se de um "direito legítimo de defesa", o Presidente da República do Brasil decidiu executar o decreto que facilita a posse de armas – em casa ou no local de trabalho – e revogou a obrigatoriedade de autorização por parte da Polícia Federal.

Além daquela controversa medida, Bolsonaro, no que respeita a questões societárias, tem como objetivo proibir a adoção de crianças por casais homossexuais. Apesar de legalizada desde 2010, assume que não a defende. É de conhecimento geral que o político brasileiro é contra as minorias (sexuais, neste caso específico) tendo inclusive, em determinadas ocasiões, proferido declarações infelizes. "Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita: preferia que um filho meu morresse num acidente", ou ainda "é o fim da família, o fim do respeito. Vocês também não iam gostar de ter um filho ladrão. Fere os princípios éticos e morais".

O Presidente da República assume, também, um posicionamento crítico no que diz respeito ao aborto, garantindo que vetar possíveis propostas para a sua legalização não será um problema para si. Por fim, admite ainda que o governo não pretende contribuir monetariamente para as organizações de direitos humanos, que acusa de se aproveitarem do Estado.

DUAS POSIÇÕES: SOUSA TAVARES E NOGUEIRA PINTO

A 29 de Outubro – sensivelmente 24 horas após a divulgação dos resultados das eleições presidenciais no Brasil –, Miguel Sousa Tavares afirmou que a democracia brasileira já se encontra "derrotada" a partir do momento em que é eleito um indivíduo que "recusa todos os debates públicos" e utiliza as redes sociais como forma de manipulação da população. O jornalista, escritor e comentador da TVI marcou presença no espaço de comentário no Jornal das 8, onde partilhou a sua opinião acerca da vitória de Jair Bolsonaro, declarando que o seu governo rege-se pela falta de liberdade individual.

No mesmo dia, Jaime Nogueira Pinto, politólogo, escritor e empresário, esteve presente no Jornal da Noite (SIC), onde assumiu uma posição diferenciada. É de opinião que Bolsonaro não se trata de um fascista e que nem a democracia no Brasil está tão pouco ameaçada. Por fim, deixou no ar a ideia de que a radicalização "é uma tendência que deveria ser estudada", de forma a investigar se há, realmente, "condições para se afirmar", dada a perda de mobilidade dos partidos de esquerda.

ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA

É notório que a ascensão da extrema-direita está a ter um grande impacto em todo o mundo, desde os Estados Unidos ao Brasil, confirmada com a chegada ao poder de Donald Trump e Jair Bolsonaro, respectivamente. O mesmo ocorre na Europa, em países como Áustria, Itália, Suécia, Alemanha, Hungria e Holanda, em que os partidos não venceram as eleições, mas ficaram entre os mais votados.

Recorrendo à ideia da falta de liberdade individual referida por Miguel Sousa Tavares, não se consegue compreender como é possível que quase 60 milhões de brasileiros abdicassem da sua autonomia e independência. Estarão estes suficientemente informados e cientes de quem colocaram no poder? Terão tido a inteligência e necessidade de desenvolver conhecimentos – formar conceções e juízos de valor –, como forma de orientação, através de meios de comunicação social, como os *media* tradicionais, mais credíveis do que as redes sociais (*WhatsApp*, neste caso específico)? É difícil imaginar que o tenham feito.

Se Miguel Sousa Tavares considera que a democracia brasileira já se encontra "derrotada", a partir do momento em que é eleito um indivíduo que "recusa todos os debates públicos" e utiliza as redes sociais como forma de manipulação da população, considera-se igualmente derrotada quando o extremismo, o desrespeito pelos direitos humanos e a "retórica de ódio" são tidos como a solução para a estabilidade, segurança e ordem de que o Brasil necessita.

Será este o rumo certo? Citando Luís Marques Mendes: "Um dia, os brasileiros vão arrepender-se e ficar a saber que foi uma grande ilusão."

Beatriz Fernandes

EUA

Trump age contra o direito à cidadania

Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos da América, declarou numa entrevista, em outubro de 2018, que planeia extinguir o direito à nacionalidade que detêm todos os bebés nascidos em solo norte-americano.

© DR

Trump quer extinguir o direito à nacionalidade.

Como é óbvio este foi um tema que imediatamente causou controvérsia no país, gerando receio entre as famílias imigrantes que nele residem.

Trump considera injusto e até mesmo ridículo que se conceda este direito aos filhos de imigrantes sem documentos e, por isso, pretende alterar o artigo da 14ª emenda da Constituição norte-americana através de uma ordem executiva.

Esta emenda decreta que "todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas à sua jurisdição, são cidadãs dos Estados Unidos e do Estado em que residem" e foi ratificada em 1868, com o objetivo de permitir que os escravos que tinham sido recentemente libertados pudessem ser considerados cidadãos de pleno direito.

Existem críticos que percebem a necessidade da aprovação desta emenda em 1868, mas que sentem que esta já não faz sentido e que, neste momento, só os filhos de quem já tem alguma forma de ligação ao país poderão ser considerados cidadãos norte-americanos.

A maioria dos especialistas em Direito considera que uma alteração por decreto presidencial seria inconstitucional e, por essa razão, a decisão de Trump deverá, muito provavelmente, ser contestada em tribunal.

Donald Trump candidatou-se à presidência dos Estados Unidos da América nas eleições de 2016 e um dos tópicos centrais da sua campanha foi a política de imigração, na qual afirmava que se deviam reforçar as leis de imigração e construir um muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México.

Trump nunca teve problemas em demonstrar como vê os imigrantes, chegando mesmo a fazer uma publicação no seu Twitter a exortar os restantes norte-americanos de que não podem "permitir que todas aquelas pessoas invadam o nosso país. Quando alguém entra, temos de os levar imediatamente de volta para onde vieram, sem casos de juízes ou tribunais".

O presidente chegou também a declarar que os Estados Unidos da América são o "único país no mundo onde uma pessoa chega, tem um bebé e essa criança é, essencialmente, uma cidadã […] durante 85 anos com todos os benefícios. É ridículo. É ridículo e tem que acabar".

FALSAS ALEGAÇÕES

Primeiramente, tal afirmação é falsa, visto que mais de 30 países no mundo seguem essa mesma prática. Seguidamente, se estas crianças, filhas de imigrantes, nasceram em solo norte-americano, tal como qualquer outra, por que é que lhes deveriam ser negados esses direitos?

Os Estados Unidos da América são considerados por muitos como um dos países mais inclusivos do mundo, graças à sua grande diversidade de culturas e etnias. Donald Trump parece querer acabar com essa particularidade que caracteriza o país com as suas ideologias nacionalistas e extremistas.

Será justo retirar a bebés os seus direitos de cidadania, mesmo que os seus pais estejam ilegalmente no país? Muitos desses pais podem ter dificuldades em obter a documentação ou é mesmo essa que, por si só, está a demorar devido a algum tipo de burocracia.

Tanto a mãe de Trump como os seus avós paternos eram imigrantes nos Estados Unidos da América, então por que será que o presidente vê estas pessoas como um problema para o seu país? Não deveria este ter mais empatia para com estes tendo em conta o seu seio familiar?

Mesmo com os seus ideais, que foram muito rejeitados pela população devido às evidências de racismo, homofobia e xenofobia, o presidente conseguiu ganhar as eleições, e isto pode estar muito relacionado com o facto de apresentar sempre uma conduta assertiva.

Contudo, Trump muitas vezes demonstra também uma certa agressividade quando é contrariado ou desafiado, o que não pode acontecer a alguém com o seu estatuto, tendo esta que ser controlada a todo o custo.

Donald Trump afirma querer "fazer a América grande outra vez", mas aparenta não se preocupar com as minorias, que contam com ele e que são constantemente menosprezadas.

A grande maioria dos imigrantes decide ir para outro país na esperança de encontrar melhores condições de vida e segurança, mas têm entraves como Trump, que está no poder, mas não parece querer dar-lhes uma oportunidade.

Leonor Mendes

Joana Gorjão Henriques, jornalista no Público

“O racismo está tão presente, nem percebemos que o produzimos”

O racismo é utilizado, desde que o termo surgiu, para legitimar a dominação de uns sobre outros. No entanto, com o tempo, os indivíduos têm vindo a condenar comportamentos discriminatórios, sem nunca eliminar o problema central: o racismo faz parte da nossa sociedade.

Apesar de se instituírem leis que proíbem o racismo, os abusos persistem nas democracias ocidentais. A xenofobia e a violência contra minorias étnicas têm aumentado com os discursos populistas, mas a discriminação também se verifica no mercado de trabalho, no sistema judicial ou jurídico.
Joana Gorjão Henriques, jornalista no jornal Público e escritora, nasceu em 1975 em Lisboa. Depois de alguma indecisão no que respeita ao seu futuro profissional, comprometeu-se com a área do jornalismo e, mais tarde, relacionou-o à área dos Direitos Humanos. É autora das obras “Racismo no País dos Brancos Costumes” e “Racismo em Português”, dando a sua contribuição para outros inúmeros trabalhos sobre desigualdades sociais e raciais.
Em Portugal, como em tantos outros lugares por todo o mundo, as desigualdades sociais e raciais continuam a não receber a atenção que mereciam. Os dados sobre questões étnico-sociais são poucos ou nenhuns e, por essa razão, há que dar visibilidade (tanto quanto possível) a testemunhos e trabalhos que reflitam a dificuldade e injustiça de certos grupos sociais para que seja possível encontrar falhas, alertar dirigentes e solucionar problemáticas há muito em alerta. O jornalismo funciona então como difusor destas ideias, permitindo, como Joana Gorjão Henriques o faz, dar a palavra a quem não a tem.

Jornal Repórter – De onde é proveniente?

Joana Gorjão Henriques – Nasci em Lisboa, em 1975, numa família de classe média.

Durante os primeiros 10 anos que trabalhou no Público, cobriu imensos assuntos sobre teatro. É algo que está relacionado com os seus gostos pessoais?

Tive um estágio mais ou menos de três meses, comecei no fim de 1999 e depois em janeiro estava a recibos verdes. Consegui nessa altura entrar no quadro porque saíram algumas pessoas. Comecei na área da

Joana Gorjão Henriques, jornalista, Público

Cultura e assim fiquei… E no teatro porque era uma das áreas que precisava de pessoas para fazer cobertura. Nós, quando somos estagiários,

...um dos conselhos que dou – dar tudo por tudo num estágio – porque é o que vai deixar a marca nas pessoas

vamos para aquilo que nos mandam e para aquilo que é preciso, não temos grande opção de escolha. Assim como a cultura não tinha sido imediatamente uma escolha minha, foi também onde havia um contacto meu que me trouxe até aqui e, por isso, acabei por ficar lá.

Que faculdade e curso frequentou?

Tirei Ciências da Comunicação na Universidade Autónoma de Lisboa.

Investiu em formações fora do contexto académico?

Mais tarde, já estava no Público, tirei um curso avançado durante alguns meses em estudos políticos na Católica. Depois, quando ganhei uma bolsa da *Nieman*, não tive uma formação formal, no sentido de dar currículo, mas frequentei várias aulas nesse ano e depois é que fui fazer uma pós-graduação em Sociologia.

Sabemos que estagiou no Público em 1999 e que trabalhou durante os 10 anos seguintes. Foi uma escolha sua ou esteve condicionada às opções académicas disponíveis?

Não, queria mesmo estagiar no Público porque, para mim, era uma referência na impressa nacional, era o melhor jornal e acho que continua a ser. Era mesmo para aqui que queria vir.

Quais eram as suas expetativas?

Na altura, as expetativas não era muitas. Queria vir e queria ficar, como é lógico. Portanto, esforcei-me imenso, o que é muito importante quando uma pessoa é estagiária. Mostrar esse empenho e esse interesse é um dos conselhos que dou – dar tudo por tudo num estágio – porque é o que vai deixar a marca nas pessoas que podem dar-te emprego ou podem referenciar-te para um emprego.

Como surgiu o gosto pelo jornalismo e pela escrita? De que forma se interligam na sua rotina profissional?

Desde muito miúda que gostava de escrever, fazia os meus diários. Originalmente a minha ideia nem sequer era fazer jornalismo, era ir para um curso de comunicação empresarial. Depois, quando estava no curso, percebi que o que gostava mesmo era de jornalismo e fui estagiar para o “Já”, mas foi um estágio muito informal e que até correu mal, porque fiz muita coisa que não é jornalismo. Foi pôr coisas na agenda, escrever horários de cinemas, fazer tudo à mão, coisas desse género. Desmotivei-me imenso e portanto não me empenhei a 100%, só no fim é que comecei a fazer algumas peças. Daí dizer que é tão importante o empenho nos estágios, porque nessa altura estava ainda a estudar, era um estágio no meio do curso. Se me tivesse de facto focado, se calhar teria conseguido fazer coisas mais interessantes. Não ponho isso na minha biografia porque foi um estágio que não foi bem profissional e foi a meio do curso. As biografias são mais curtas, mas acho que é relevante referir em entrevistas.

Durante dois anos (2007-2009) trabalhou enquanto editora-adjunta do Ipsílon. Como é que surgiu a oportunidade de ocupar este cargo?

Estava na área da Cultura. O suplemento de Cultura ia ser reformulado, passando a ter mais áreas, e era preciso uma pessoa para ser a editora-adjunta e fui convidada para o ser. Confesso que a experiência foi muito produtiva, mas não gosto, gosto é de escrever, de estar no terreno, de estar na rua, e o trabalho de edição é muito desgastante, muito de escritório e é preciso saber gerir muita coisa ao mesmo tempo. É preciso saber gerir pessoas, é preciso gerir encomendas, produção, é um grande gasto de energia. Prefiro muito mais estar no terreno, a escrever, a fazer entrevistas e reportagens do que a editar.

Deslocou-se para o estrangeiro – quando lhe foi atribuída uma bolsa (EUA) – e, posteriormente, foi estudar para Londres. Porque é que resolveu fazer uma pausa na sua carreira profissional?

Porque justamente já estava quase há dez anos na Cultura e sentia que estava sempre a fazer as mesmas coisas e a escrever sobre as mesmas pessoas. O meio artístico em Portugal é muito pequeno e o meio teatral ainda mais, sentia-me muito limitada e também tinha um desejo de viver fora desde sempre. Um amigo meu falou-me desta bolsa, incentivou-me e ajudou-me a candidatar. Foi uma pessoa muito importante. Candidatei-me e não estava nada à espera de ganhar. Lembro-me quando a pessoa me telefonou a dizer que tinha ganho a bolsa, fiquei a tremer, mas a tremer completamente e nem lhe respondi. Fiquei tão nervosa, achava que aquilo não era possível estar a acontecer. O objetivo daquela bolsa era ser um *restart*, um *refresh*, e foi completamente, pois fui frequentar aulas de áreas que não tinham nada a ver com aquilo que estava a fazer e que me deram a base para aquilo que faço hoje. [As aulas] deram-me uma abordagem à questão da discriminação de uma maneira estrutural e institucional, que era um olhar que

não tinha de todo até então.

Em 2010, frequentou o curso de Sociologia em Londres. Essa área de estudo influenciou os seus projetos mais recentes, nomeadamente a escrita da série "Racismo à Portuguesa"?

Não sabia que ia fazer a série quando tirei a pós-graduação, não fazia a mínima ideia. Aliás, quando regressei desses dois anos fora, estive ainda mais ou menos dois anos a tentar perceber qual era o meu lugar aqui no jornal e qual era o meu lugar no jornalismo. Fazia tanto coisas que estavam relacionadas com direitos humanos, como fazia coisas que não tinham nada a ver e por iniciativa minha. De repente, comecei a focar-me muito mais na questão dos direitos humanos e a perceber muito melhor o que queria fazer. Não foi nada imediato, foi um percurso que eu fui caminhando e construindo à medida que o tempo ia passando e que as propostas de trabalho iam aparecendo. Aliás, só comecei a fazer a série do racismo quatro anos depois, que foi a série em que fui às ex-colónias falar sobre o colonialismo e entrevistar pessoas.

Os profissionais com quem trabalhou esta temática partilhavam a mesma perspetiva acerca do tema ou existiu algum tipo de confrontação?

Não, acho que sempre senti uma grande abertura para desenvolver os projetos da maneira como acho que deveria ser. Com apoio, ajuda e orientação de pessoas com experiência que me foram ajudando ao longo do tempo, não senti dificuldade. Acho que é uma área que é difícil para quem a está a cobrir, por várias razões, nomeadamente até emocionais, porque não é possível fazê-lo sem se envolver emocionalmente. Mas não senti que houvesse um entrave da parte à volta. Demorou bastante, é certo, até as pessoas perceberem o quão importante este tema é, mas essa é outra questão, porque é interessante que até há pouco tempo não havia muito destaque sobre isto, nem muito foco na questão do racismo como um tema que é preciso desenvolver, explorar e revelar.

Estivemos presentes na sua conferência "Há racismo em Portugal? Como se manifesta e como se resiste?" em abril de 2018, com o ativista Flávio Almada na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. De que modo é que acha que o racismo tem sido abordado pelos *media*?

Acho que é de uma maneira muito superficial. Há poucos trabalhos sobre isso que não sejam feitos no Público, e não digo que sou só eu, porque também há um trabalho muito extenso de outra colega minha, a Ana Cristina Pereira, sobre os ciganos - o que não é racismo, é xenofobia. Não vou entrar em questões técnicas, mas é de facto outra questão. De qualquer maneira, tem a ver com questões de discriminação, mas em geral é um tema em que as pessoas não tocam. Há uma reportagem de vez em quando no Diário de Notícias, no Expresso… Já nem me lembro da última vez que o Expresso abordou este tema diretamente, porque eu acho que as pessoas não têm os instrumentos. Muito honestamente, os jornalistas são pessoas e nem toda a gente consegue falar de racismo, porque é um tema que não tem apenas a ver com as pessoas que são vítimas, mas também com nós próprios, e com a forma como a nossa sociedade é estruturada. Para abordarmos esta questão, temos sempre de ter a consciência do lado estrutural e institucional que o racismo tem, porque não se trata apenas de "oh preto, vai para a tua terra". É um sistema que está montado de maneira a fazer com que haja pessoas que estejam em situação de desigualdade em relação a outros. Por vezes, é muito difícil reconhecer isto. É como o machismo, está tão presente na nossa sociedade que muitas das vezes nem percebemos que nós próprios é que o produzimos, e com o racismo é exatamente o mesmo. Involuntariamente, reproduzimos o sistema racista de qual fazemos parte, mesmo quando achamos que o estamos a combater. Eu li uma escritora norte-americana que se chama Crystal Fleming, que defende isso mesmo - é preciso haver instrumentos para as pessoas, nas escolas, para poderem discutir o racismo.

© Francisco Matias

Joana Gorjão Henriques: "Comecei a focar-me muito na questão dos direitos humanos e a perceber muito melhor o que queria fazer".

...temos sempre de ter a consciência do lado estrutural e institucional que o racismo tem, (...) É um sistema que está montado de maneira a fazer com que haja pessoas que estejam em situação de desigualdade em relação a outros.

Sabemos que escreve artigos para o jornal *The Guardian* e para o site americano *The Root*. Estando a escrever para um outro público, que preparação exige? De que forma a sua formação sociológica ajuda nesse processo?

Por acaso há muito tempo que não escrevo, estou focada nas coisas aqui e nem tenho tido muito tempo. Mas é sempre um bocadinho frustrante principalmente para quem é português e lê aqueles artigos, porque acaba por ser um resumo muito resumido. Tem de se arranjar um ângulo muito específico que puxe o interesse da audiência internacional e que não é necessariamente aquilo que nos interessa a nós. A maior parte das vezes é muito frustrante, mas é muito desafiante porque nos coloca a refletir sobre no que é que a nossa realidade se pode relacionar com a realidade internacional.

Quais as características que considera fundamentais no perfil de um jornalista?

Acho que primeiro é uma grande honestidade. O jornalismo é uma profissão de grande responsabilidade e nós às vezes não temos a noção do quão é importante o nosso papel e o quão importante é sermos rigorosos. Procurarmos a verdade, retratarmos as situações, sermos o mais isentos possível, sendo que acho que, em relação aos direitos humanos, às vezes a neutralidade é compactuar com o mal. Isto são as regras gerais, mas que tem algumas exceções. Não estou a dizer que quando um jornalista está a escrever sobre os direitos humanos tem de ser faccioso, mas que obviamente tem de dar um papel de destaque muito maior à pessoa que está a ser vitima, do que à pessoa que foi o opressor. Acho que é preciso uma grande perseverança, uma grande habilidade para lidar com a frustração. Lidamos com isso na maior parte do nosso trabalho. É lidar com a pessoa que não nos quer atender, com o procurar a pessoa certa para a nossa entrevista e isso implica falar antes com 50 pessoas, é ficar o dia todo à espera de um telefonema, de uma resposta para acabar um texto e a resposta só chegar às nove da noite, e temos de lá estar até essa hora porque não há outra alternativa. É não ter a informação que pedimos porque a entidade X ou Y não a quis dar, portanto tem muitas componentes de frustração com que é preciso saber lidar e, depois, é também uma tremenda curiosidade. Eu acho que é sobretudo isso, curiosidade enorme e preocupação. De facto, cada vez mais penso nisso para mim e para o tipo de jornalismo que faço, que não tem de ser todo assim, mas eu acho que tem de existir uma preocupação grande com a justiça social geral. Para mim, essa é a grande chave.

Sente que o reconhecimento desta problemática pelas várias instituições que lhe atribuíram os prémios traduz o sentimento de missão cumprida?

Sim, acho que sim. As instituições são feitas por pessoas e essas pessoas têm várias perspetivas e várias opiniões, e acredito que nem tudo tenha sido unânime. Acho que o reconhecimento é uma coisa, depois o que essas instituições podem fazer na realidade, para além de atribuir prémios é outra, não desmerecendo como é óbvio.

Gostaríamos de saber um pouco acerca do que se encontra atualmente a fazer, talvez acerca de alguns projectos em que esteja inserida. Continua na secção da Sociedade?

Sim, continuo. Agora acabei de contribuir com dois trabalhos para uma série maior, sobre pobreza, mas que está a ser feita pela minha colega, Ana Cristina Pereira. Também quero muito, neste momento, conseguir desenvolver aqui no Público um projeto de formação para jornalistas afro-descentes, ciganos e de outras origens. Criar um *workshop* e saírem duas pessoas a quem podemos dar um estágio remunerado, na qual eu vou supervisionar algumas coisas. É um estágio em qualquer secção do jornal, não precisa de ser a falar sequer sobre racismo, pode até ser sobre desporto. Basicamente, o que quero mesmo neste momento fazer, na prática, é tentar ver se é possível ter uma lista de afro-descentes e ciganos nas redações do Público primeiro, e em todas as redações do país mais tarde. Acho que é muito importante haver essa produção de notícias por parte de quem está sempre a ser objeto de notícia.

Beatriz Fernandes, Carolina Luz e Filipa Martins

Perfil dos estudantes da ESE/IPS

"Não existe juventude, existem juventudes"

A juventude tem, no mundo atual, a vantagem de acompanhar o desenvolvimento de uma sociedade há muito em mudança. Seja pelo desenvolvimento da web ou pelo excesso de informação, os jovens de hoje possuem as ferramentas necessárias para serem o grupo mais informado de sempre. No entanto, a juventude não é uma realidade homogénea e por isso deve ser analisada ao pormenor.

A iniciativa do projeto "Retratando os Estudantes da ESE/IPS", que permitiu analisar os jovens da ESE/IPS, foi promovida pelos estudantes de 2º ano da licenciatura em Animação e Intervenção Sociocultural, com a cooperação da docente Cristina Roldão, que leciona a unidade curricular de Sociologia da Juventude. Realizaram inquéritos por questionário *on-line* a uma amostra não-representativa de 200 alunos, de forma a recolherem dados mais tarde analisados e desenvolvidos.

Deram destaque a temas de grande relevância que ajudam a criar um perfil geral dos jovens na sociedade atual: diversidade étnico-cultural, condições socioeconómicas, trajetos escolares e profissionais, discriminação de género, orientações sexuais, participação política, contacto com redes sociais, influências e consumos aditivos.

O projeto foi formalmente apresentado na conferência "Os Mundos em que Vivemos", a 29 de novembro de 2018, a qual contou com a participação de alguns dos estudantes que integraram o projeto e com o apoio da docente Cristina Roldão. Embora nem todos os temas tratados no projeto tenham sido abordados na conferência, foi possível interpretar alguns dados.

Do conjunto dos inquiridos, 87,8% dizem não ter presenciado atitudes de índole racista na ESE, 57% das estudantes do sexo feminino e 54% do sexo masculino considerarem que não existe nenhuma desigualdade ou discriminação de género nas suas relações amorosas. A nível da participação económica na família, os dados revelam que 61,5% dos respondentes não trabalha, sendo totalmente dependente da família, e 27% diz que trabalha, mas não é independente a nível financeiro. Em relação ao estatuto trabalhador-estudante, 76,3% dos inquiridos da ESE dizem não ter esta condição e 23,7% afirmam ter.

O TRABALHO ESTÁ A SER FEITO

Quando confrontada com o conjunto dos resultados, a docente Cristina Roldão afirmou-se surpreendida pela positiva com o número de estudantes que assumiram ter tido contacto, na ESE, com autores ciganos ou negros. No total dos cursos, 36% dizem ter tido contacto e 27% dizem que não. Considera que é uma percentagem boa e que existe um trabalho que está a ser feito na ESE. Acrescenta que "ninguém coloca autores negros e ciganos no programa sem se dar conta que o está a fazer."

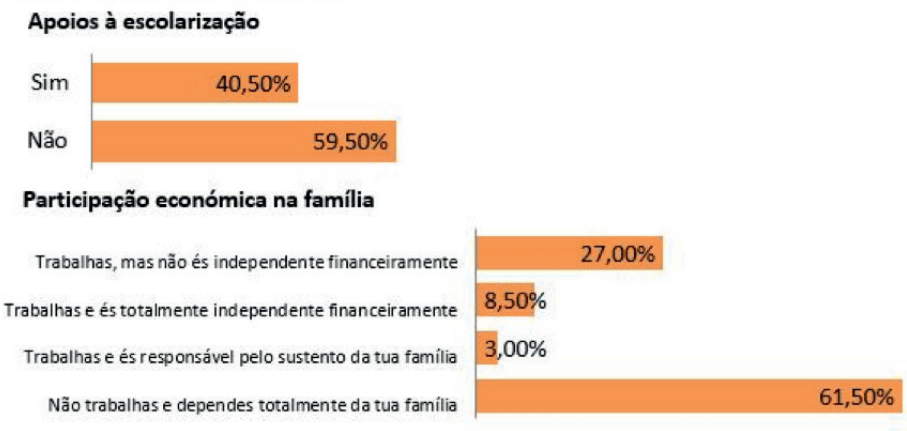
Por outro lado, a docente ficou surpreendida pela falta de perceção no que respeita às questões de discriminação de género. As estudantes de sexo feminino dizem, até mais do que os de sexo masculino, que não consideram existir discriminação nas suas relações. A docente mostrou preocupação por "as mulheres terem muita dificuldade em dar-se conta das situações de discriminação nas suas relações de proximidade."

No entanto, ao discutir estas questões de forma generalizada, consideram que existe discriminação em Portugal. Refere que isso é muito preocupante. "Quer dizer que [as estudantes] não estão a dar peso suficiente à discriminação de género que decorre daquilo que são as expetativas que os outros colocam sobre nós".

© Francisco Matias

Cristina Roldão afirma que "as mulheres têm muita dificuldade em dar-se conta das situações de discriminação nas suas relações de proximidade".

		País de nascimento do pai		Total
		Portugal	Outros países	
"Já presenciastes algum tipo de atitude de índole racista na Escola Superior de Educação?"	Não	89,5	82,9	87,8
	Sim	10,5	17,1	12,2
	Total	100,0	100,0	100,00



		F	M	T
Estatuto trabalhador-estudante	Não, não tenho estatuto trabalhador-estudante	77,4	75,0	76,3
	Sim, já tenho estatuto trabalhador-estudante	22,6	25,0	23,7
	Total	100,0	100,0	100,0

PROBLEMAS INTERNOS E EXTERNOS

Como jovens de um país e mundo em constante mudança e, sobretudo, estudantes do ensino superior, somos inevitavelmente influenciados pelas condições que nos são atribuídas pelos órgãos de gestão e administração do instituto académico. Assim, tal como discutido na conferência "Os Mundos em que Vivemos", recolhemos testemunhos acerca das preocupações dos estudantes e que afetam o modo como vivemos diariamente.

As questões mais debatidas e controversas encontram-se, geralmente, ligadas à Associação de Estudantes. A Associação "é um órgão de defesa dos estudantes", afirma Sara Moreira, entrevistada e participante no projeto, no entanto, continua a não estar presente para debater problemas sérios. Apesar de haver uma divulgação, a certa altura do ano escolar, das listas académicas, pouco mais é difundido. Como e quem se pode candidatar? Quais as ações que pretende desenvolver? Não deveria a Associação de Estudantes representar as necessidades de estudantes de cada curso (já que cada curso apresenta necessidades diferentes)?

Para além das questões assinaladas, também as condições das infraestruturas da ESE foram motivo de destaque que, segundo as estudantes entrevistadas, é considerado um problema. Os principais motivos são as casas de banho e a emergência tardia dos micro-ondas já que, somente este ano – após quase três anos como estudantes da ESE – deixaram de se deslocar até à Escola Superior de Tecnologia (EST) para aquecer as refeições. Por último, os transportes públicos também foram alvo de críticas. O comboio e o autocarro são os mais utilizados – devido à facilidade e contexto socioeconómico. Para se deslocar até ao IPS, quem vem do Barreiro, utilizando as composições da CP, tem apenas dois comboios

O projeto Retratando os Estudantes da ESE/IPS foi apresentado na conferência Os Mundos em que Vivemos, a 29 de novembro de 2018.

por hora, quem vem nos comboios Fertagus tem apenas um e, quem habita em Sesimbra, apanha dois a três autocarros, dada a impossibilidade de se deslocarem de comboio.

Na ótica de Sara Moreira e de Sara Ameixa, a Associação deveria ter um papel determinante no que toca a estas questões, não só devido à escassez dos horários, como também a incongruência entre serviço prestado e preços exigidos. "Vamos no comboio, as luzes desligam-se, ficamos parados, os estofos estão sujos, os comboios são suprimidos, não há manutenção."

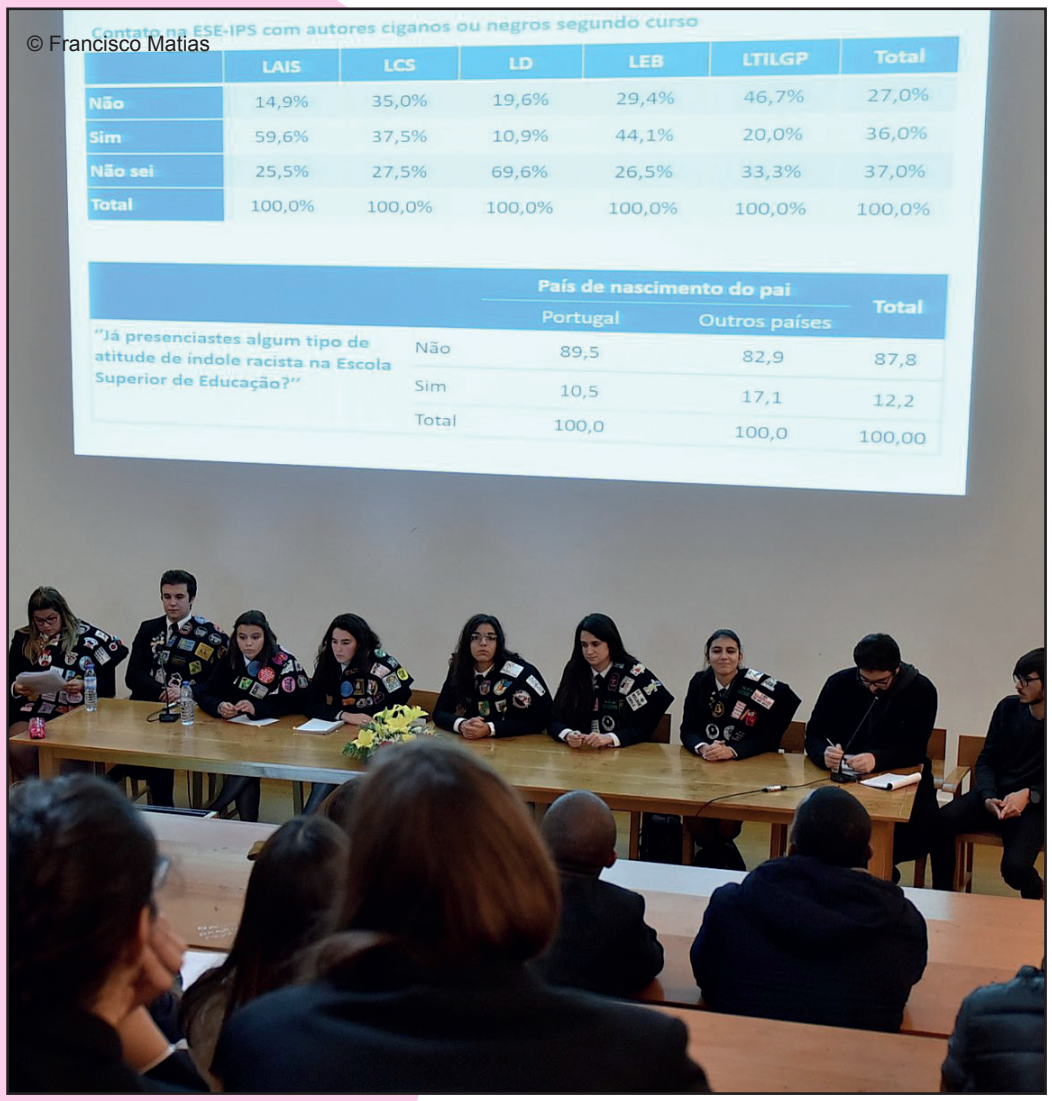
Quando questionadas sobre a atribuição de bolsas de estudo e como esta prerrogativa não é considerada caso o estudante possua o estatuto de trabalhador-estudante, Sara Moreira e Sara Ameixa afirmaram ser um fator condicionante, uma vez que "há alunos que não conseguem sustentar os gastos que o ensino superior exige, mesmo sendo trabalhadores.

Muitos recorrem ao *part-time* para conseguir vir às aulas e arranjar algum dinheiro. Por vezes, os trabalhos mais precários não têm um contrato de trabalho – documento exigido para adquirir o estatuto trabalhador-estudante – e, dessa forma, não têm como apresentá-lo na Divisão Académica.

Por último, quando confrontadas sobre qual a sua opinião referente à UC Carteira de Competências, assumiram tratar-se, na teoria, de "algo muito interessante", mas que, na prática, deixa muito a desejar, desde a dualidade de critérios de avaliação adotados por parte dos professores, até ao gasto monetário significativo e falta de disponibilidade dos estudantes perante a carga horária preenchida pelas restantes unidades curriculares.

UM PROJETO COMPLETO

O projeto "Retratando os Estudantes da ESE/IPS" foi, para as alunas entrevistadas, um desafio. Inicialmente mostraram-se reticentes devido ao escasso tempo de que dispunham para o fazer, considerando tratar-se de um trabalho de grande exigência. Posteriormente, após uma discussão na turma, os estudantes mostraram-se abertos a realizá-lo, essencialmente porque, segundo a professora Cristina Roldão, "os alunos aprendem melhor e com mais interesse quando aprendem sobre si mesmos e quando se conseguem relacionar com aquilo que estão a aprender." No final, os estudantes conseguiram apresentar um projeto muito completo e diversificado.



Relativamente às preocupações que afetam o dia-a-dia dos estudantes, é de assinalar o sentido crítico e sério com que estas questões foram abordadas. É percetível que, por diversas vezes, apesar de se mostrarem atentos e conhecedores do ambiente que os rodeia e da sociedade na qual estão inseridos, os jovens não conseguem agir perante questões de índole social.

Não porque se conformam, não porque não contestam, mas porque não possuem ferramentas para agir. Porque são novos e inexperientes, deste modo são vistos como "pouco credíveis." No entanto, se o espírito crítico não despontar enquanto jovens, quando surgirá?

Beatriz Fernandes, Carolina Luz e Filipa Martins

Mercado do Livramento

Uma atmosfera de aromas frescos e histórias partilhadas

Setúbal, cidade de forte tradição piscatória e estreitos laços com o rio Sado, é plateia para simpática comunidade de golfinhos roazes que habitam o estuário. O rio flui em paralelo ao símbolo maior do comércio tradicional setubalense, o Mercado do Livramento.

Entra-se no mercado e sente-se o aroma dos legumes frescos

É através do que o rio Sado oferece que há vida e alma na praça sadina. Inaugurado há 143 anos o Mercado do Livramento foi distinguido pela *USA Today* como um dos melhores mercados de peixe do mundo.

Ao entrar pela porta principal, somos agradavelmente invadidos pelo aroma a legumes frescos, proveniente das várias bancas que se dedicam ao comércio de frutas e leguminosas. Destas bancas ressalta a matiz que se inicia no verde e que prossegue pelo amarelo e laranja terminando no vermelho dos pimentos.

Aqui não há passadeiras rolantes que fazem deslizar as compras até ao funcionário da caixa nem *bips* que assinalam o registo da mercadoria em sistemas eletrónicos. Passeia-se pelos corredores do mercado entre os acenos dos vendedores, olhares amistosos e saudações de um "bom-dia". Encontram-se avós e netos, pais e filhos, gerações familiares.

Guilhermina Rocha vende no mercado há "apenas" – palavras da própria – 45 anos, e afirma-o com um sorriso no rosto: "Já não sei viver sem isto". Dedica-se ao comércio de frutas e leguminosas, tudo nacional, "O que é nacional é bom. Sou muito portuguesa".

Mas mais do que nacionais, Guilhermina opta por vender mercadoria de produção local que, segundo a vendedora, tem maior qualidade. E explica a grande diferença entre o comércio tradicional e as grandes superfícies comerciais, "No supermercado andamos quase robô. Eles nem dão por nós".

CHEIRO A MARESIA

Se aquela é a realidade quanto ao atendimento nas grandes superfícies comerciais, no Mercado do Livramento formam-se laços entre vendedores e fregueses que se estendem ao longo de gerações. Guilhermina descreve esta união "parental", afirmando que "isto é uma família". Tenho clientes que me dizem "a minha avó já vinha aqui ao seu lugar"".

Mas conhecer o Mercado do Livramento implica, obrigatoriamente, testemunhar o comércio de peixe, sustento antigo de muitas famílias setubalenses. Nesta zona o ar está tomado pelo cheiro a maresia. Ana Paula, peixeira, afirma que nesta praça "prevalece a tradição, a qualidade". Vendedora no mercado desde 1996, afirma amar o que faz e, à semelhança de Guilhermina Rocha, relaciona-se o cliente como se da sua família se tratasse. Mas de onde vem o peixe de Ana Paula? A vendedora esclarece. "É tudo peixe da costa".

Apesar das fotografias turísticas, o Mercado do Livramento não é apenas composto pela praça central. As laterais do edifício estão recheadas de pequenas lojas, talhos, cafés e tantos outros estabelecimentos. É numa destas lojas que se encontra Sílvia Costa. Gestora de projetos internacionais, poder-se-ia pensar que a sua presença é improvável no Mercado do Livramento. No entanto, a vendedora dedica parte do seu tempo ao comércio de produtos tradicionais, exclusivamente de fabrico português.

Os produtos de Sílvia, tanto alimentares como de artesanato, são um petisco para os olhos dos mais saudosistas que estimam a tradição portuguesa. Após tecer variados elogios ao mercado, esclarece que este espaço era ideal para o conceito que pretendia criar. Alia a qualidade aos costumes tradicionais e dá "a conhecer o que de melhor há em Portugal", acrescentou. Alerta, no entanto, para a falta de aproveitamento do espaço, referindo-se ao 2º andar do mercado. "As pessoas centram-se muito no andar de baixo, ainda há poucas lojas no segundo piso".

CHEIROS DO ORIENTE

Mas se a loja de Sílvia apela à tradição e à portugalidade, basta caminhar uns metros em frente, de volta à praça central, para encontrar a banca de Gilda, vendedora de especiarias. A visão e o cheiro da bancada de Gilda são um viajar até ao Oriente. As vasilhas em vidro estão cheias de açafrão, cominhos, anis, canela e tudo o que tempera e apimenta os pratos portugueses. Vendedora no mercado há quase três anos, Gilda garante adorar o que faz apesar de o seu percurso académico ser divergente com a profissão de comerciante. "Descobri uma vocação que eu não sabia que tinha". Mais do que o ambiente familiar, Gilda, à semelhança dos seus companheiros de praça, afirma que "as pessoas vêm fazer as suas compras mas também vêm desabafar um bocadinho da sua vida".

Tal não poderia ser mais visível. Entre grupos de amigos que conversam no meio da praça, aos sorrisos e agradecimentos que se trocam entre vendedores e clientes, o Mercado do Livramento proporciona a quem o visita uma atmosfera de proximidade e familiaridade. A união popular ecoa no mercado, desde a linguagem mais castiça ao palavreado eloquente. E se no Auto da Feira, Gil Vicente afirma que a Virgem não vende, mas oferece as graças aos bons, pois também no Mercado do Livramento se oferecem graças terrenas. A relação do comerciante com o freguês não se restringe a transações comerciais, mas antes veicula o desabafo, o aliviar do fardo quotidiano dos clientes.

E este alívio é gratuito e sem preço, não se pesa nas balanças como sardinhas, carapaus, chocos, alfaces ou pimentos que se cobram ao quilo. Nesta praça respiram-se aromas frescos, vive-se o comércio, criam-se laços e partilham-se histórias. É mercado de todos e para todos.

Rui Capelo (texto e fotos)

Em pleno século XXI ainda há lutas pelos direitos humanos que se arrastam há longos anos.

Vitória de Bolsonaro

Todos perdemos com o preconceito

Jair Bolsonaro e comunidade LGBT são assuntos polémicos. Mas a polémica é superada pela incoerência quando a forte oposição do candidato a essa comunidade se transforma, após a sua eleição em 28 de outubro de 2018, numa oposição contra as suas próprias palavras. O Presidente brasileiro passou a defender ideias contrárias.

Para entender melhor do que trata este episódio, é crucial explorar a comunidade em questão e a personalidade política de forma singular, para entender posteriormente em profundidade o contexto em que ambos se juntam num só assunto. A comunidade LGBT é formada por pessoas unidas por uma cultura e desejos comuns, pela luta contra a homofobia e por direitos iguais.

Esta luta é muitas vezes menosprezada, mas também é verdade que em pleno século XXI ainda existem lutas que se vieram a arrastar durante anos, como a luta pelos direitos das mulheres. A luta levada a cabo pela comunidade LGBT, apesar de ser diferente nas aspirações e forma, merece igual importância e resultados positivos.

A luta torna-se cada vez mais complicada e piorou no Brasil quando um eleito à presidência difundiu palavras de ódio contra essa minoria, radicalizando a sua oposição. Os atos de violência são cada vez maiores. Em 2017 no Brasil, a cada 25 horas alguém era assassinado devido à sua orientação sexual. Embora perdurem os atos de violência, hoje as mentalidades estão a começar a ser moldadas para uma vertente menos tradicional e mais aberta à mudança e conceitos incomuns.

DIFICULDADE EM ESCULPIR

No entanto, restam mentalidades difíceis de esculpir e ainda não se descobriram materiais e ferramentas necessários para atuar nesse contexto. É como se existissem metais impossíveis de transformar e que acabam por ficar oxidados, corroídos.

Jair Bolsonaro difundiu um discurso na imprensa que transporta radicalismo e influencia atos de violência. Em 2003 afirmou, no decurso de uma discussão sobre a maioridade penal, que não violaria a deputada Maria do Rosário porque ela "não merece". Palavras prestadas com uma grande naturalidade, aos olhos do público. O Presidente do Brasil é extremamente conservador. Classifica a tortura como prática legítima e defendia e já legalizou a posse de armas.

O seu discurso é, contudo; extremamente falacioso. Ao analisar os argumentos que este propagou é claro que um indivíduo como este, que possui um raciocínio completamente desorganizado e apenas baseado no ódio, não deveria estar à frente de um país. Ainda assim, parece que existe quem o oiça que não coloca filtros racionais ao descodificar o significado das suas palavras. Agem como se este fosse o único candidato e o único com capacidade de a ganhar e confiam nas suas palavras como se fossem sagradas. Uma divindade que espalha um culto de ódio.

Nos seus estudos sobre análise do discurso, o linguista francês Patrick Charaudeau afirma que o discurso político é feito para fins de persuasão, utilizando estratégias manipuladoras que iludem voluntariamente, o que retira completamente a postura ética do sujeito manipulador.

O atual Presidente do Brasil utiliza este tipo de estratégias para encantar os eleitores. E o pior é que resultou. Além do candidato defender claramente o ódio, o presidente em que se tornou acaba por se contradizer e destrói completamente a credibilidade discursiva. O manipulador acaba por cair nas suas próprias armadilhas. Fica entrelaçado nas suas palavras, desmancha-as e dá-lhes outro significado.

MÁXIMA INCOERÊNCIA

O seu percurso permite concluir que Jair Bolsonaro, o conservador de extrema direita, é contra a Comunidade LGBT. Chegou a afirmar durante a campanha eleitoral que apoiava a aplicação de leis que impedissem os casais homossexuais a adotarem bebés. Entretanto, após a eleição, ao ser questionado sobre a violência contra homossexuais pela jornalista do *Jornal Nacional*, respondeu que "a agressão contra um semelhante tem que ser punida na forma da lei. E se for por um motivo como esse, tem que ter a sua pena agravada". Parece que o presidente afinal não sabe o que defender. Afirma ser contra algo e, logo a seguir, proclama palavras de proteção, mostrando-se, afinal, a favor.

É uma figura que fez com que o ódio saísse às ruas no Brasil. O homem que sofreu um atentado durante a campanha é o mesmo que promoveu por palavras um atentado aos direitos dos homossexuais e das mulheres. Pai com três filhos que dá um exemplo completamente errado de como tratar as pessoas. E esse homem é Jair Bolsonaro. Está à frente de um país com mais de 200 milhões de habitantes e o futuro está nas suas mãos.

Deus, pátria e família são palavras que esta figura defende. São palavras que nos são familiares. Não deviam ser estas palavras um sinal de que algo está errado? Infelizmente, para grande maioria dos brasileiros, estas palavras soaram de maneira diferente. Será uma vitória justa? São apenas os brasileiros que perdem? Argumento que não, pois quando o preconceito ganha todos perdemos.

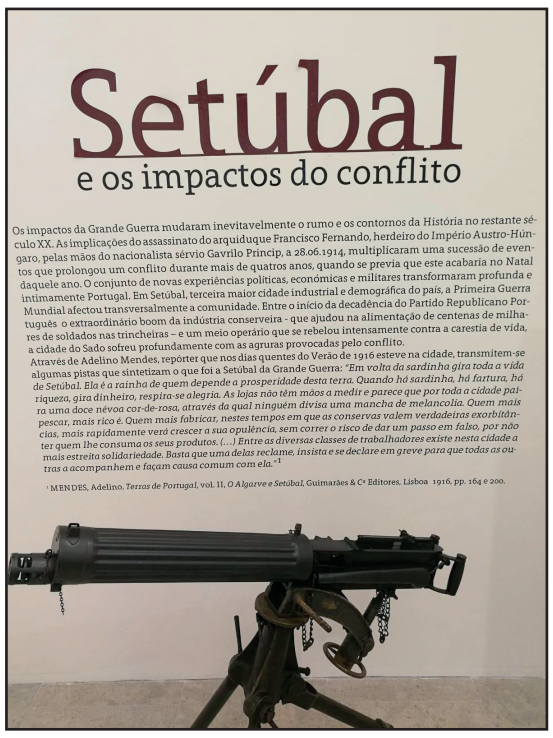
Cláudia Costa

Setúbal na Primeira Grande Guerra Mundial

Um tributo

A fome tomou o concelho e a cidade de Setúbal nos anos de 1917 e 1918 do século passado, tendo como causa direta a primeira Guerra Mundial. Portugal, envolvido na guerra desde 1914 nas suas colónias africanas, só em 1917 enviou um corpo expedicionário (constituído por 210 homens) com destino à Flandres, em França. Nesta viagem é possível compreender as razões que levaram Portugal a participar no conflito, quem foram as forças beligerantes e o contexto social e político do país e do concelho setubalense.

O dia 4 de agosto de 1914 colocaria Portugal entre a espada e a parede. Foi nesse dia que chegou a notícia da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, acompanhada com a mensagem do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros inglês, Eyre Crowe, que aconselhava Portugal a abster-se de proclamar a neutralidade, assegurando que em caso de ataque pela Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o governo inglês considerar-se-ia ligado pelas estipulações de aliança anglo-portuguesa. Ponderando as consequências da proclamação de neutralidade, a 7 de agosto do mesmo ano, Bernardino Machado, presidente do Ministério submeteu ao Congresso da República uma declaração de princípios sobre a condução da política externa portuguesa. Portugal não faltaria ao cumprimento das suas obrigações internacionais, em particular as impostas pela sua aliança com a Inglaterra. O medo de que a colónias portuguesas servissem de moeda de troca entre as potências em



Setúbal

e os impactos do conflito

Os impactos da Grande Guerra mudaram inevitavelmente o rumo e os contornos da História no restante século XX. As implicações do assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, pelas mãos do nacionalista sérvio Gavrilo Princip, a 28.06.1914, multiplicaram uma sucessão de eventos que prolongou um conflito durante mais de quatros anos, quando se previa que este acabaria no Natal daquele ano. O conjunto de novas experiências políticas, económicas e militares transformaram profunda e intimamente Portugal. Em Setúbal, terceira maior cidade industrial e demográfica do país, a Primeira Guerra Mundial afectou transversalmente a comunidade. Entre o início da decadência do Partido Republicano Português o extraordinário boom da indústria conserveira - que ajudou na alimentação de centenas de milhares de soldados nas trincheiras – e um meio operário que se rebelou intensamente contra a carestia de vida, a cidade do Sado sofreu profundamente com as agruras provocadas pelo conflito.

Através de Adelino Mendes, repórter que nos dias quentes do Verão de 1916 esteve na cidade, transmitem-se algumas pistas que sintetizam o que foi a Setúbal da Grande Guerra: *"Em volta da sardinha gira toda a vida de Setúbal. Ela é a rainha de quem depende a prosperidade desta terra. Quando há sardinha, há fartura, há riqueza, gira dinheiro, respira-se alegria. As lojas não têm mãos a medir e parece que por toda a cidade paira uma doce névoa cor-de-rosa, através da qual ninguém divisa uma mancha de melancolia. Quem mais pescar, mais rico é. Quem mais fabricar, nestes tempos em que as conservas valem verdadeiras exorbitâncias, mais rapidamente verá crescer a sua opulência, sem correr o risco de dar um passo em falso, por não ter quem lhe consuma os seus produtos. (...) Entre as diversas classes de trabalhadores existe nesta cidade a mais estreita solidariedade. Basta que uma delas reclame, insista e se declare em greve para que todas as outras a acompanhem e façam causa comum com ela."*[1]

[1] MENDES, Adelino. *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & Cª Editores, Lisboa 1916, pp. 164 e 200.

conflito, foi também um importante fator decisivo para a participação portuguesa na frente europeia da guerra. Instalar-se-ia, entretanto, a divergência entre intervencionistas e não-intervencionistas, mesmo dentro do governo. Várias vozes se faziam ouvir num debate aceso, desencadeado no seio da sociedade portuguesa e que veio contribuir para um período de contestação social. A sociedade estava dividida, um dos campos era constituído pelo Partido Democrático, chefiado por Afonso Costa (ideias intervencionistas) e, o outro, pelo Partido Unionista, que tinha como líder Brito Camacho, que colocou em causa os argumentos apresentados pelos intervencionistas. O Partido Socialista e os movimentos anarquistas e sindicais, apesar da sua fraca expressão numérica mas significativa influência social, mostraram-se desde o início contrários à participação no conflito.

CONVERGÊNCIA CONTRA A GUERRA

Em Setúbal, os setores monárquicos acabam por aliar-se com a esquerda radical, anarquista e socialista no que toca à posição antiguerra. A crise de abastecimentos e a detioração das condições de vida da comunidade setubalense provocaram a emergência da contestação do movimento operário. A fome, nomeadamente nos anos de 1917 e 1918, provocaram greves, assaltos coletivos e manifestações contra a beligerância. Este concelho estava fortemente marcado pelas atividades relacionadas com a agricultura e com a pesca. As ruas estavam, principalmente, ornamentadas por pedras, em constante mudança e construção; as fábricas de conserva de peixe eram o principal cenário da Avenida Luísa Todi. À beira mar sentia-se o cheiro da salga do peixe e ouvia-se o barulho dos barcos que atracavam no porto, afirma João Costa, um estivador reformado de 95 anos residente em Setúbal, referindo-se aos anos pós-guerra.

O conflito contribuiu para a alteração da paisagem agrícola, através da decadência dos seculares laranjais de Setúbal, para se poderem construir infraestruturas industriais e habitações. Foi na indústria de conservas de peixe e no setor piscatório setubalenses que esta Guerra teve maior impacto, sendo que o crescimento do setor foi extraordinário, passando de 40 estabelecimentos, em 1914, para 130 em 1920. Através do livro "A Indústria das conservas de peixe em Setúbal", de José Madureira Lopes e Alberto Sousa Pereira, sabe-se que a cidade contou com mais de 400 fábricas de peixe, tendo o seu apogeu em 1919 e o declínio em 1995, com o encerramento das duas últimas conserveiras.

Do porto de Lisboa embarcou a grande maioria das conversas setubalenses, sendo que este tinha maior capacidade para desempenhar a função, para os mercados ingleses e franceses, no entanto o porto setubalense ficou marcado pelo apresamento do navio alemão *Triton II*. O aumento das importações pelos aliados (Inglaterra, França e Rússia) transformavam Setúbal num relevante centro conserveiro europeu, obtendo grande lucro nos setores anexos da pesca e do sal. Com o fim da guerra, muitos estabelecimentos viriam a fechar.

Apesar do encerramento das grandes fábricas de conservas de peixe, que estavam instaladas ao longo do território concelhio setubalense, e que eram grande fornecedor da receita económica do país, Setúbal continuou a depender da pesca e da exportação de peixe, até finais dos anos 90. Maria Conceição da Cunha, uma reformada de 67 anos, afirma que aos 14 anos (1966) co-

© DR

meçou a trabalhar na antiga fábrica de conserva da sardinha, na cidade de Setúbal e que grande parte dos seus familiares e amigos estavam envolvidos nas atividades do porto. "Era uma alegria, quando ouvíamos a sirene e sabíamos que estava a chegar mais peixe. Íamos todas com o lenço branco na cabeça e os sapatos apertados à corrida para a fábrica, depois lá cada uma tinha a sua função, havia quem lavasse o peixe, quem o embalasse...".

672 VÍTIMAS DA PNEUMÓNICA

Segundo Diogo Ferreira, no livro *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918),* após o final da guerra a cidade enfrentou uma "epidemia pneumónica", que vitimou 672 pessoas. Estavam disponíveis quatro médicos num concelho que tinha um universo de 50 mil habitantes. Dispunham de deficientes infraestruturas hospitalares, lidavam com a crise financeira da Misericórdia, a inflação dos preços e a deterioração das condições higiénico-sanitárias. A ação humanitária da delegação de Setúbal e da Cruz Vermelha, apesar dos seus pequenos recursos, evitou mais mortes. O investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa explica minuciosamente no seu livro o envolvimento de Setúbal no conflito e as suas consequências na cidade.
Hoje, na Avenida Luísa Todi está sediada a Escola de Hotelaria de Setúbal, no exato local onde se situava o antigo Quartel do 11, que foi palco da exposição *Portugal e a Grande Guerra*, que decorreu entre 11 de novembro, de 2018 e 12 de janeiro de 2019. A iniciativa inscreveu-se nas comemorações do Centésimo Aniversário do Armistício e foi promovida pela Assembleia da República em parceira com o Instituto de História Contemporânea, e que foi complementada com conteúdos ligados à história local na exposição "Setúbal e os Impactos do Conflito", organizada pela Câmara Municipal de Setúbal.
Jorge Aleixo, membro integrante da comissão organizadora, afirma que "a exposição não veio apenas realçar os impactos do Grande Conflito em Setúbal e no mundo, mas também escrever nas paredes da sua galeria os nomes dos militares setubalenses (164) e azeitonenses (46), que estavam incorporados no Corpo Expedicionário Português e combateram na frente europeia".
Esta é também a história deles e constitui um tributo aqueles que com medo ou com muita coragem assinaram os boletins de inscrição da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, com particular destaque para o alferes Francisco Pinto Vidigal, o único setubalense morto na batalha de La Lys a 9 de abril de 1918, e o desconhecido poeta local Vicente José da Silva Penium que animou tantas noites frias nas casernas das trincheiras.

Raquel Santos

A apresentação do livro João Almeida, o último fuzilado e outras leituras da Grande Guerra decorreu na Biblioteca Municipal de Setúbal.

João Almeida, o último fuzilado

Uma leitura da Grande Guerra proporcionada por Albérico Afonso e João Reis Ribeiro

A primeira Grande Guerra nem sempre é conhecida e revista do ponto de vista português, no entanto tem múltiplas implicações e facetas na história global portuguesa do século passado. O livro "João Almeida, o último fuzilado e outras leituras da Grande Guerra", da autoria de Albérico Afonso e João Reis Ribeiro, conta a história de um português que foi injustamente condenado.

A ideia de criar esta obra surgiu quando Albérico Afonso estava a fazer uma investigação sobre a oposição à Primeira Guerra Mundial e os desertores, um assunto muito contestado. O investigador encontrava-se no arquivo histórico-militar quando tropeça "é o termo, com uma parte do processo do soldado João Almeida, que tinha sido fuzilado". Albérico Afonso acrescenta que deu-se "conta que esse fuzilamento tinha sido provocado pela hierarquia militar e foi decidido antes do próprio julgamento, ou seja, ele é completamente injustiçado."
Viriato Soromenho-Marques, Maria das Dores Meira, presidente da Câmara Municipal de Setúbal, e Ângela Lemos, vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, participaram na sessão de apresentação do livro, que decorreu na Biblioteca Municipal de Setúbal, em 27 de outubro. Maria das Dores Meira salientou que os dois investigadores proporcionam com a sua narrativa "uma perspetiva muito completa da forma como, em Portugal, em especial, foi vivida a Primeira Grande Guerra".

João Almeida combatia na frente europeia, na Flandres, e foi vítima de "um crime de Estado português", declarou Soromenho-Marques. O soldado debatia-se com problemas psicológicos, necessitando nitidamente de ajuda, mas em vez disso foi fuzilado, sendo acusado de deserção.
Acrescentou que a Primeira Guerra Mundial foi o início de um processo de auto destruição democrata da Europa que, infelizmente, ainda não terminou.

"Nem a Segunda Guerra Mundial ofereceu um quadro de desconforto, de impotência tão grande". O soldado é a parte central do livro, no entanto, João Reis Ribeiro desenvolve, ainda, a história de dois intelectuais, um que apoiava a guerra e outro que se lhe opunha.
Albérico Afonso considera de grande importância partilhar com a população local e com o mundo investigações sobre a Primeira Guerra. Acredita "ser uma obrigação dos investigadores nunca parar de partilhar com a comunidade académica e com a população os resultados dos seus estudos".
Este trabalho é inédito do ponto de vista da narrativa sobre a Grande Guerra e Albérico Afonso considera que este caso nunca tinha sido pensado desta forma. Há inúmeros registos de desertores e opositores ao conflito, mas não há uma história compartilhada, que enuncie as suas vidas e motivações e, no caso de João Almeida, a injustiça de que foi vítima.

A partir deste caso, os investigadores desenvolveram todo um processo de redescoberta daquele período, dos seus protagonistas e das consequências das suas decisões num país em que se debatia a participação na guerra, aspeto que foi tratado na exposição Setúbal e a Grande Guerra.
O livro é constituído por seis ângulos diferentes relacionados com a Grande Guerra: "A recepção do antimilitarismo no movimento operário português", "Os partidos políticos face à Guerra", "Jaime Cortesão: um intelectual perante a Guerra", "Aquilino Ribeiro - diário do início de Guerra", "O impacto social e político da I Grande Guerra no movimento operário" e o "O fuzilamento do soldado João Almeida - da farsa de um julgamento à tragédia de uma execução".

Raquel Santos

© DR

U2 – Experience + Innocence Tour

Valeu a pena esperar oito anos

Existem esperas mais longas do que outras. E os U2 fizeram os fãs portugueses esperar durante oito anos. Mas reservaram nas suas agendas dois dias do mês de setembro para voltarem, com a promessa de provar que vale a pena esperar.

A promessa estava feita e consolidou-se quando a banda irlandesa esgotou o Altice Arena em menos de uma hora. Mais do que isso, os U2 conseguiram esgotar o Altice Arena duas vezes em poucas horas, e isso já seria o bastante para qualquer pessoa ficar impressionada. No entanto, isso não chegava aos fãs da banda irlandesa, que passaram meses na expectativa, a partilhar ansiedades, chegando mesmo a temer perder bilhetes, tal não era o entusiasmo.

O primeiro de dois concertos da Experience + Innocence tour em Lisboa contou com a presença de mais de 20 mil pessoas. Não quiseram correr o risco de chegar em cima da hora e, por isso, deslocaram-se no dia 16 de setembro de 2018 até ao parque das nações horas antes da abertura das portas, aproveitando o sol e a paisagem do rio.

O culto e o entusiasmo em volta da banda é incontestável e observavél pela quantidade de pessoas que não quiseram perder a oportunidade de adquirir mais uma peça de merchandising, como foi o caso de Rui Francisco. Acumulava já 13 concertos da banda no seu currículo, e, nesse dia, contava com um especialmente importante, uma vez que levava a família a ver aquele que esperava ser "um concerto marcante".

UMA REDE DE ADMIRADORES

A tour apresentada em Portugal deu que falar quando, umas semanas antes da passagem por Lisboa, em Berlim, a voz do vocalista, Bono Vox, o atraiçuou e falhou em cima do palco. No entanto, os fãs não mostraram preocupações, defendendo na sua maioria que a banda não iria arriscar atuar se o problema não estivesse resolvido. Houve quem defendesse que "Não é o que era [a voz] há 30 anos".

Os U2 provaram, ao longo da sua história, serem uma devoção familiar, que passa de geração em geração. É exatamente esse o caso de Patrícia, de 25 anos, que alega ser fã desde que nasceu, sob influência do tio. "Tenho ali o meu tio que é verdadeiramente fã e foi a partir dele que eu os conheci. Sempre os ouvi, por isso, desde que nasci, há 25 anos."

Mas o U2 são também a banda que marcou a adolescência e juventude de muitos portugueses, como é o caso de Paula Miranda. "Só quero que seja *the best night of my life*, mesmo", uma vez que seria a primeira vez que veria uma das suas bandas de eleição ao vivo. Sendo que se trata de uma banda de clássicos, os fãs esperavam principalmente os grandes êxitos, como "Sunday, bloody sunday", uma das músicas mais referenciadas antes do concerto.

Há sempre quem cometa as suas pequenas loucuras pela sua banda favorita, como é o caso daqueles que são parte da rede de admiradores que se estende pelo mundo. A loucura de Christoph foi viajar de França até Portugal com propósito de participar no concerto apresentado no pavilhão do Parque das Nações. Fã há 25 anos, afirmava-se com expectativas muito altas e acreditava que tudo ia correr bem.

UM CONCERTO INTIMISTA FEITO PARA OS ESPECTADORES

O concerto (sendo certamente mais seguro chamar-lhe "espetáculo") começou com alguns minutos de atraso. Não sendo a animação dos espectadores em nada abaladada por esse aspecto. Pelo contrário, garantiram, ao logo das cerca de duas horas de duração do concerto, um ambiente energético.

Quem esteve presente pôde assistir a uma encenação planeada ao promenor, com partes da história da banda e dos músicos partilhadas com a audiência, jogos de luzes, vídeos, intervenções políticas e sociais e, até mesmo teatro. A boa música, essa, não faltou num concerto emotivo onde foram abordados temas como os problemas de Bono com as drogas, as ilusões de super estrela do rock, a sua mãe, e a relação com a sua companheira. Os U2, que foram já anteriormente presenteados com o título de melhor banda ao vivo, deram ao público tudo aquilo que ele esperava, usando o palco principal, o painel gigante (dentro do qual também atuaram) e o palco secundário para levarem a cabo a sua encenação.

Bono, que se assumiu como "um quarto de artista" sem os seus companheiros, surpreendeu quem estava presente ao falar português: "Lisbon… isto foi muito fixe, divertimo-nos imenso", e não esqueceu grandes nomes nacionais, como Eusébio e António Guterres. De resto, durante todo o espetáculo, a banda ligou-se ao público, procurando uma interação bem recebida pelo outro lado. Houve a preocupação dos detalhes, tais como a tradução para português das legendas dos vídeos e dos monólogos do vocalista na projeção do painel gigante.

Durante o concerto, o vocalista da banda aproveitou para divulgar e sensibilizar o público para a sua campanha – One, que pretende acabar com a pobreza extrema –, recolhendo vozes e assinaturas para que o tema possa ser levado ao parlamento europeu. Para o efeito, confiou a canção "*Women of the world*" à voz de Ana Moura, que se juntou à iniciativa via video.

No final, o balanço foi positivo, com pessoas "meio atordoadas", elogios à vertente política, outras a afirmar vontade de assistir novamente a um concerto dos irlandeses e o destaque de momentos nos quais se ouviram algumas das músicas mais antigas e emblemáticas da banda. No fundo, os U2 cumpriram a sua promessa e o público foi suberano: Valeu a pena esperar oito anos.

Ana Tomé

Em 1976, aos 14 anos, Larry Muller Jr. tomou a decisão de formar uma banda. Para tal, criou um anúncio que afixou na escola e ao qual obteve seis respostas. E foi assim que Paul Hewson (Bono), David Evans (The Edge) e Adam Clayton entraram para "*The Larry Muller´s band*" juntamente com mais dois amigos de Muller.

A banda mudou ainda de nome para "*The Hype*", antes de mudarem definitivamente para aquele pelo qual são hoje conhecidos. Venceram um concurso de talentos na Irlanda em 1978 e, na sequência dessa vitória, tiveram a oportunidade de gravar a sua primeira demo.

Lançaram o primeiro single em 1980 – "*Another day*" – e fecharam contrato com uma editora, desde então não pararam e conquistam o mundo, usando o seu mediatismo para a sensibilização humanitária e as intervenções políticas que são já marcas da banda.

AT

O melhor para José Mourinho é "parar e reflectir"

José Mourinho. Foto gentilmente cedida pelo Diário da Região.

José Mourinho vive uma fase crítica na sua carreira. Sem resultados desportivos, sem um estilo empolgante perante o olhar exigente dos adeptos. A relação difícil com dirigentes, comunicação social e jogadores fazem com que a pressão suba de tom. O que é feito do Special One?

Em dificuldade para se manter na rota de sucessos que construiu de forma voraz no início do percurso, o técnico português parece hoje, aos 55 anos, um técnico fora de moda. Envolvido em constantes polémicas, com um estilo demasiado previsível e sem glórias de outrora, é tempo de reflexão e de análise.

OS PRIMEIROS PASSOS, A CHEGADA AO TOPO E AGORA?

José Mourinho nasceu a 26 de janeiro de 1963, em Setúbal. É um dos embaixadores da cidade, estatuto que alcançou em virtude do seu trabalho e das glórias alcançadas. Catapultou o distrito de Setúbal para patamares de reconhecimento elevados, merecendo por parte da cidade a distinção de uma avenida com o seu nome.
A antiga rua da Saúde, é agora designada Avenida José Mourinho. Em declarações prestadas aquando desta distinção, salientou que "Setúbal para mim é paz, é sentir-me eu mesmo."
Começou o percurso enquanto técnico de futebol como todos os outros, ou seja, por baixo. Teve a capacidade de ir aprendendo com os mais experientes e de ir crescendo com os erros. Procurou construir uma equipa técnica que desse garantias de sucesso, mas sobretudo de fidelidade tanto nos momentos de glória como nos momentos de frustração e de derrota.
Um dos grandes exemplos, reconhecido por todos, até por Mourinho, é o papel que Rui Faria, braço direito enquanto técnico-adjunto, tem desempenhado na carreira do técnico português. Mas atualmente, devido ao seu crescimento enquanto profissional e autonomia que adquiriu ao longo das épocas ao lado de Mourinho, abraçou o primeiro projeto enquanto técnico principal no Qatar, sem nunca esquecer tudo aquilo que aprendeu com o técnico português.
José Mourinho não demorou muito tempo até alcançar o topo do futebol mundial, fruto de um excelente trabalho realizado no futebol português, nomeadamente no F.C. Porto, onde conquistou uma Liga dos Campeões e uma Taça UEFA, fruto de um futebol atrativo e de jogadores de alto gabarito.
Conquistou o seu espaço no futebol internacional por mérito próprio, em clubes como o Chelsea, Inter de Milão, Real Madrid e Manchester United. Ganhou em Inglaterra, Itália e Espanha, Campeonatos, Ligas dos Campeões e deixou a sua marca na história do futebol. Contudo, os últimos anos revelaram um treinador que não é o mesmo que surgiu no passado e que passou a ser idolatrado, quer seja pelo seu estilo de jogo ou pelas suas vitórias. Atualmente, o técnico português é cada vez menos o treinador que se tem como uma referência de futuro. Quando surgiu, Mourinho sabia tudo de futebol e certamente não desaprendeu. Escolheu um caminho e fê-lo de forma única. Marcou uma era e revolucionou o futebol.
Esteve ao mais alto nível durante várias épocas, no entanto, depois de ter sido despedido recentemente do Manchester United, muitos poderiam pensar que talvez optasse por um interregno e que durante algum tempo estivesse desligado do mundo do futebol, de modo a poder refletir sobre tudo aquilo que fez de positivo e de negativo ao longo do seu glorioso trajeto.
Mas Mourinho evidencia um gosto pelo futebol muito grande e como tal, trocou o banco de suplentes pela cadeira de comentador e assinou um contrato com o canal BEIN Sports Inglaterra. No entanto, o treinador não poderá comentar partidas sobre o Manchester United, uma vez que está em vigor um contrato de confidencialidade, no âmbito do acordo de rescisão com o emblema britânico. José Mourinho irá ganhar uma verdadeira fortuna: 65 mil euros por cada partida analisada.
Muitos podem considerar que esta decisão de Mourinho é, sobretudo, de natureza monetária. Veremos futuramente se não será uma estratégia para ganhar fôlego e regressar em grande ao futebol mundial.

A OPINIÃO DOS ESPECIALISTAS

O trajeto de Mourinho merece ser analisado por quem trabalhou com ele e quem o conhece como ninguém, um desses exemplos é César Peixoto, antigo profissional de futebol, e profundo conhecedor das ideias de Mourinho. Em declarações ao Diário de Notícias (DN), afirmou que a popularidade que o técnico alcançou fez com que a exigência subisse e, ao mínimo desaire, tudo desabe sobre ele.
"Atingiu um nível de popularidade tão grande que a exigência também é enorme e não há qualquer tolerância ao erro, ao insucesso". O jogador vai mais longe, e de uma forma subjetiva, procura os pontos fracos nesta fase da carreira. "As pessoas mudam, as épocas mudam, mas tenho a certeza de que a qualidade do treinador ainda lá está."
César Peixoto salienta que manter-se no topo é um trabalho árduo. "É muito difícil estar sempre no topo em qualquer atividade". A euforia e a frustração estão sempre associadas a um técnico de futebol, o importante é manter uma estabilidade emocional.
"Penso que será o que lhe está a acontecer, nesta fase um bocado negativa da carreira. Se olhar para a história, todos os treinadores e jogadores têm os seus altos e baixos", acrescenta.
Pedro Barbosa, sociólogo, afirmou também ao DN, de uma forma direta e sem medo das palavras, que "não há volta a dar: Mourinho tem de parar, repensar o seu perfil no contexto do futebol atual e voltar de outra forma.
A opinião do sociólogo Pedro Barbosa tem como objetivo primordial identificar os principais defeitos nesta fase da carreira do setubalense. Mesmo o estatuto que ganhou fruto do seu percurso não invalida que possa ser criticado. Falta-lhe aquilo que as suas equipas mais marcantes tinham de forma evidente: alma vencedora, ambição e fome de vencer. Atualmente, as suas equipas são tudo menos isso. Neste momento, nem o próprio é a imagem disso.
Mourinho tornou-se o melhor treinador português e um dos melhores do mundo. De sempre! Mas reflita-se friamente: hoje ainda é o treinador cujas equipas gostamos de ver jogar e ganhar, por quem os portugueses torcem também um pouco? No futebol de hoje, ainda alguém quer ser José Mourinho?

O RELACIONAMENTO DIFÍCIL COM OS CRAQUES

Manuel Sérgio, filósofo e professor de vários técnicos portugueses atuais na Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa, opinou de forma muito reflexiva, em declarações ao DN, sobre a fase negativa que o português tem vivido nos últimos tempos. "Há que ver além dele, perceber se não há obstáculos epistemológicos em redor, outros fatores que não são conhecidos, o que se passa no clube." Dá como exemplo o caso Pogba.
No entanto, o período conturbado que Mourinho vive não lhe retira, nas palavras do professor, o estatuto de nº1. "Para mim, Mourinho continua a ser o melhor do mundo." Será que o Mourinho deixou de estudar? Manuel Sérgio diz não ver isso. "Continua a ser uma pessoa extraordinariamente perspicaz."
O professor recorre a uma célebre frase do filósofo e ensaísta espanhol Ortega y Gasset –
"Sou eu e as minhas circunstâncias" – para realçar a importância do contexto vivido por Mourinho no Manchester United.
O relacionamento com os jogadores é, precisamente, um dos aspetos mais criticados ao atual José Mourinho. Mas o técnico sempre teve alguns braços-de-ferro com nomes mais ou menos consagrados das equipas por onde passou, de Vítor Baía (FC Porto) a Iker Casillas (Real Madrid) ou Juan Mata (Chelsea). Para César Peixoto, que foi treinado por Mourinho nas épocas douradas no FC Porto, "quando ganha a sua postura é aceite de uma forma que não acontece quando perde".

OS CONFLITOS COM OS *MEDIA*

Ao longo da sua carreira José Mourinho nunca conseguiu estabelecer uma relação cordial com os media. "Sobre futebol espero qualquer tipo de críticas, mas quando me falam de coisas privadas… não gosto, e aí passamos para outro nível de relação profissional. Por vezes não têm respeito e por isso sou obrigado a responder da mesma forma", afirmou José Mourinho.
A forma como Mourinho fala perante os órgãos de comunicação social evidencia diversos detalhes simbólicos. A arrogância que utiliza no momento das vitórias, como forma de valorizar o seu trabalho, a frontalidade e a inteligência que utiliza para "fintar" os media de possíveis perguntas incómodas e constrangedoras, são dois dos aspetos mais presentes no seu comportamento.

A IMPORTÂNCIA DO ESTILO

Constata-se que quanto mais importante é o papel na sociedade atual maior relevância tem o discurso, quer pelo impacto nos media quer junto do público. Devendo ter sempre em consideração as possíveis análises tanto positivas como negativas e a interpretação que se pode fazer de declarações sem qualquer tipo de segundas intenções.
César Peixoto concorda que o futebol evoluiu nos últimos tempos para uma tendência que valoriza muito mais uma ideia de jogo criativo, diferente da veiculada por Mourinho, sempre ligado a uma faceta mais resultadista e pragmática "desde que foi para Itália e para o Inter".
Os resultados são o mais importante no futebol, mas é fundamental compatibilizar resultados e exibições. "Hoje há mais treinadores a apostar no ideal do futebol bonito, num estilo de jogo atrativo, na cultura do futebol ofensivo, mas se ele estivesse a ganhar alguém o ia criticar?" E, sem hesitar dá a resposta: "Se ele voltar a ser campeão as pessoas vão voltar a olhar para ele com admiração, independentemente do estilo."
Pedro Barbosa acha que o melhor para o treinador português seria "parar e refletir na carreira". Se não existir um balanço dos momentos positivos e negativos "corre o risco de se tornar uma anedota, um meme do futebol."

David Simões

7ª Semana da Comunicação Social

"Curtas Migratórias" encerram abordagem ao problema da informação

"Curtas Migratórias" e o debate que se lhe seguiu com António-Pedro e Sandro Cordeiro encerraram a 7ª Semana da Comunicação Social que decorreu de 1 a 5 de abril, no anfiteatro da Escola Superior de Educação.

© Rita Cardoso

O que se ignora ou o que se desconhece sobre o outro constituem um problema da informação, que as curtas-metragens procuram superar.

Cátia Salgueiro, que moderou, explicou que a longa-metragem que resulta da compilação das seis seguintes curtas-metragens: "Vida por Vida", "Amor e Ira", "Luta", "Visita Guiada", "Sobre Viver" e "Boleia". Trata-se de um filme colectivo que teve coordenador e co-realizador António-Pedro e que foi produzido pela Caótica, no âmbito do projecto Odisseia, e financiado pelo programa Partis da Fundação Calouste Gulbenkian.

Os filmes foram escritos, filmados, interpretados, montados e musicados ao vivo pelos participantes da formação "Do Filme à Música", uma oficina intensiva de duas semanas orientada por António-Pedro na Quinta do Conde, Outurela/ Portela de Sacavém, 2º Torrão/ Trafaria, Vale da Amoreira, Barreiro e Santarém, entre novembro de 2017 e julho de 2018.

Sandro Cordeiro, estudante da Licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação, narra em "Boleia" uma história de emigração portuguesa para França. Todas as curtas-metragens, desde a ficção ao documentário, têm em comum o território e as migrações. São histórias reais e/ou baseadas em factos autênticos que foram realizadas por jovens que mergulharam no seu bairro, em si próprios e nas suas famílias.

A 7ª Semana da Comunicação Social teve este ano como tema O Problema da Informação. Uma temática que se abre a muitas abordagens e que tem a informação, a comunicação e o jornalismo como foco.

Há hoje fenómenos novos nunca antes registados e que confrontam não só o jornalismo, mas também a democracia. Desinformação, má informação e mistificação caracterizam o conteúdo de parte substantiva da informação que circula nos media sociais, a qual também contamina o estilo e a essência dos media tradicionais.

As alterações operadas no sistema de publicação e comunicação, os efeitos das inovações tecnológicas que puseram face-a-face a fonte e o público, bem como a desregulação do ciberespaço, requerem reflexão e debate público. Mas requerem também notícias informadas que emanem de um jornalismo baseado no conhecimento.

ABORDAGENS

A 7ª Semana da Comunicação Social abordou alguns dos ângulos do problema da informação com o contributo de convidados e convidadas, quer especialistas em diversos domínios quer profissionais da comunicação, dos media e de diferentes áreas abordadas.

A conferência de abertura, na manhã do dia 1, abordou "A informação e a comunicação política de proximidade", em que participaram Sofia Martins, secretária-geral da Associação de Municípios da Região de Setúbal, Pedro Dominguinhos, presidente do Instituto Politécnico de Setúbal e Francisco Alves Rito, diretor do Diário da Região (moderação de Orlando César). À tarde o debate centrou-se na "Educação para os media e literacias", com o contributo de Jerónimo Heitor Coelho, profissional de fotografia, Maria Adriana Cardoso e Teresa Matos Pereira, ambas docentes na Escola Superior de Educação de Lisboa (moderação Pedro Felício).

"O Poder da Cultura: Política, Informação e Produção" preencheu a manhã do dia 2, em que intervieram Mónica Duarte, chefe de Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Setúbal, Dora Santos Silva, professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-UNL) e José Carlos Ribeiro (Kally) e Emanuela Kalemba (Ema), ambos do Projeto Guias do Mocho - Bairro de Arte Pública (moderação João Dias). À tarde, a conferência incidiu sobre a "Qualidade da informação e comentário político". Ana Maria Pessoa, professora na ESE, apresentou e analisou o artigo de Rosa Pedroso Lima (Expresso, 2-3-2019) "Quando os comentadores de política são os políticos" e Orlando César, professor na ESE e jornalista, referiu-se ao fenómeno no contexto do ecossistema.

Os estudantes Raquel Santos e Luís Valente apresentaram na manhã de dia 3, no âmbito da conferência "Os problemas da imprensa regional", o "Relatório sobre os órgãos de comunicação social do distrito de Setúbal". Participaram também Rita Figueiras, professora da Universidade Católica Portuguesa, Luís Neves, diretor executivo do Estúdio de Comunicação, e Gualter Ribeiro, jornalista na Agência Lusa (moderação Ricardo Nunes). À tarde, na conferência "Marketing: Os limites da informação", os estudantes da Organização 'RPP +' apresentaram a 4ª Edição da Mostra de Filmes Publicitários 'Cenas da PUB', a que se seguiu a participação de Gisela Serafim, chefe da Divisão de Publicidade da Direção-Geral do Consumidor, e Luís Roberto, vice-presidente do GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial em representação da Fundação BP (moderação Alcina Dourado).

"Informação, minorias, migrantes" foi o tema em debate na manhã de dia 4, em que intervieram os jornalistas Alexandra Correia, revista Visão, e Ricardo Ribeiro, jornal online Fumaça (moderação Cristina Roldão). À tarde foram abordados os "Media Sociais - da informação jornalística aos influenciadores digitais", com a participação de Ana Jorge, professora na FCH-UC, Janna Joceli Omena, doutoranda na FCSH-UNL, e Ana Pinto Martinho, jornalista, investigadora e professora convidada no ISCTE (moderação Lídia Marôpo).

Na manhã do dia 5, a conferência "O problema das imagens" contou com a participação de Francisco Merino, professor e diretor da licenciatura em Cinema (UBI), Pedro Xavier Mendonça, consultor do Centro Nacional de Cibersegurança, e José Luís Garcia, investigador no ICS-UL (moderação Marta Pinho Alves).

SEMANA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
7.ª Semana da Comunicação Social 2019
O PROBLEMA DA INFORMAÇÃO
1 A 5 DE ABRIL DE 2019 | ANFITEATRO ESE/IPS
CONFERÊNCIAS, FILME, EXPOSIÇÃO
1_A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA DE PROXIMIDADE
2_EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA E LITERACIAS
3_O PODER DA CULTURA: POLÍTICA, INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO
4_QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E COMENTÁRIO POLÍTICO
5_OS PROBLEMAS DA IMPRENSA REGIONAL MARKETING: OS LIMITES DA INFORMAÇÃO
6_INFORMAÇÃO, MINORIAS, MIGRANTES
7_MEDIA SOCIAIS - DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA AOS INFLUENCIADORES DIGITAIS
8_O PROBLEMA DAS IMAGENS, FILME
IPS Instituto Politécnico de Setúbal Escola Superior de Educação
LUSA Agência de Notícias de Portugal, S. A.
osetubalense DIÁRIO DA REGIÃO
semmais